

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Arquitetura

Artur Magnani Figueiredo

**O resgate da centralidade da Mina Grande em Nova Lima:**  
história, memória e desenvolvimento

Belo Horizonte  
2017

Artur Magnani Figueiredo

**O resgate da centralidade da Mina Grande em Nova Lima:**  
história, memória e desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Área Básica: Interdisciplinar

Linha de pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte  
2017

#### FICHA CATALOGRÁFICA

F476r

Figueiredo, Artur Magnani.

O resgate da centralidade da Mina Grande em Nova Lima [manuscrito] : história, memória e desenvolvimento / Artur Magnani Figueiredo. - 2017.

152 f. : il.

Orientadora: Stael de Alvarenga Pereira Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Nova Lima (MG) - História - Teses. 2. Mina Grande (MG) - Teses. 3. Ouro - Minas e mineração - Teses. 4. Ouro - Aspectos sociais - Teses. 5. Patrimônio histórico - Teses. 6. Patrimônio cultural - Teses. I. Costa, Stael de Alvarenga Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 622

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

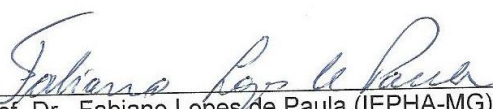
**Artur Magnani Figueiredo**

" O resgate da centralidade da Mina Grande em Nova Lima: história, memória e desenvolvimento"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa ( orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fabiano Lopes de Paula (IEPHA-MG)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves (EA/UFMG)

Belo Horizonte, 23 de junho de 2017.

## AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Stael, que se dedicou na construção deste trabalho, com contribuições que viabilizaram o seu caráter interdisciplinar.

À CAPES, pela bolsa concedida nestes dois anos de estudo e que propiciaram a realização deste trabalho.

Aos professores Yacy-Ara Froner Gonçalves e Fabiano Lopes de Paula, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação.

À comunidade acadêmica, que me possibilitou retornar aos estudos após 8 anos.

Ao amigo José Nunes, que incentivou o meu retorno ao mundo acadêmico, apresentando-me o Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

À Nina Rosa, mãe e colaboradora deste trabalho, em conversas e revisões intermináveis.

Aos meus irmãos, Júlia, Pedrita, Severo e Clarice, que contribuíram de formas diferentes, sempre disponíveis às minhas solicitações.

À minha esposa Lidiane e filho Arturzinho, pelo apoio, carinho e paciência, principalmente nos momentos mais complicados.

Aos entrevistados, que se dispuseram a contar um pouco de suas histórias, com relação à cidade e à mina de ouro.

Aos amigos, familiares e todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus (ou força superior), que ilumina os caminhos que me proponho a percorrer.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é refletir sobre o processo de destinação da área da Mina Grande da Mineração Morro Velho em Nova Lima, discutindo a sua relevância para o desenvolvimento urbano do centro da cidade e para a população, que carrega a memória da mineração de ouro. A partir da história da mineração e da centralidade da área da Mina Grande, que se constituía em um local de múltiplas relações entre população, empresa e a cidade, busca-se uma identidade local associada ao seu patrimônio material e imaterial. Vários projetos têm sido idealizados pela empresa e por instituições públicas nestes anos em que a mina está fechada, expondo expectativas para o futuro deste local, que reúne diversas potencialidades: econômicas, ambientais, históricas e culturais. Relações de força se estabelecem entre diversos atores, o que inclui os órgãos patrimoniais que definem condicionantes e reforçam a característica social da área, frente à pressão econômica de uma empresa de capital internacional, que é sua proprietária. Pensar em um caminho que permita, ao mesmo tempo, a empresa obter lucros, a cidade crescer, o patrimônio ser preservado e a população usufruir de uma área significativa é um desafio que depende de uma esfera pública forte, capaz de mediar relações conflituosas. Este trabalho utilizou uma abordagem qualitativa para as suas discussões, realizando uma pesquisa de história oral para incluir discursos que reproduzem o que permanece vivo da mineração de ouro. A oralidade enquanto método foi possível a partir da interdisciplinaridade do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, que permitiu buscar a compreensão da pluralidade de discursos relativos à área da Mina Grande.

**Palavras-chave:** História de Nova Lima. Destinação da área da Mina Grande. Centralidade. Conflitos de interesses. Patrimônio. Memória da mineração de ouro.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is the reflection about the process of destination of Morro Velho Mining Company's Mina Grande area in Nova Lima, discussing its relevance to downtown's urban development and to the population, which carries the memory of the gold mining. From the mining history and Mina Grande's area centrality, which was a site of multiple relations among population, company and the city, it searches a local identity associated with its material and immaterial patrimony. Several projects have been conceived by the company and by public institutions in these years where the mine is closed, exposing expectations for the future of this site, which has several potentialities: economic, environmental, historical and cultural. Power relations are established among several actors, which include the patrimonial organisms that define conditions and reinforce the social characteristic of the area, in face of the economic pressure of an international capital company that owns it. Thinking of a path that allows the company to make profits, the city to grow, the heritage to be preserved and the population to enjoy a significant area, is a challenge that depends on a strong public sphere capable of mediating conflictive relations. This work utilized a qualitative approach to their discussions, conducting an oral history research to include discourses that replicate what remains alive from gold mining. The orality as a method was possible from the interdisciplinarity of *Constructed Environment and Sustainable Heritage Master*, which allowed to seek the understanding of the plurality of Mina Grande's area related discourses.

**Keywords:** History of Nova Lima. Destination of the Mina Grande area. Centrality. Conflicts of interest. Patrimony. Memory of gold mining.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização de Nova Lima no estado e no país e seus limites .....	17
Figura 2 – Gráfico da evolução do IDH de Nova Lima .....	19
Figura 3 – Foto parcial de Nova Lima, podendo ser visualizada a Igreja da Matriz ao sul e a Igreja do Rosário a nordeste .....	25
Figura 4 – Fotos da Capela do Bonfim e da Igreja do Rosário respectivamente .....	25
Figura 5 – Foto da Praça Bernardinho de Lima, com a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Pilar ao fundo e à direita o Teatro Municipal e o Sindicato dos Mineiros ....	26
Figura 6 – Foto das comemorações da coroação da Rainha Elizabeth em 1953 .....	28
Figura 7 – Foto armazém de madeira .....	30
Figura 8 – Produção de ouro no Brasil .....	32
Figura 9 – Produção de ouro <i>St. John d’El Rey Mining</i> , Mineração Morro Velho (1830-1995) .....	32
Figura 10 – Foto de Augusto Ridel da entrada da Mina Morro Velho em Nova Lima em 1868 .....	35
Figura 11 – Foto da barragem da Lagoa das Codornas .....	37
Figura 12 – Foto da usina em Rio de Peixe .....	37
Figura 13 – Foto da Banqueta do Rego Grande .....	38
Figura 14 – Fotos do Aqueduto do Bicamente .....	38
Figura 15 – Foto do trem elétrico da Companhia .....	39
Figura 16 – Foto do hospital da Companhia .....	39
Figura 17 – Foto das casas construídas para os trabalhadores brasileiros, ao lado, foto da casa construída para os ingleses .....	41
Figura 18 – Foto panorâmica parcial da área industrial (provavelmente na década de 1930) .....	106
Figura 19 – Perfil parcial da área em atividade .....	106
Figura 20 – Perfil parcial da área desativada .....	107
Figura 21 – Vista de Nova Lima a partir do Cruzeiro da Boa Vista situado no morro logo acima da área da mina .....	108
Figura 22 – Visão do galpão da garagem, contendo o entorno arborizado.....	109
Figura 23 – Visão do galpão da garagem e do centro da cidade .....	109
Figura 24 – Mapa do limite da área da ADE Mina Grande inserida no centro da cidade de Nova Lima .....	111
Figura 25 – Foto do almoxarifado .....	113

Figura 26 – Parte de tratamento de isolamento do antigo depósito de arsênio, na porção leste do terreno .....	116
Figura 27 – Proposta ADE Mina Grande, com a projeção da via principal (2014) .....	117
Figura 28 – Plano Urbanístico ADE Mina Grande (2014) .....	119
Figura 29 – Fotos dos bens inventariados em bom estado de conservação .....	123
Figura 30 – Fotos dos bens inventariados em estado de conservação regular .....	125
Figura 31 – Fotos dos bens inventariados em péssimo estado de conservação .....	126
Figura 32 – Foto da antiga Fábrica de Cadinhos (1903) .....	129
Figura 33 – Foto do almoxarifado 1990, antes do descomissionamento .....	130
Figura 34 – Foto do sítio arqueológico, localização a ser escavada, em estudo .....	130
Figura 35 – Mapa dos depósitos de rejeito de arsênio em Nova Lima .....	132

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Participação dos Setores da Economia no PIB de Nova Lima .....	18
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Área de Diretrizes Especiais
FDC	Fundação Dom Cabral
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPAC	Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 NOVA LIMA, TERRA DO OURO</b> .....	16
1.1 Caracterização de Nova Lima .....	16
1.2 Contexto geral .....	20
1.3 A evolução urbana de Nova Lima .....	23
1.4 Saint John D’el Rey Mining Company Limited (1834-1960).....	28
1.5 Era Chalmers (1884-1924) .....	35
1.6 Mineradora, controle e conflitos (1924-1960) .....	40
1.7 Morro Velho .....	43
<b>2 DISCURSO, MEMÓRIA E GLOBALIZAÇÃO</b> .....	47
2.1 Diversidade do discurso histórico em Nova Lima .....	48
2.2 Discurso e oralidade .....	50
2.3 Memória e história .....	53
2.4 Lugares de memória .....	56
2.5 Identidade local e visão global .....	58
<b>3 A VOZ DA CIDADE</b> .....	65
3.1 Procedimento metodológico .....	65
3.1.1 <i>Caracterização dos entrevistados</i> .....	66
3.1.2 <i>Codificação dos dados</i> .....	69
3.2 Trabalho .....	70
3.3 A cidade das viúvas .....	75
3.4 Movimento operário .....	79
3.5 Morro Velho .....	82
3.6 Nova Lima .....	86
3.7 Área da Mina Grande .....	91
3.8 <i>Genius Loci</i> de Nova Lima .....	99

<b>4 DESTINAÇÃO DA ÁREA DA MINA GRANDE .....</b>	<b>105</b>
<b>4.1 Entorno da área .....</b>	<b>107</b>
<b>4.2 ADE Mina Grande .....</b>	<b>110</b>
4.2.1 <i>Projeto AngloGold Ashanti .....</i>	112
4.2.2 <i>Projetos da Prefeitura de Nova Lima .....</i>	114
4.2.3 <i>Inventário .....</i>	121
<b>4.3 Condicionantes ambientais e arqueológicos .....</b>	<b>128</b>
4.3.1 <i>Sítio arqueológico .....</i>	128
4.3.2 <i>Exploração do meio ambiente .....</i>	131
<b>4.4 Atores envolvidos na destinação ADE Mina Grande .....</b>	<b>134</b>
4.4.1 <i>Patrimônio Público, ambiente privado .....</i>	135
4.4.2 <i>Conselhos Municipais .....</i>	136
4.4.3 <i>Instituições externas .....</i>	137
4.4.4 <i>Participação popular .....</i>	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, “O resgate da centralidade da Mina Grande em Nova Lima: história, memória e desenvolvimento”, está inserido no contexto do processo de destinação de um conjunto industrial urbano, dedicado à extração do ouro, que foi desativado, encerrando as atividades da Mina Grande em 1995 e da Mina Velha em 2003, e que desde esse período se encontra fechado e sem uso. Trata-se de uma grande extensão de terra, no centro de Nova Lima, em uma área valorizada economicamente por sua localização privilegiada.

A existência de uma mineradora no centro da cidade está associada à história da exploração do ouro desde o século XVIII, povoando o território em seu entorno. A área, além do seu valor econômico, possui importância ambiental, histórica e cultural que justifica as discussões que serão apresentadas neste trabalho, pois os interesses são diversos e o futuro depende das ações tomadas pelos vários atores envolvidos em um processo que se encontra em aberto.

É importante ressaltar que, ao se referir à área da Mina Grande, está sendo considerada toda a área: a Mina Grande e a Mina Velha, minas conectadas e que ocupam a mesma região do centro da cidade e a área de redução do minério, que é o principal alvo das discussões sobre a destinação do espaço, pois possui edificações antigas, principalmente do final do século XIX e início do século XX. Estas se constituem em remanescentes de grande valor histórico e cultural, que foram inventariadas pelo município em 2014. No conjunto, ainda existem o patrimônio arqueológico, áreas verdes preservadas e o Córrego do Cardoso, um dos córregos que deu origem à formação da cidade.

A Mina Grande foi aberta na administração de George Chalmers (1857-1928), no final do século XIX, quando comandou a mineradora e ficou conhecido pelos seus feitos, principalmente o de conseguir recuperar o mesmo veio de ouro da Mina Velha, que havia sofrido um grande desabamento no século XIX. A Mina Velha permaneceu fechada por quase 80 anos, sendo reaberta na década de 1960.

A área da Mina Grande também é denominada Conjunto Industrial da Mina de Morro Velho, o que nos leva ao esclarecimento de outro ponto. O nome Morro Velho foi utilizado para denominar o arraial que se formou com a exploração do ouro no período colonial, e posteriormente, na década de 1960, foi o nome da empresa no período de comando brasileiro. Esse permanece o nome mais usual para se referir à empresa, mesmo quando se trata do longo período de domínio inglês, quando se chamava *Saint John Del Rey Mining Company* e na

atualidade, quando se denomina *AngloGold Ashanti*. Tentou-se respeitar os períodos históricos, mas o nome Morro Velho pode aparecer para designar a empresa em épocas em que ela possuía outros nomes. A população local ainda se refere à empresa como Morro Velho, o que pode ser explicado pela maior identificação com o nome português.

A pesquisa, inserida na linha Paisagem e Ambiente, trabalha com o problema da ressignificação da área da Mina Grande da Mineração Morro Velho em Nova Lima, avaliando seu potencial enquanto patrimônio histórico da cidade e a demanda de sua reinserção na malha urbana. A relevância da pesquisa está na busca de proposições para rememorar a Mina de Ouro por meio de projetos de gestão, inclusão social e na paisagem urbana, a partir da apropriação cultural do espaço. Sendo assim, o levantamento de depoimentos, através da estrutura da história oral, é de grande relevância.

O objetivo do estudo é desenvolver uma análise sobre o processo de destinação da Mina Grande, levantando a possibilidade de sua contribuição para o desenvolvimento urbano da cidade e para a memória da sua população, identificando a importância da mineração de ouro para a história de Nova Lima. Vários projetos têm sido idealizados pela empresa e por instituições públicas nestes anos em que a mina está fechada, expondo expectativas para o futuro da área. No entanto, relações de força se estabelecem entre os diversos atores, sendo uma perda relevante o fato de a população nunca ter sido envolvida nesse processo.

A pesquisa conduzida com base na metodologia de história oral possibilitou o acesso a pontos de vista da população, fundamentada na questão central que norteou este trabalho, qual seja: qual é o significado da mineração para a população de Nova Lima e qual é a relevância da área da Mina Grande para a preservação do seu patrimônio material e imaterial? A apresentação das entrevistas traz uma diversidade de discursos, abordando a exploração do ouro, através das múltiplas relações entre cidade, empresa, população e mineiros. A contribuição da oralidade está em trazer o passado para o presente, expondo o que permanece vivo na memória da população.

Esta dissertação pertence ao campo interdisciplinar, transitando por várias áreas do conhecimento das ciências humanas. A integração entre as disciplinas é uma tentativa de preencher as lacunas do conhecimento, resultantes do processo de especialização da ciência positivista que fragmentou o mundo. Nesse sentido, a pesquisa interdisciplinar aponta para alternativas na construção do saber, ao buscar reintegrar conhecimentos dispersos e lançar um olhar mais global e holístico sobre o mundo. Os discursos plurais, apresentados através da

história oral, estão inseridos no conhecimento prático, que é, por si, abrangente e múltiplo. Esses conhecimentos, que por muito tempo foram marginalizados, encontram espaço por meio da valorização da interdisciplinaridade. Uma discussão sobre a importância dos discursos marginalizados será apresentada no capítulo três, com base nas perspectivas de Foucault e Latour, que os apontam como essenciais para se compreender a diversidade da vida.

A interdisciplinaridade deste estudo também se faz presente na identificação da natureza múltipla e complexa com que se deve analisar um projeto de desenvolvimento urbano para Nova Lima, a partir da área da Mina Grande, reunindo-se diversas contribuições disciplinares e potencialidades: histórica e cultural; natural e paisagística; de turismo e lazer; industrial e habitacional; de obras viárias e equipamentos públicos. A diversidade dos discursos é fundamental para a definição de um local representativo, mas a viabilização de um projeto com essas características dependerá de uma equipe multidisciplinar que deverá avaliar e propor as intervenções adequadas para o conjunto de fatores relevantes para a área.

Fundamentamo-nos no reconhecimento de que o conjunto industrial da Mina de Morro Velho é um patrimônio material importante, que remete a um patrimônio imaterial, histórico e cultural que eleva a sua significância. Castriota (2009) traz o pensamento da “dialética lembrar e esquecer” que trata das escolhas feitas no momento de decisão da conservação do patrimônio; e são essas escolhas que iluminarão o que será preservado e o que será escondido, ou o que provavelmente cairá no esquecimento. Nestes anos de mina fechada, muito da materialidade histórica está se perdendo, com o alagamento das minas e o processo de deterioração das edificações. O que restou desse patrimônio está em discussão na cidade, sendo importante que, além da empresa e dos órgãos oficiais, a população se manifeste para influenciar na escolha daquilo que vai permanecer para o futuro.

Esta pesquisa, assim como o processo de conservação do patrimônio, também fará escolhas nos dados apresentados e na sua análise. Como o pesquisador nasceu e reside em Nova Lima, faz-se necessário ter o cuidado de não cair em uma perspectiva etnocêntrica; no entanto, Tuan (1980) concordaria que é algo natural buscar uma centralidade que reforça a identidade local. Isso aparece na motivação para a escolha do tema de pesquisa, que reforça o sentimento de se manter viva a história da mineração aurífera em Nova Lima, o que a torna única.

A preocupação com as especificidades locais é algo presente no mundo inteiro, pois vivemos um contexto de globalização, de fluidez das informações, de políticas neoliberais, de desigualdades sociais, que criam padrões a serem difundidos por todos os lugares. A lógica do

lucro tem prioridade sobre a cultura, principalmente nos países ditos subdesenvolvidos que possuem grande parte do seu território sob propriedade de empresas estrangeiras. Milton Santos (2001) nos fala sobre esse aspecto da exploração mundial que interfere diretamente no cotidiano, na preservação do meio ambiente e da cultura das cidades.

A área da Mina Grande em Nova Lima faz parte da paisagem de milhares de nova-limenses que passam todo dia pelo seu entorno, convivendo com os muros e cercas que delimitam uma área privada, de propriedade internacional, que a população não possui o direito de desfrutar. A importância da área fez com que órgãos municipais, estaduais e federais se pronunciassem, questionando a utilização desse espaço para fins exclusivamente econômicos. Estabeleceu-se assim, um conflito entre o público e o privado, que interfere diretamente na preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Nova Lima.

Esta dissertação discute a importância da área da Mina Grande para a formação da identidade nova-limense e, ao mesmo tempo, a viabilidade para que sua história e memória possam ser inseridas nos projetos para a sua destinação. Por esse motivo se faz uma análise de projetos já elaborados para a área e dos atores que, através de relações de conflito, podem buscar uma alternativa conciliadora em que todas as potencialidades da área sejam consideradas. Concessões deverão ser feitas por todos, o que reforça a dificuldade de um ponto de equilíbrio.

A pesquisa foi realizada concomitante ao andamento do processo para a definição sobre o destino a ser dado à superfície da área da Mina Grande, em Nova Lima. As discussões têm ocorrido entre os vários setores da cidade, nesse sentido. Para entender os acontecimentos, acompanharam-se as reuniões do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Nova Lima, sempre que o assunto sobre a área da Mina Grande entrava na pauta de discussão nos anos de 2015 e 2016.

Uma pesquisa documental possibilitou analisar trabalhos, pareceres, ofícios relativos à destinação da planta da Mina Grande realizados por diversas instituições. Estas discutem os condicionantes, os potenciais e os instrumentos cabíveis, para uma adequada destinação da área. Além dos dados documentais, a pesquisa incluiu dados resultantes do levantamento bibliográfico, que foram buscados para resgatar a história da mineração de ouro em Nova Lima.

A dissertação é composta por quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo um será dedicado à cidade de Nova Lima: com sua caracterização e dados históricos, este capítulo visa entender como Nova Lima foi construída e como ela se insere na história do estado e do país, através da exploração do ouro. Entender a cidade é fundamental para se ter

uma referência da representatividade da área da Mina Grande. A riqueza mineral, a tecnologia empregada na mina, a exploração dos trabalhadores, os movimentos de luta, a interferência na natureza – todos os contextos, da colonização à globalização, influenciaram e influenciam nos rumos da área da Mina Grande.

O capítulo dois apresentará a importância de discursos práticos, alternativos aos discursos oficiais, para que a história não esteja distante da vida das pessoas. A oralidade é apontada como alternativa à escrita para se conectar a história à memória. A valorização da memória possibilita uma pluralidade de discursos que, mesmo quando divergentes, ao abranger a maior parte da população, criam uma identidade local. A área da Mina Grande é definida como um “Local de Memória”, em que a população pode vivenciar a sua história. A valorização do patrimônio local é apresentada como um desafio, já que se encontram barreiras provenientes do processo de globalização. Empresas multinacionais são proprietárias de terras pelo mundo inteiro, como é o caso da área da Mina Grande, que precisa se submeter aos seus padrões de exploração.

Já o capítulo três tem o objetivo de entender a representatividade da mineração de ouro para Nova Lima e o que permanece vivo na memória da população. Para isso, foram realizadas 11 entrevistas, por meio da metodologia da história oral, com pessoas que trouxeram contribuições significativas para este trabalho. Os dados primários obtidos ajudaram a pensar a importância da mineração na cidade, não se constituindo em discursos deterministas, mas exemplificando relações reais entre entrevistados, mineradora e Nova Lima.

O quarto capítulo abordará os atores envolvidos na discussão sobre a destinação da área da Mina Grande até o momento: Prefeitura, empresa, conselhos municipais, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e, mais recentemente, o Ministério Público. Também identificará a população como um ator fundamental para que a área se torne significativa para a cidade. No meio de todos esses atores, são registrados também os condicionantes ambientais e arqueológicos, fundamentais para qualquer plano para a área. Os projetos já desenvolvidos, os conflitos de interesses e projeções futuras serão analisados à luz dos capítulos anteriores, buscando pensar caminhos possíveis.

Nas considerações finais, busca-se fazer uma síntese da complexidade relativa ao tema, contemplando as questões trazidas por este trabalho, com os diversos atores envolvidos na discussão. As entrevistas expõem discursos alternativos ao histórico, articulando o campo da memória ao significado da área da Mina Grande para Nova Lima.

## **1 NOVA LIMA, TERRA DO OURO**

Este capítulo apresenta Nova Lima através da sua história de exploração do ouro, com o estabelecimento da empresa mineradora, que teve um papel preponderante na construção da cidade e no desenvolvimento urbano – não só de Nova Lima, mas do seu entorno – por um longo período. A trajetória da cidade se insere na história de Minas Gerais e do Brasil, pela riqueza que foi retirada de suas terras e de sua população, que desempenhou um trabalho árduo para que isso fosse possível. O ouro explorado não fez da cidade exuberante, não tornou a população local rica, mas fez história por sua singularidade, marcada por conflitos, exploração, desenvolvimento e vida – o que justifica esta dissertação, que buscou refletir sobre as permanências da mineração para a cidade e para sua população.

Inicialmente, será feita uma pequena caracterização de Nova Lima, para assim contribuir com o seu entendimento na contemporaneidade. Sua localização, ao lado da capital mineira, passa a ser de grande importância para qualquer estudo que envolva os bens e as pessoas da cidade. A história de Nova Lima inicia-se antes da capital, está associada à “descoberta do ouro”, à origem do estado de Minas Gerais, e é essa história que a distingue e possibilita a busca da identidade nova-limense.

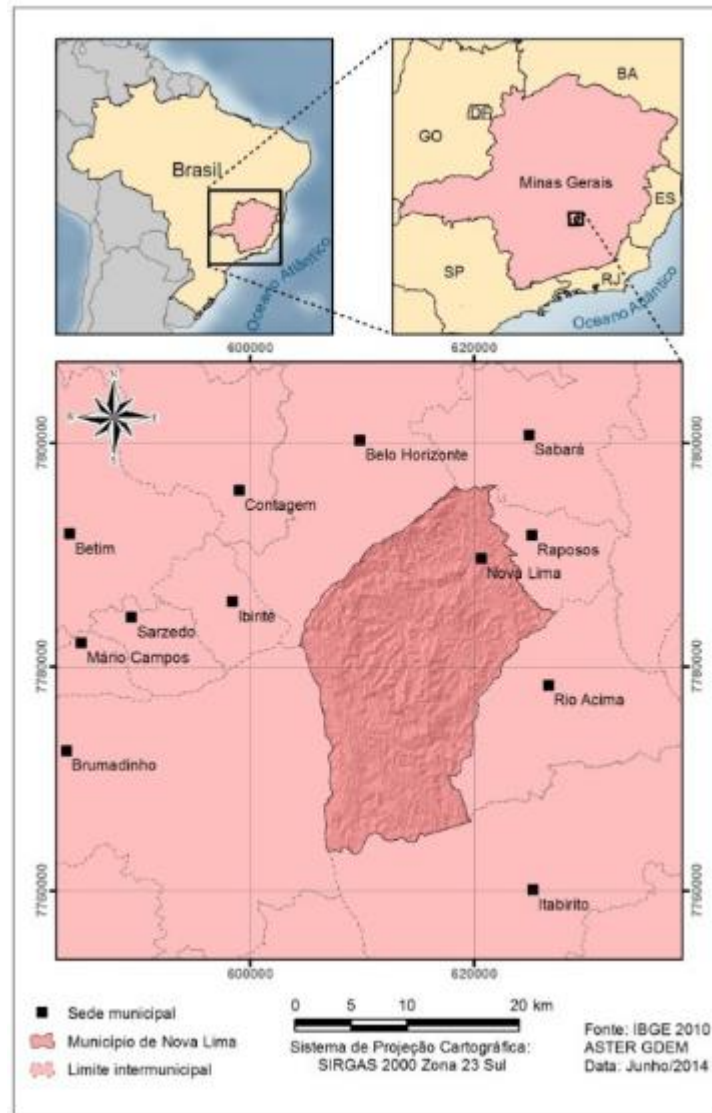
### **1.1 Caracterização de Nova Lima**

Nova Lima é uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, que está a aproximadamente 12 km de distância da capital. Sua proximidade possibilita usufruir de benefícios como maior acesso a serviços de saúde, educação e emprego, mas também traz o inconveniente de ter que lidar com os impactos da expansão belo-horizontina em sua direção. Na Figura 1, tem-se o mapa com a localização de Nova Lima em relação aos seus municípios limítrofes. Temos a leste os municípios de Raposos, Rio Acima e Sabará, que estão vinculados à Nova Lima pela exploração do ouro nos afluentes do Rio das Velhas, sendo regiões que foram anexadas e desmembradas, umas às outras, ao longo de suas histórias.

Seu território é de 429 km<sup>2</sup>: possui a sede do município e alguns núcleos mais afastados, como Honório Bicalho, Santa Rita, Rio de Peixe, Vila da Serra, São Sebastião das Águas Claras, Jardim Canadá e Alphaville, localidades que, muitas vezes, têm mais relação com outras cidades do que com a sede do município. Nas últimas décadas, o crescimento acelerado da região vem se espalhando ao longo das estradas, locais em que predominavam áreas verdes que

vão sendo substituídas por inúmeros loteamentos e condomínios, que surgem atraídos justamente pelo meio ambiente preservado.

**Figura 1 – Mapa da localização de Nova Lima no estado e no país e seus limites**



Fonte: MUNDOGEO, [200-]

A população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, para Nova Lima é de 91.069 habitantes, um crescimento de mais de 10.000 pessoas em relação ao último censo de 2010, que registrou 80.998. Nova Lima vem apresentando um crescimento considerável; no entanto, o seu núcleo não se transformou nessa proporção, sendo o crescimento maior na periferia, fruto da metropolização e não da expansão urbana do seu núcleo. Seu crescimento na contemporaneidade, se confirmado pelo Censo 2020 do IBGE, vai mostrar um crescimento municipal superior ao estadual e nacional, o que já ocorreu na década anterior.

O território de Nova Lima, que em sua maior parte é de propriedade das mineradoras, foi mantido para futuros empreendimentos minerários, o que possibilitou a preservação de sua vegetação por um longo período. Com a compra da empresa Morro Velho pela AngloGold<sup>1</sup> e o encerramento da exploração do ouro no final do século XX, um novo mercado passa a ser explorado, com o redirecionamento dos investimentos da empresa, que disponibiliza seus terrenos para empreendimentos imobiliários, especialmente condomínios de luxo. Os seus terrenos passam a fazer parte de um contexto de especulação imobiliária que define a destinação das terras em seu poder. Os novos moradores da cidade, dos seus condomínios, são pessoas geralmente de alto poder aquisitivo, o que influenciará diretamente nos dados sobre a população e a cidade, tais como PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o IBGE, o PIB de Nova Lima cresceu, de 2005 para 2014, de cerca de 1,5 bilhões de reais para pouco mais de 9 bilhões, sendo que o salto de crescimento foi de 2009 para 2010, quando o índice mais que dobrou. Comparando-se ao PIB Nacional por meio do PIB *per capita*, Nova Lima, a partir do ano 2000, sempre apresentou o seu PIB *per capita* superior à média nacional, mantendo certa proporção de crescimento. No entanto, em 2010, devido ao salto do PIB municipal, o seu PIB *per capita* passou a ser superior ao triplo do nacional e, enquanto o Brasil apresentava o valor por volta de 20 mil reais, Nova Lima apresentou um PIB *per capita* superior a 66 mil reais anuais, disparidade que permaneceu nos anos seguintes. A Tabela 1 apresenta a participação dos setores na economia de Nova Lima.

**Tabela 1 - Participação dos Setores da Economia no PIB de Nova Lima**

ANO	IMPOSTOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2014	6,54%	0,01%	61,12%	32,33%
2010	4,43%	0,00%	68,57%	27,00%
2009	7,36%	0,01%	51,68%	40,96%
2005	6,76%	0,01%	55,08%	38,15%
2000	4,48%	0,02%	57,63%	37,88%

Fonte: Adaptada pelo autor com base nos dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, [200-]

A análise da tabela acima, sobre a participação dos setores na economia de Nova Lima, permite perceber que, assim como o PIB em 2010, a participação da indústria entre os demais setores atinge quase 70%. Esse aumento da contribuição do setor é o maior responsável pela elevação do PIB municipal em 2010: enquanto em 2009 a indústria contribuía com aproximadamente

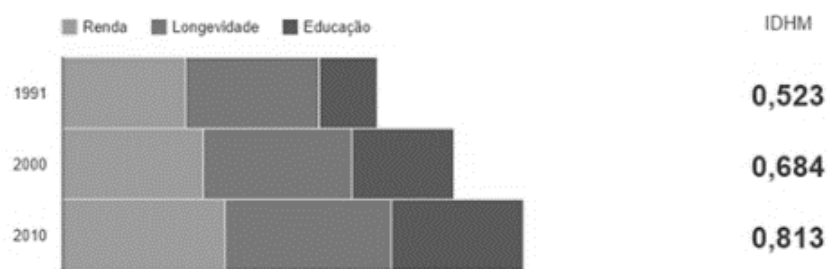
<sup>1</sup> Mais adiante, neste mesmo capítulo, a trajetória da mineradora será melhor detalhada e analisada.

1,5 bilhões de reais, em 2010 passou a quase 4 bilhões. Ainda hoje, a atividade industrial responsável pela maior parte da arrecadação municipal continua a ser a mineração – no caso com a exploração do minério de ferro, devido ao término da exploração de ouro na cidade.

Com relação à expectativa de vida, Nova Lima apresenta uma evolução etária que combina o aumento do índice de envelhecimento, que é a diminuição na proporção de jovens menores de 15 anos, em relação às pessoas de 65 anos ou mais, com a diminuição da razão de dependência, que é o número daqueles que dependem de uma população economicamente ativa. Isso significa que existe uma redução do número de menores de 15 anos superior à elevação do número dos maiores de 64 anos, passando a ter uma maior população economicamente ativa, de 15 a 64 anos. Apesar de apresentar uma população mais nova, em comparação com o estado e o país, a cidade segue a tendência de envelhecimento da população, com o aumento da expectativa de vida.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Nova Lima apresenta evolução expressiva nos três últimos Censos de 1991, 2000 e 2010, como pode ser visto no Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013. O gráfico abaixo aponta o crescimento nos três quesitos de medição, mas principalmente na educação, fazendo Nova Lima ocupar, em 2010, o 1.º lugar no IDH entre os municípios de Minas Gerais.

**Figura 2 – Gráfico da evolução do IDH de Nova Lima**



Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013

Apesar do crescimento demonstrado acima, o município de Nova Lima apresenta, através do índice de GINI, a sua desigualdade. De 1991 a 2010, essa medida ampliou no município de 0,55 para 0,68 – sendo que, quanto mais próxima de 1, maior é a desigualdade. Apesar de a cidade ter vivido um crescimento econômico, isso não significa o crescimento proporcional de todas as camadas da sociedade. No entanto, mesmo as classes mais pobres apresentaram uma considerável mudança, o que pode ser visto através dos dados da extrema pobreza, que foi praticamente erradicada na cidade, representando 7,04% da população em 1991, 2,91% em 2000 e 0,51% em 2010 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Ainda segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano* (2013), a taxa de ocupação da população acima de 18 anos apresentou um crescimento reduzido de 2000 para 2010. No entanto, a taxa de desocupação reduziu bastante, o que significa que também o número de pessoas procurando emprego na cidade decresceu. Isso pode ser atribuído ao aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores que, nesse período, passaram a ter um acréscimo de sua renda em todos os níveis, reduzindo o número daqueles que ganhavam até um salário mínimo e aumentando o dos que passaram a receber mais de dois salários mínimos. Entre a população ocupada, foi registrado um aumento da escolaridade, principalmente dos que concluíram o ensino médio. Não se pode deixar de registrar a ocorrência de políticas públicas de transferência de renda do governo federal e municipal neste período, o que influencia diretamente na população de renda mais baixa.

Segundo o IBGE, o número de empresas atuantes no município, em 2014, era de 3.703 unidades; a população ocupada era de 53.611 pessoas; e o salário médio de 4,4 salários mínimos. Apesar de a desigualdade ter aumentado entre a população, o último Censo de 2010 demonstra que o crescimento da cidade também originou uma maior qualidade de vida para a população mais pobre. Após 2010, houve vários períodos de crise mundial e nacional que podem alterar esse quadro, o que só será avaliado no próximo Censo em 2020.

A nova configuração de Nova Lima, com seus condomínios de luxo e inserção na região metropolitana, deve ser considerada para um melhor entendimento da cidade. A separação entre a sede do município e as novas ocupações é evidente, tanto nos aspectos físicos e desiguais, quanto culturais, de viver a cidade. Conviver com a história passa ser fundamental para se estabelecer uma identidade local, o que será significativo não só para os moradores do centro, que coexistem com as lembranças e reminiscências da exploração do ouro, mas também para quem está chegando, que pode se estabelecer em um local que, ao invés de ser somente explorado, possa também ser compartilhado.

## **1.2 Contexto geral**

A história de Nova Lima, como se conhece, não remete à trajetória dos povos indígenas que viveram na região por vários séculos, mas ao contato dos primeiros colonizadores na região do Rio das Velhas, que aprisionaram e mataram com crueldade os povos que ali viviam, descobrindo o ouro, que se encontrava facilmente nos leitos dos rios. Neste ponto, cria-se um marco zero em que a história recomeça e passa a ser contada. Não se sabe precisamente quando ocorreu o primeiro contato dos portugueses nas terras em que se localiza a atual Nova Lima.

Tudo que diz respeito à colonização do país apresenta várias questões controversas devido à imprecisão de datas e de nomes que eram atribuídos a várias localidades e às expedições que não eram oficializadas. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA, 1987; VILLELA, 1998; SOUZA, 2000).

A corte portuguesa, desde o início da colonização, esperava encontrar riqueza mineral em terras brasileiras, assim como ocorreu em outros países da América Latina de colonização espanhola. No entanto, ocupou-se com o comércio de pau-brasil e com a produção de açúcar no litoral, o que gerou ganhos significativos (SOUZA, 2000). O desejo de encontrar minerais aliou-se às histórias relatadas pelos índios do litoral, sobre a riqueza do interior do país, o que despertou a cobiça dos colonizadores que foram em busca do tesouro da “Serra Resplandecente, Sabarabuçu” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA, 1987). Para Villela (1998), criam-se as lendas: não se sabe a localização da Serra de Sabarabuçu contada pelos índios, mas a região de Sabará, do Vale do Rio das Velhas, em que Nova Lima está incluída, recebeu esse nome pelos portugueses, pelas muitas riquezas encontradas. Antonil, já em 1711, expressava que havia tempo que se sabia da existência de minerais no Brasil:

Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata. Mas, também, houve sempre bastante descuido de as descobrir e de aproveitar-se delas, ou porque, contentando-se os moradores com os frutos que dá a terra abundantemente na sua superfície, e com os peixes que se pescam nos rios grandes e aprazíveis, não tratavam de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem de abrir àquela as entranhas, como persuadiu a ambição insaciável a outras muitas nações, ou porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil. (ANTONIL, 1982, p. 75).

Apesar do descuido anunciado por Antonil, as expedições por Minas Gerais se iniciaram ainda no século XVI, patrocinadas pela corte portuguesa, que partiram do litoral dos territórios da Bahia e do Espírito Santo, mas que foram remotamente noticiadas, devido à concentração dos colonizadores no litoral. O ouro não foi encontrado de imediato, estando na bacia central do planalto mineiro, localidade de difícil acesso. Têm-se notícias de que em 1601 partiu a bandeira de André Leão, com aproximadamente 70 homens, que não resultou na descoberta de minerais, mas abriu um caminho definitivo para as terras mineiras (SOUZA, 2000).

O bandeirismo de apresamento, fenômeno de singular importância no século XVII, possibilitou a expansão geográfica com a dilatação das fronteiras coloniais para muito além do “Tratado de Tordesilhas”; mas, como era de sua essência, não promoveu o povoamento, criando, todavia, condições para que ele viesse a ocorrer. (SOUZA, 2000, p.347).

A partir do século XVII, as bandeiras partem de São Paulo com maior frequência, rumo ao atual território mineiro. Com a diminuição da arrecadação propiciada pela cana-de-açúcar, após a perda do monopólio de sua produção, a coroa portuguesa decide incentivar expedições pelo

interior do país para encontrar ouro e capturar índios, com o objetivo de encontrar uma nova fonte de riqueza a ser explorada (VILLELA, 1998). A bandeira de Fernão Dias Pais Leme, em 1674, reúne um grande contingente de pessoas, ao longo de sete anos, atravessando o território mineiro de sul a norte, incluindo a região do Rio das Velhas. Essa bandeira foi decisiva para o povoamento da região, pois, para garantir o seu sucesso, Fernão Dias mandou fazer roças e povoações ao longo do caminho (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA, 1987; SOUZA, 2000).

Antonil, ao se referir ao povoamento em Minas Gerais, em 1711, fala sobre a sede insaciável pelo ouro que estimulou tantas pessoas a saírem de suas terras para trilhar os caminhos difíceis da mineração. Sem conseguir dar um número preciso, supõe que mais de 30 mil pessoas estavam nessas terras à procura de ouro. Ainda segundo o autor, não existia um governo ordenado, mas apenas algumas leis, que repartiam os ribeirões em datas. Para se evitar a confusão sobre a descoberta dos ribeirões, o governo determinava quem poderia explorar cada parte, sendo o tamanho da data proporcional ao número de escravos. No entanto, a ausência de justiça tornava comum a ocorrência de homicídios e furtos. A condição de vida a princípio era precária, com muitos mineiros padecendo de fome. Porém, com a abundância do ouro, foram construídas estalagens, passando a receber o melhor do que se chegava nos navios, como alimentos ou qualquer gênero de coisas; tudo era mandado para as minas a preços absurdos, já que as mercadorias eram pagas em ouro em pó (ANTONIL, 1982).

Segundo Souza (2000), a descoberta de grandes depósitos de ouro aluvial em Minas Gerais promoveu o povoamento das áreas interioranas do Sudeste e Centro-Oeste do país, criando um grande mercado consumidor interno e conectando as diversas áreas já povoadas na colônia. A enciclopédia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959) expõe que o processo de evolução administrativa, consequente ao desenvolvimento econômico e social, irradiou-se do centro para a periferia, sendo as quatro primeiras comarcas de Minas Gerais definidas em 1714: Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Velhas (Sabará), São João Del Rey e Serro do Frio.

“Os remanescentes da bandeira de Fernão Dias, capitaneados por Borba Gato, na década de 1680, retornaram à região, explorando toda a área aurífera do Rio das Velhas e suas nascentes” (SOUZA, 2010, p.356). Neste contexto, é muito provável que os córregos de Nova Lima tenham sido descobertos neste período, ou anteriormente, o que corrobora o dizer de Villela:

E tendo a cidade de Nova Lima dois importantes ribeirões auríferos, tais sejam o dos Cristais e do Cardoso, que se juntam e vão se desaguar no Rio das Velhas, não há como negar a revelação do ouro nova-limense antes de 1700. (VILLELA, 1998, p. 23).

Apesar das evidências acima, a descoberta de Nova Lima foi atribuída a Domingos Rodrigues da Fonseca, por vários historiadores, partindo de Antonil que confere a ele a descoberta de ouro em Ribeiro do Campo, nome dado a um dos rios de Nova Lima – não se sabe ao certo qual. A descoberta desse rio está na origem da formação do Arraial das Congonhas, o que leva autores como Diogo de Vasconcelos e Waldemar de Almeida Barbosa a definirem o período da descoberta dos rios auríferos de Nova Lima por volta de 1700. (BARBOSA, 1971; VILLELA, 1998).

Foi o paulista Domingos Rodrigues da Fonseca Leme [...], que, à procura das esmeraldas de Sabarabuçu, andou explorando os sertões de Minas [...] e, por volta de 1700, descobriu os córregos auríferos na região de Nova Lima. (BARBOSA, 1971, p. 320).

O desenvolvimento da atividade de exploração do ouro fez com que o lugar fosse denominado inicialmente “Congonhas das Minas de Ouro”. O arraial foi elevado à “Freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas”, por ato episcopal, em 1748. Em 1836, tornou-se distrito de Sabará, sendo conhecido como “Congonhas de Sabará”. Em 1891, foi desmembrado de Sabará, passando a “Vila Nova de Lima” e, finalmente, em 1923, seu nome foi simplificado para “Nova Lima” (BARBOSA, 1971).

Os arraiais se multiplicaram às margens do Rio das Velhas, o mítico pactolo do povoamento das Minas. Como um sistema venoso, os seus afluentes irrigavam sua rica bacia, verdadeiro Eldorado que atraía uma impressionante afluência de aventureiros, de variadas castas, vindos de todo o Brasil, de Portugal e de outros países. (VILLELA, 1998, p.35).

Assim como tantas cidades mineiras, Nova Lima foi marcada pelo processo de colonização característico do Brasil no século XVIII, sendo um dos locais que integrou a exploração de ouro na região do Rio das Velhas, uma das localidades de minas com maior produção aurífera naquele século. Antonil, já em 1711, comentava sobre a riqueza desta região: “o Rio das Velhas é muito abundante de ouro, assim pelas margens como pelas ilhas que tem, e pela madre ou veio da água” (ANTONIL, 1982, p. 76). Villela (1998) expõe que a riqueza de um local era proporcional ao tamanho do arraial que se formava, destacando-se no Rio das Velhas Santa Luzia, Sabará, Raposos e Nova Lima.

### **1.3 A evolução urbana de Nova Lima**

Rodeando a Capela do Senhor do Bonfim, “casco velho” às margens do encapsulado Ribeirão dos Cristais, no vale entre as Serras do Curral e Moeda, ia se formando o povoado, hoje Nova Lima. (CASA CIDADANIA E DIVERSIDADE, [200-]).

Nova Lima teve seu núcleo original formado a partir do Rio das Velhas e de dois afluentes conhecidos como Ribeirão dos Cristais e Córrego do Cardoso, “[...] que continham areia aurífera em sua torrente” (TAVEIRA, 2007) e que, nesse processo, desdobraram-se em dois

arraiais. A Capela de Nosso Senhor do Bonfim foi construída próxima à confluência dos dois ribeirões, logo no início do século XVIII. No vale dos dois afluentes, formaram-se os núcleos populacionais, que utilizaram processos rudimentares de exploração e se espalharam ao longo dos córregos e montanhas.

Segundo Villela (1998), Nova Lima primeiro teve a formação do arraial de Congonhas, nome que se refere a arbustos muito comuns em diversas localidades de minas. Depois o arraial de Morro Velho, que já foi novo e se formou com a exploração do Córrego do Cardoso, onde passou-se a garimpar à base de um morro (localidade da Mina Grande e da Mina Velha). Em 1726, não se referiam à exploração da região como Morro Velho, recebendo, a princípio, o nome de “Morro das Congonhas Velho” em 1743, o que depois foi simplificado para Morro Velho.

Pereira Costa (2003) identifica ciclos e períodos de ocupação e formação da malha urbana de Nova Lima. A ocupação da cidade apresenta dois processos distintos durante o século XVIII, com a formação dos arraiais de Congonhas de Sabará e o de Morro Velho. O primeiro se estrutura “ao longo da via de penetração e forma uma pequena povoação”. Já no segundo a “ocupação é esparsa, composta por pequenos núcleos espalhados, ocupações imediatistas para abrigo de exploradores” (PEREIRA COSTA, 2003, p.53).

A foto da Figura 3, apesar de não retratar o núcleo original da formação de Nova Lima, consegue ilustrar através da Igreja da Matriz, na parte centro-sul, o povoamento que ocorreu a partir do arraial de Congonhas de Sabará. Já a Igreja do Rosário, a nordeste, demonstra a separação dos dois arraiais, com o arraial da Morro Velho menos consolidado.

**Figura 3 – Foto parcial de Nova Lima, podendo ser visualizada a Igreja da Matriz ao sul e a Igreja do Rosário a nordeste**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA); Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

A estrutura administrativa das igrejas disseminava “práticas urbanísticas consagradas por séculos, influenciando de maneira definitiva a paisagem urbana destes núcleos, principalmente pela distribuição das igrejas em sítios elevados” (PEREIRA COSTA, 2003, p. 47). A Figura 3 permite visualizar os sítios elevados, que possuem as igrejas históricas como referenciais paisagísticos da cidade. As figuras 4 e 5 são fotos das igrejas no século XXI, constituindo o pouco do que permanece do século XVIII como patrimônio da cidade.

**Figura 4 – Fotos da Capela do Bonfim e da Igreja do Rosário respectivamente**



Fonte: Autor, 2017

**Figura 5 – Foto da Praça Bernardino de Lima, com a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Pilar ao fundo e à direita o Teatro Municipal e o Sindicato dos Mineiros<sup>2</sup>**



Fonte: Autor, 2017

De acordo com Taveira (2007), a primeira concessão mineral de que se tem registro em Nova Lima foi dada somente em 1728, período em que um pequeno povoado já havia se consolidado. Isso porque “antes de 1726 essas concessões eram dadas através de certificados avulsos, sem qualquer cópia ou registro” (TAVEIRA, 2007). Pereira Costa (2003) relata que as datas e sesmarias estabeleciam um critério regulador, definindo áreas que não poderiam ser construídas e garantindo que uma grande concentração de terra não pertenceria a um único proprietário. No entanto, isso não perdurou por muito tempo, pois em 1795, todas as concessões das minas da região foram adquiridas pelo pai do Padre Freitas, importante personagem da história de Nova Lima, sendo conhecido por ter, em 1814, extraído da Mina de Morro Velho 14 quilos de ouro, com o emprego de mão de obra composta por 144 pessoas, das quais 122 escravos (TAVEIRA, 2007). Esse foi o início da produção aurífera de forma mais sistematizada, mesmo que em condições ainda muito precárias. Grossi (1981) relata avanços tecnológicos empregados pelo padre para a exploração do ouro, numa época que existia uma queda acentuada da produção não só em Nova Lima, como em toda Minas Gerais.

O esgotamento das reservas auríferas de aluvião foi uma realidade vivida pela cidade de Nova Lima. No início do século XIX, a ocupação da região em decorrência do ouro se dispersava, sendo por muitos abandonada, o que levou a um esvaziamento da cidade. Relatos de viajantes como Auguste Saint-Hilaire (1975) e Freireyss (1982) apontam para a situação dos locais que

<sup>2</sup> A Praça Bernardino de Lima mantém a sua centralidade desde o período colonial, reunindo a Matriz da cidade, os três poderes (Prefeitura, Câmara e Fórum), além do Teatro Municipal e do Sindicato dos Mineiros.

passaram pela exploração do ouro e que começavam a viver um momento de decadência, devido ao fim da abundância do ouro na superfície. Saint-Hilaire, em 1818, conta que Nova Lima, assim como tantos outros arraiais, teve seus recursos minerais esgotados, o que anunciava sua decadência e abandono.

Apesar de Nova Lima ter vivido a decadência da mineração (anunciada acima), Burton (2001) relata que a Mina de Morro Velho, na década de 1810, obteve bons resultados, por alguns anos, através dos investimentos do Padre Freitas. A decadência do Arraial de Congonhas, que vivia da exploração do ouro de aluvião nos rios e que constituía a base do povoamento, pode ter impossibilitado visualizar a produção que estava ocorrendo no arraial da Morro Velho, principalmente por que era feita por escravos.

Taveira (2007) contesta a versão mais encontrada nos livros, como a de Libby (1984) de que de 1815 a 1827 a mina de Morro Velho permaneceu estagnada, até ser vendida para o Capitão Lyon e seus associados, em 1830. Segundo o autor, o Padre Freitas teria vendido suas minas ao capitão Lyon, que as operava na clandestinidade, já que ainda não era permitido aos estrangeiros explorar recursos minerais do país. Não se conhece qualquer registro de atividades nessas minas nesse período, e as negociações com relação à mina de Morro Velho envolvem questões contraditórias, principalmente pela diferença dos valores praticados na compra e venda da empresa para a *St. John D'el Rey Mining Company Limited*, em 1834.

A decadência do ouro fez com que a Coroa, após a independência do Brasil, concedesse, a partir de 1824, permissão para que empresas estrangeiras pudessem explorar os recursos minerais do país, mesmo já tendo enviado para a Inglaterra grandes remessas de ouro durante o Brasil colonial. A Inglaterra, que já possuía relações estreitas com Portugal e foi aliada da corte portuguesa na sua transferência para o Brasil, logo se organizou adquirindo várias minas em Minas Gerais. Segundo Libby, “a possibilidade de extrair o ouro em quantidades suficientes para justificar os custos envolvidos pelo uso dos processos primitivos havia-se esgotado” (LIBBY, 1984, p. 58), o que levou a uma febre no mercado londrino de ações para a criação de empresas de exploração de ouro no Brasil. Várias sociedades concessionárias formaram-se em território mineiro, empresas que enfrentaram dificuldade de execução, a maior parte delas indo à falência em poucos anos, incluindo uma em São João Del Rey, que deu nome à empresa que comprou a Morro Velho.

#### 1.4 Saint John D’el Rey Mining Company Limited (1834-1960)

Nova Lima, que já havia vivido o auge da exploração do ouro no período colonial, ressurgiu novamente com a mesma atividade, mas naquele momento, através da *Saint John D’el Rey Mining Company Limited*, que monopolizou a atividade da mineração, tornando-se proprietária de mais de 80% das áreas do município (CORREIA, 2001). Segundo Magnani (2009), esse processo de passar da concessão de lavra à posse das terras do município é polêmico, havendo relato de extorsões, homicídios e negociações políticas para que tal acontecesse, sendo que a Companhia vivia em demanda com outros donos de terras. Também Souza (1999) expõe sobre a tradição que forçava a venda de propriedades, mediante ameaças de morte, “onde o mais forte engolia o mais fraco”. Até o início do século XXI, processos contestando a posse da terra pelas mineradoras aguardavam decisão na justiça.

A existência de uma empresa de sucesso no seu território proporcionou o desenvolvimento de atividades de apoio à mineração em Nova Lima, estruturando a área residencial, comercial e de serviços. Em 1836, o ouro começou a ser produzido, a freguesia tornou-se distrito de Sabará e a *St. John D’el Rey* passou a desfrutar de grande autonomia na região, sendo então vista como uma colônia inglesa no Brasil imperial e republicano – como pode ser conferido abaixo, na Figura 6.

**Figura 6 – Foto das comemorações da coroação da Rainha Elizabeth em 1953**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA); Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

Vários setores da Mina foram alterados, transformando-se em um canteiro de obras a partir de 1835. A empresa passou, de forma pioneira, a explorar o subsolo, transformando as velhas e arcaicas formas de exploração do ouro. Burton (2001), ao visitar a Mina Velha no século XIX,

impressionou-se com a sua dimensão e com as tecnologias empreendidas pela mineradora. Segundo Paula (2014), vários foram os entraves para as escavações subterrâneas: o custo elevado da pólvora, a inexperiência dos trabalhadores, as rochas compactas, as chuvas e infiltrações de água, a frequência de incêndios e o fato de a madeira ter que ser de boa qualidade para escorar e evitar desmoronamentos.

Algumas das mudanças trazidas pelos estrangeiros foram fundamentais para o aprimoramento da extração aurífera subterrânea e permitiram a existência de minas de vulto, podendo ser citadas dentre as mais notórias o elaborado sistema de escoramento dos túneis e de canalização de água, o maquinário moderno e, em quantidade significativa, a viabilização do uso regular da pólvora, a obtenção de rodas d'água e do ventilador. (PAULA, 2014, p. 145-146).

Nova Lima convive naquele período com uma nova dimensão econômica, com a necessidade de vasto contingente de trabalhadores, chegando até a cidade um número considerável de escravos e estrangeiros. “O ouro atraiu para a cidade imigrantes de várias partes do mundo, com destaque para os espanhóis, italianos, franceses, libaneses, chineses, além dos portugueses e ingleses responsáveis pela colonização da região e pela exploração das riquezas” (MAGNANI, 2009, p. 47).

As obras de melhoria necessitavam de força física, fazendo uso amplamente da mão de obra escrava. A estrutura e hierarquia da empresa conseguiram trazer resultados efetivos para sua organização, mas não se pode deixar de considerar a exploração que garantiu a perpetuação de um regime escravocrata. Os trabalhadores livres, principalmente os estrangeiros, não seguiam as mesmas práticas do trabalho escravo, mas tinham de atender às demandas de um trabalho pesado.

O emprego da mão de obra escrava na indústria minerária do século XIX representa um papel central nos estudos de Libby (1984), que defende a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da mineração no país. De acordo com o autor, isso se dá principalmente por ser o único numerosamente suficiente para atender às necessidades de produção e também por ter demonstrado ser tão capaz quanto o trabalho livre. Argumenta também que a força escrava adaptou-se ao progresso administrativo e tecnológico, já que a mineração brasileira “representa a entrada inicial no Brasil da organização e da tecnologia desenvolvidas pelo jovem capitalismo industrial europeu” (LIBBY, 1984, p.15). O trabalho escravo desempenhou um papel de destaque na modernização e adaptação dos processos produtivos, gerando lucros significativos para a empresa e modificando a cidade, que passava constantemente por obras para se adaptar às demandas da industrialização.

Ainda segundo Libby (1984), a tecnologia empregada na *St. John D'el Rey* não foi simplesmente importada da Inglaterra para o contexto brasileiro. As máquinas, os instrumentos e os conhecimentos eram testados, mas nem sempre apresentavam os resultados esperados, como o exemplo da necessidade de estruturação da mina por meio de escoras, que surpreenderam com a qualidade da madeira disponível em Nova Lima, lembrando que se tratava de uma área de Mata Atlântica. A foto abaixo mostra a madeira que era utilizada pela mineradora, o que impressiona pelas suas dimensões.

**Figura 7 – Foto armazém de madeira**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA); Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

A metalurgia de fundição do ferro adotou os procedimentos utilizados anteriormente e que se mostraram mais eficazes, constituindo uma tecnologia trazida pelos povos africanos. Isso demonstra que a tecnologia empregada pela empresa seguia uma junção de fatores específicos nessa mina. Para Rosenberg (2006), os progressos somente se efetivam por meio da experiência real com uma nova tecnologia em seu ambiente operacional, pois, se a tecnologia funcionava em uma determinada mina, não significava que seria aplicável em todas.

O preconceito com relação ao trabalho escravo está ligado à discriminação racial, o que é questionado por Libby (1984), que sustenta a eficiência do trabalho escravo, o que não significa defender a escravidão. O atraso das regiões escravocratas se deve à economia exportadora de matéria-prima – e não à natureza do trabalho escravo. Mesmo se tratando de uma produção industrial, a *St. John D'el Rey* explorava o ouro e comercializava a matéria-prima, o que fez com que Nova Lima permanecesse pobre. A população escrava, por mais bem tratada que fosse, não recebia pela sua produção. O ouro era exportado para fora do país, ficando apenas reduzida quantidade para suprir as despesas da empresa. Para qualquer investimento na cidade, a

disponibilização de verba tinha de ser aprovada pelos acionistas britânicos, que somente autorizavam aquilo que seria revertido em lucro. A autonomia da empresa em relação ao poder público garantiu a inexistência de impostos para a cidade.

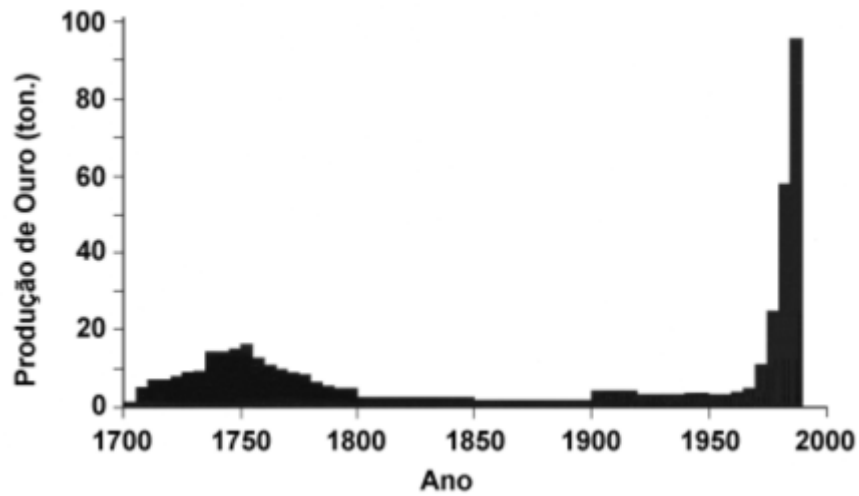
Esses fatos são explicados por Burton, que faz uma retrospectiva de investimentos e lucros e do retorno que as localidades recebiam. Pelos dados apresentados pelo pesquisador (2001), a Coroa portuguesa iniciou a concessão de exploração do ouro em 1824, cobrando imposto de 25% da produção das empresas estrangeiras. No entanto, esse percentual foi sendo reduzido até se extinguir a cobrança de impostos sobre a mineração e, dessa forma, em 1859 não existia mais. A produção declarada do ouro pela empresa era de sete gramas por tonelada e, logo após o fim da cobrança de impostos, tem-se o depoimento de 18 gramas por tonelada. De acordo com Burton (2001), a *St. John D'el Rey* não teria sobrevivido sem a isenção de impostos e, para o autor, essa medida liberal do governo brasileiro justifica-se pelos enormes benefícios indiretos trazidos pela empresa para o país e para o desenvolvimento da cidade.

O sucesso da empresa também passou por aspectos políticos que estão fora do processo produtivo e que, muitas vezes, omitem a realidade do que foi explorado. Os ganhos indiretos trazidos pela mineradora poderiam ser ganhos diretos caso o ouro, ou parte dele, fosse utilizado para o enriquecimento da cidade e da população local, refletindo-se em uma paisagem urbana compatível com a sua riqueza. O sucesso da produção do ouro em Minas Gerais e em Nova Lima é inversamente proporcional às reservas nacionais desse mineral tão nobre, que enriqueceu outras nações, principalmente a Inglaterra.

Porto, Palermo e Pires (2002) demonstram, por meio do gráfico da Figura 8, a produção de ouro no Brasil a partir de 1700, chegando a 16 toneladas anuais por volta de 1750, sendo o maior produtor mundial de ouro de 1700 a 1850. O gráfico aponta uma queda acentuada da produção no início do século XIX e, mesmo assim, o país continuou como maior produtor mundial. Isso se deve ao fato de a produção de ouro, no século XVIII, em Minas Gerais, ser muito superior a esta produção em outros países.

A queda da produção do ouro no início do século XIX, pode ser justificada pela ausência de investimentos da Coroa de Portugal em processos mais eficientes de exploração, pois sua preocupação limitava-se ao controle da produção, tentando evitar o contrabando. Podemos perceber um elevado crescimento da produção do ouro, no final do século XX, devido ao garimpo do norte do país (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002).

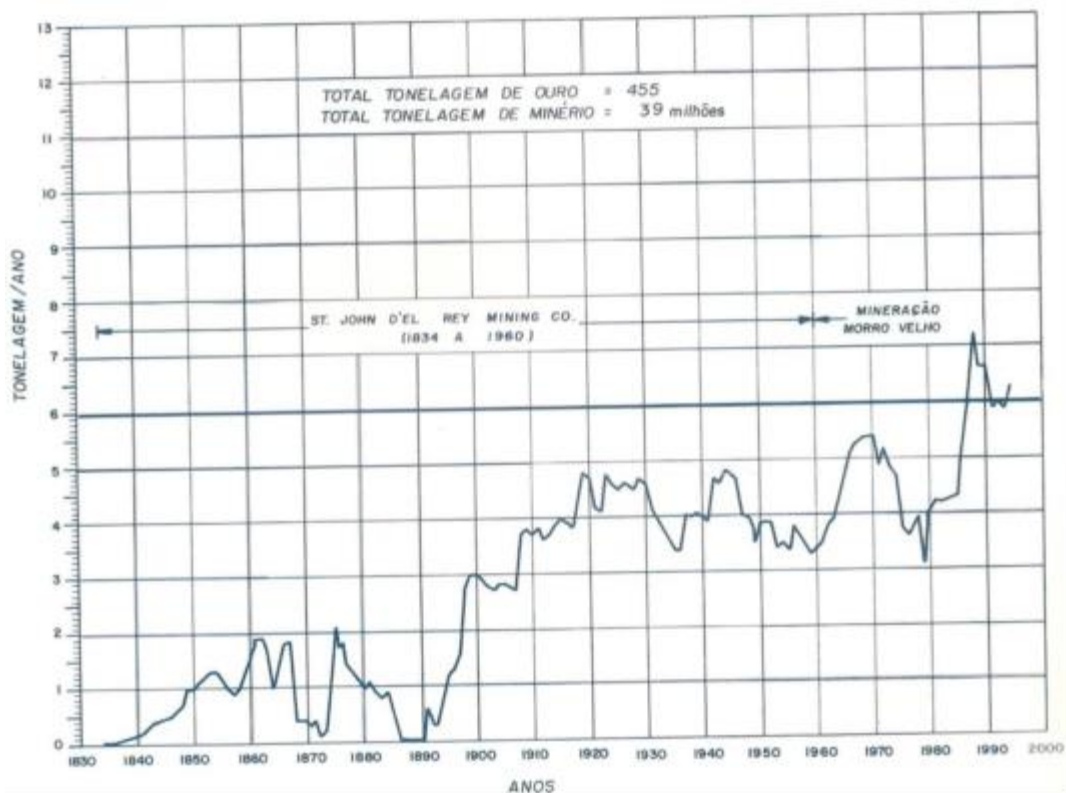
**Figura 8 - Produção de ouro no Brasil**



Fonte: PORTO; PALERMO, PIRES, 2002

Apresentaremos a seguir o gráfico sobre a produção do ouro na empresa *St. John D'el Rey* e posteriormente Morro Velho, para possibilitar a comparação que permitirá visualizar a parcela de contribuição da empresa frente ao cenário da produção nacional.

**Figura 9 – Produção de ouro na *St. John D'el Rey Mining* e na Mineração Morro Velho (1830-1995)**



Fonte: MINERAÇÃO MORRO VELHO 1995, p.140.

Ao comparar os dois gráficos, o da produção de ouro no Brasil com o da produção do ouro na *Saint John D'el Rey*, percebe-se que, apesar da reduzida produção de ouro no século XIX, a empresa passa a ser a maior produtora de ouro brasileira, de meados do século XIX até meados do século XX. Apesar de perder a sua posição na produção mundial a partir de 1850, com a abertura de outras minas pelo mundo, é nesse período que a *St. John D'el Rey* adquire uma posição de destaque. Menegale (2002) explica que Nova Lima, através da produção do ouro, configura-se entre uma das cidades mais industrializadas de Minas Gerais, durante os séculos XIX e XX.

Segundo Libby (1984), os investimentos estrangeiros no Brasil no século XIX são quase que exclusivamente britânicos. Quase a totalidade dos investimentos eram em títulos da dívida pública, o que permitiu a realização de obras, com o endividamento do país. O único setor produtivo de investimento inglês foi a mineração, que teve na Mina de *St. John D'el Rey* o seu caso de maior sucesso. De acordo com o autor, um dos motivos para o êxito da mineração foi a integração da empresa com a economia local.

[...] A *St. John* era uma única empresa, em cujos esforços se concentrava uma média de quase 1% das exportações do país inteiro. [...] Se a produção aurífera não era muito expressiva em termos mundiais, sua participação majoritária na produção brasileira revela que a escala de suas operações eram bastante grandes, se constituindo em uma das maiores entidades industriais do país. (LIBBY, 1984, p.55)

Para Nova Lima, abrigar uma empresa de mineração do tamanho da *Saint John D'el Rey*, no início do século XIX, foi motivo de enorme transformação urbana. “O período compreendido entre o início do século XIX até a sua última década representa o mais significativo na conformação da forma urbana do município” (PEREIRA COSTA, 2003, p.54). Com uma mão de obra que chegou a mais de 2.500 funcionários diretos em 1864, foi preciso se adequar às demandas criadas pelo crescimento da empresa, com a construção de moradias, vias públicas, comércios e serviços (LIBBY, 1984).

Burton (2001) descreve a sua chegada à cidade de “Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará” em 1867, com algumas cabanas, a capelinha do Bonfim e uma casa grande do fornecedor de carvão na sua entrada. Observou uma população cansada do trabalho, o que levou o viajante a chamar a cidade de sonolenta, apesar de bem tratada. A praça principal atendia a necessidade de vida na cidade, possuindo uma Igreja da Matriz restaurada, um teatro decrépito, embora tivesse apenas 15 anos, e o comércio que florescia em vinte estabelecimentos. À esquerda da praça, numa terrível ladeira de pedra que separava as bacias de Congonhas e Morro Velho, encontrava-se um armazém de aspecto apresentável e o Hotel Congonhense. Burton faz

um comentário preconceituoso quando se refere à Igreja do Rosário como de “ornamentação pobre e de mau gosto – gosto de negro” e continua descrevendo que, próximo à margem do Ribeirão Cardoso, encontra-se a mineradora com seus equipamentos e minério cinzento; e um pouco além, o novo e amplo hospital. Ao norte do vale, fica a *St. John D’el Rey* e, à esquerda, a Casa Grande como sede da superintendência.

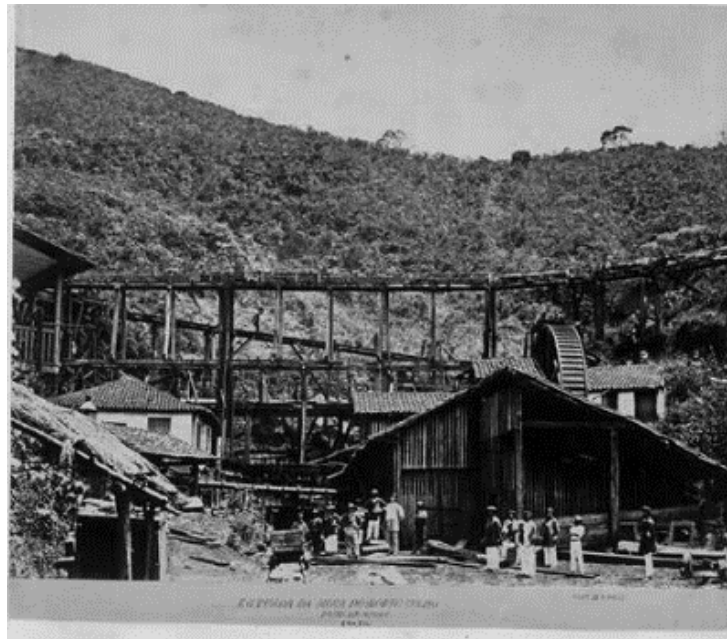
Segundo Pereira Costa (2003), a forma adotada pela *Saint John D’el Rey* para o crescimento da cidade foi a “*Company Towns*”, um modelo paternalista adotado pela Inglaterra, que fornecia habitação aos trabalhadores, interferindo no acesso à alimentação, saúde, educação e lazer. O modelo de habitação inicialmente se estabeleceu próximo à fazenda da Morro Velho e depois se estendeu ao restante da cidade, que foi apropriada pela empresa. Novas áreas foram construídas de acordo com as relações de trabalho, o que segregava e, ao mesmo tempo, agrupava os trabalhadores conforme a sua função na empresa.

Pereira Costa (2003) expõe que, no período de 1800 a 1884, é mantida a segregação do povoado, com o núcleo urbano de Congonhas e o da Fazenda da Morro Velho. A formação da cidade em dois arraiais com aspectos distintos leva à divisão da cidade em parte alta e parte baixa. Segundo Magnani (2009), os ingleses ocuparam a parte alta da cidade, com a construção de suas casas e dos seus equipamentos sociais, enquanto:

A parte baixa, onde a cidade começou, em especial os bairros do Bonfim, o Matadouro, o Areião, o Cascalho, habitados pela população mais pobre e imigrantes espanhóis, típicos redutos dos negros recém-saídos da escravidão, da zona boêmia, do pequeno comércio e dos trabalhadores informais, com arquitetura, urbanização e movimentação que lembravam o burburinho da Bahia, permaneceu como “lugar do povão”. (MAGNANI, 2009, p. 42).

As atividades da *Saint John D’el Rey*, no século XIX, não se caracterizaram por um crescimento linear de produção, sendo marcada por oscilações. O principal motivo para que isto acontecesse foi a ocorrência de vários acidentes na década de 1860 e o desmoronamento da mina em 1886, que acarretou prejuízos consideráveis para a empresa, para a cidade e para a região circundante, que estava vinculada à mineração. Uma nova etapa se inicia a partir desta data, contando com o comando do superintendente George Chalmers, que chegou a *Saint John D’el Rey* em 1884. A Figura 10 mostra a entrada da Mina Velha no século XIX, que se constituía em uma indústria de tecnologia avançada para a época.

**Figura 10 – Foto de Augusto Ridel da entrada da Mina Morro Velho em Nova Lima em 1868**



Fonte: NA TRILHA DO MORRO VELHO [200-]

### **1.5 Era Chalmers (1884-1924)**

A vinda de George Chalmers (1857-1928) para o Brasil foi um divisor de águas para a empresa de mineração *Saint John D'el Rey*, pela sua permanência como superintendente da empresa por 40 anos, de 1884 a 1924. A empresa, no momento de sua chegada, estava em crise e com reduzido retorno financeiro. O objetivo da sua vinda seria a promoção de melhorias administrativas na companhia. No entanto, promoveu não só as previstas, como transformou a empresa e a cidade. Logo após a sua chegada, em 1886, ocorreu o acidente, com o desmoronamento da Mina Velha e o seu fechamento. A difícil situação levou muitos acionistas ingleses a proporem o encerramento das atividades da mineradora. No entanto, Chalmers, acreditando em seu potencial, planejou não somente a reabertura da mina, mas também como torná-la mais lucrativa. Os acionistas aprovaram suas iniciativas, no entanto liberaram uma verba insuficiente para reerguer a *St. John D'el Rey*, dentro do plano traçado por ele. (RODRIGUES, 2012).

Como a verba liberada não era suficiente, Chalmers teve de recorrer à administração do armazém Casa Aristides em busca de apoio. Durante muito tempo, a casa ajudou a custear a perfuração dos dois grandes poços “C” e “D”, fornecendo suprimentos aos empregados para receber quando a mina voltasse a dar lucro. Da mesma maneira, ele recebeu apoio dos

empregados, que trabalharam para receber somente depois que a mina fosse reaberta. Veio o sucesso e todos foram recompensados (RODRIGUES, 2012).

Foi com a ajuda de muitos profissionais que George Chalmers conseguiu vencer os desafios e reabrir a mina. Não foi somente ele quem acreditou na sua reabertura, pois vários trabalhadores se juntaram a ele. O sucesso da *Saint John D'el Rey* deve ser atribuído não só aos ingleses e seus conhecimentos, mas a todos que fizeram da empresa uma parte de suas vidas, trabalhando de forma árdua para executarem trabalhos com maestria dentro e fora da mina, perfurando as galerias ou construindo as represas, as banquetas, os galpões etc. A exploração dos trabalhadores naquela época foi incessante, já que havia muito trabalho a ser feito e pouco dinheiro para ampliar o contingente de trabalhadores.

George Chalmers defendeu a necessidade de reformas estruturais na *St. John D'el Rey*; mas isto não significava, necessariamente, que estava preocupado com a segurança do trabalhador. Mesmo que tudo levasse a uma maior segurança na mina, a maior preocupação era a de não acontecer um novo desastre que interrompesse a produção ou estragasse a estrutura já montada. O trabalhador, apesar de se beneficiar com as mudanças de forma indireta, não foi o motivo que desencadeou as intervenções dentro da mina.

Paralelamente às inovações trazidas para a reabertura da mina, Chalmers executou obras estruturais de extrema importância que movimentaram a cidade e hoje são símbolos reconhecidos como patrimônio pela população nova-limense. Entre vários, pode-se citar a construção de diversas banquetas, a construção do sistema hidrelétrico de Rio de Peixe, a construção do bonde movido à eletricidade e a urbanização que refletia a hierarquia funcional da companhia. Todos esses foram empreendimentos de grandes proporções e que fazem da cidade uma extensão da mineradora.

A mina de Morro Velho foi uma das primeiras minas do mundo a adotar a eletricidade. O sistema de eletrificação hidráulico da mina era necessário para os novos equipamentos utilizados na exploração do ouro, principalmente para garantir um sistema de refrigeração compatível com a exploração do ouro em grandes profundidades. George Chalmers desenvolveu, para isso, um complexo sistema de hidrelétricas que trouxe energia não só para a empresa como também para o abastecimento da cidade. O sistema hidrelétrico de Rio de Peixe foi uma obra pioneira com a construção de grandes represas, como a represa que originou a Lagoa das Codornas, Lagoa dos Ingleses e Miguelão, sendo construídas seis usinas geradoras de 1904 a 1937 (RODRIGUES, 2012, p.19).

**Figura 11 – Foto da barragem da Lagoa das Codornas**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA); Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

**Figura 12 – Foto da Usina em Rio de Peixe**



Fonte: RODRIGUES, 2012, p.19.

A necessidade de água para lavar o minério levou à construção de várias banquetas, que são valas artificiais, que transportavam as águas dos ribeirões até a Morro Velho, com destaque para o Rego Grande, que cortou suas montanhas em uma extensão de mais de 4 km. Pode-se dizer que a via que acompanha a Banqueta do Rego Grande é uma das poucas superfícies planas da cidade que precisou de grandes intervenções para ser construída. Já o Aqueduto do Bicamente foi construído em 1890 para finalizar a canalização da Banqueta do Rego Grande. Constituiu-se em uma estrutura de madeira, com 13 metros de altura e 194 metros de comprimento, que corta a principal rua de acesso ao centro da cidade, e transformou-se no principal símbolo novalimense. (RODRIGUES, 2012, p.18, 26). Nas figuras 13 e 14 podemos ver primeiro a Banqueta do Rego Grande e depois o Bicamente.

**Figura 13 – Foto da Banqueta do Rego Grande**



Fonte: Autor, 2017

**Figura 14 – Fotos do Aqueduto do Bicamente**



Fonte: Autor, 2017

Outro destaque introduzido por George Chalmers foi a construção de uma linha de estrada de ferro elétrica que ligaria a mina à estação de Raposos. Em 1911, sua ideia foi colocada em prática, com várias intervenções nas montanhas e construção de pontes. Em 1913, o trem elétrico foi inaugurado e funcionou até 1963 para o transporte de cargas e de passageiros, a um custo 50% menor do que o gasto anteriormente. A linha representou ainda a segunda ferrovia totalmente elétrica do Brasil, sendo precedida somente pela estrada de Ferro Corcovado, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2012, p. 30). A figura 15 apresenta o bondinho elétrico na época do seu funcionamento.

**Figura 15 – Foto do trem elétrico da Companhia**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA);  
Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

Equipamentos foram construídos para atender aos funcionários com funções de chefia. A criação do Clube das Quintas, em 1896, passou a oferecer aos ingleses lazer e esportes, com a criação da primeira quadra de *squash* do Brasil. A Igreja Anglicana, que existia desde 1834, tem a sua última construção em 1911.

A distinção entre os espaços dos ingleses e dos “nativos”, como costumavam chamar a população local, foi agravada em 1898, quando Chalmers proíbe os ingleses de saírem dos limites reservados a eles, tentando evitar o estreitamento de contato com a população, o que vinha acontecendo naquele período. O hospital da Companhia é o exemplo de um empreendimento que escapa a esta lógica, pois um novo hospital foi inaugurado em 1905, mais espaçoso, e esse era o único que atendia a comunidade. (RODRIGUES, 2012).

**Figura 16 – Foto do Hospital da Companhia**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA);  
Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

Em 1891, o arraial foi elevado a “Vila Nova de Lima”, em homenagem a Augusto de Lima, importante personalidade – nascida na cidade, em 1859 – que chegou a ser governador de Minas Gerais. Nesse mesmo ano, a *Saint John D’el Rey* voltou a produzir e a localidade a se despontar como uma das mais significativas vilas da Nova República, importante centro minerador do estado e do país, com taxas de produção que ultrapassavam três toneladas anuais a partir do início do século XX (Ver na Figura 9).

Em 1901, a mina foi oficialmente reaberta, totalmente transformada, tornando-se a mina mais profunda do mundo no período, com uma tecnologia que precedeu avanços na mineração no século XX. “Naquele momento, a Morro Velho estava na vanguarda da indústria mineradora mundial” (RODRIGUES, 2012, p.133). Segundo Taveira (2007), a mina de Morro Velho recebeu D. Pedro I em 1831 e D. Pedro II em 1881, durante o período imperial. Mantendo a sua tradição, em 1900, Nova Lima recebeu o presidente do Brasil Campos Sales que, ao visitar a mina, impressionou-se com a magnitude dos trabalhos e com os inúmeros benefícios trazidos pela exploração do ouro (RODRIGUES, 2012, p. 127).

Pereira Costa (2003) expõe a quantidade de obras realizadas pela municipalidade, relatadas pelo presidente da Câmara de Nova Lima em 1901, o que aponta para o crescimento da cidade, com: a edificação do matadouro público, o conserto da ponte do Gaia sobre o Rio das Velhas, construção de reservatórios de água, implementação de 14 chafarizes públicos, o calçamento de várias ruas, a construção de quatro escolas urbanas pelo estado de Minas Gerais e a evolução do comércio, que possuía naquela ocasião mais de 100 casas de negócio.

Segundo Grossi (1981), a comprovação dos resultados significativos da reabertura das atividades da mineradora foi a realização de empréstimos, por parte da empresa, ao estado de Minas Gerais, para financiar as obras da transferência da capital para Belo Horizonte, sendo os operários de Nova Lima os primeiros a trabalharem na sua construção. Outro dado utilizado pela autora foi que, em 1895, a lei n.º 147 do estado de Minas estipulava a cobrança de uma taxa de 3% sobre a produção do ouro, gerando uma receita relevante para o estado. Ainda a partir de 1900, os trabalhadores, principalmente os espanhóis, que possuíam experiência associativa, fizeram uma greve, devido ao rebaixamento salarial, sendo o início das reivindicações trabalhistas que vão marcar a cidade no século XX.

### **1.6 Mineradora, controle e conflitos (1924-1960)**

Em 1923, a cidade passa a ser denominada Nova Lima, estruturada em uma cidade industrial, que segue os princípios ideológicos da empresa, de controle e hierarquização. Pereira Costa

(2003) explica que cerca de oito tipologias serão testadas na cidade de acordo com a hierarquia funcional e adaptadas ao relevo, com o objetivo de tornar os trabalhadores mais saudáveis e produtivos, mas também para aumentar o controle sobre eles. A Figura 17 mostra, à esquerda, a construção do bairro Vila Operária em 1930 e, à direita, uma casa de estilo europeu, construída para os ingleses. As casas demarcavam a distinção funcional da população na empresa e na cidade.

**Figura 17 – Foto das casas construídas para os trabalhadores brasileiros. Ao lado, foto da casa construída para os ingleses**



Fonte: TRAVASSOS, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas (Austin/EUA); Acervo Nettie Lee Benson Collection (setor de livros raros).

Segundo Grossi (1981), a empresa, na década de 1920, com as crises mundiais, sofreu uma retração da mão de obra devido à migração para o campo de parte dos funcionários e à recusa da mão de obra estrangeira de realizar certos trabalhos na mina. Outro ponto levantado pela autora é que existia uma diferença salarial entre os trabalhadores brasileiros e estrangeiros, o que revoltava os operários e gerou um movimento grevista na cidade, na década de 20. A empresa passou a se preocupar com a ameaça da produtividade proveniente das tensões sociais. Grossi (1981) relata que houve uma modificação no perfil dos operários da empresa, a partir dos anos próximos a 1930, com o progressivo decréscimo de trabalhadores estrangeiros, o que provavelmente se relaciona aos conflitos mundiais. Os trabalhadores da mina passam a ser constituídos principalmente por brasileiros; pelos filhos de trabalhadores da mina e pelos pequenos agricultores, que foram expulsos das terras que cultivavam. A mão de obra passa a ser quase 100% nacional na década de 1940, permanecendo os trabalhadores de nacionalidade inglesa apenas nas funções de comando. Pereira Costa (2003) expõe que, em 1938, o problema com a mão de obra se estabiliza, o que pode ser atribuído à construção de unidades habitacionais na década de 1930, atraindo e fixando os trabalhadores na cidade. Em outros momentos de crise, como na Segunda Guerra Mundial, a empresa adotou o mesmo procedimento, ampliando

os bairros pela cidade. Em meados da década de 1940, as casas de aluguel simbólico para a moradia dos trabalhadores somavam 2.660 unidades, sendo 1.600 construídas a partir de 1930 (MORRO VELHO, 1995).

A estruturação de uma classe trabalhadora, principalmente, por meio da oferta de moradias, trouxe questões trabalhistas, que coincidiram com o momento histórico nacional, de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A cidade passa a ter um movimento forte de trabalhadores, o que leva à criação do seu sindicato, em 1934. Apesar de o governo e a empresa tentarem controlar essa instituição, ela ganhou força na cidade, devido à conscientização da exploração sofrida e dos lucros exorbitantes. A companhia passou a ser questionada por um movimento organizado e a sofrer sanções econômicas impostas pelos novos decretos do Governo, que limitavam a remessa de lucros para o estrangeiro. Isso obrigou a *Saint John D'el Rey* a permanecer com parte do seu lucro no país, o que levou a empresa, mesmo em um cenário conturbado, a reinvestir o seu lucro. No entanto, uma evidência da força da empresa foi a obtenção da isenção de impostos por 10 anos a partir de 1934, sendo renovada por mais 20 anos logo após o seu término. Assim, como em outros momentos históricos, isso gerou ausência de fiscalização, maior autonomia para a empresa e acirramento dos conflitos existentes. “Naquele mesmo ano de 1934, a Companhia ativou os trabalhos à custa de exploração intensiva da mão de obra e alcançou a profundidade de 2453 metros, mantendo a sua posição da mina mais profunda do mundo” (GROSSI, 1981, p.44).

Segundo Taveira (2007), logo após a Segunda Guerra Mundial, os vitoriosos Estados Unidos, através do Plano Marshall, ajudaram na reconstrução dos países europeus. Outro plano, o Ponto Quatro, foi criado visando estender a ajuda econômica para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. No entanto, a ajuda ao Brasil se constituiu em um estudo realizado pela *Geological Survey* sobre as reservas de minério de ferro do país, que identificou o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, mapeando a região com precisão e gerando vários estudos publicados.

A ajuda econômica ao Brasil não passou de um estudo para a exploração de novos territórios que fornecessem matéria-prima para o desenvolvimento dos Estados Unidos. Vários trabalhos relatam que “a transição da *Saint John D'el Rey* para a Mineração Morro Velho inicia-se em 1957, quando os ingleses transferem o controle acionário para um grupo americano que, em 1960, torna a transferi-lo para os acionistas brasileiros” (MORRO VELHO, 1995, p.171). No entanto, a transferência dos ingleses não ocorreu de forma negociada como aparenta, pois a fixação do preço internacional do ouro, juntamente com as questões trabalhistas, comprometeu

parte do lucro da empresa, o que levou à diminuição nos preços da cotação da *Saint John D'el Rey* na bolsa de Londres. Segundo Taveira (2007), a *Hanna Mining Company* (Hanna) comprou suas ações durante os anos de 1955 e 1956, sem que os acionistas da *Saint John D'el Rey* percebessem que estavam comercializando a empresa, assumindo o seu controle acionário.

Como o interesse da *Hanna Mining Company* era o minério de ferro e não a empresa de ouro, que estava sob um conturbado período de lutas trabalhistas, foi cogitado encerrar as atividades de exploração do ouro, como podemos ver no trabalho de PAULA (2014), fundamentado no trabalho de Alessandra Deotti:

A possibilidade de a única empresa produtora de ouro do país encerrar suas atividades e deixar centenas de desempregados fez surgir a Mineração de Morro Velho Ltda. em 1960, resultado da união de três empresários brasileiros, Walther Moreira Sales, Horácio de Carvalho e Fernando Mello Viana. Só a partir de então iniciou-se a política de formação de corpo técnico e gerencial da empresa composto por brasileiros. Com o auxílio do governo brasileiro, os acionistas conseguiram recuperar e manter as atividades da mineração de Morro Velho durante toda a década de 1970 (PAULA, 2014, p.271)

Grossi (1981) explica que a companhia inglesa oferecia casa para fixar o trabalhador a preço de aluguel simbólico; mas, com a compra da mina pela Hanna, quase 3 mil moradias passam a ser da empresa, que resolve vendê-las. O trabalhador passa a ter uma dívida com a empresa para adquirir a sua casa, que só foi possível de ser quitada devido ao não fechamento da mina. A compra da *Saint John D'el Rey* pela Hanna foi contestada pelo sindicato, que entrou com um documento contra a sua venda; isso levou a uma CPI, mas a luta não alcançou os seus objetivos.

## 1.7 Morro Velho

[...] impossível se torna compreender a vida da comunidade sem falar na companhia que monopolizou toda a economia e, conseqüentemente, todas as manifestações de atividade social, cultural e política da população: começando pela concentração demográfica que atinge 70% na sede do município e terminando pela distribuição das propriedades na área rural, das quais cerca de 80% pertencem à companhia (IBGE, 1959, p.194).

Os dados sobre a influência da mineradora dentro de Nova Lima até a década de 1960 impressionam, já que era difícil dissociar qualquer aspecto de Nova Lima da *Saint John D'el Rey*. Segundo RODRIGUES (2002), isto torna peculiar a urbanização da cidade em relação às demais da região metropolitana pelo fato de se ter na cidade a primeira experiência bem-sucedida de Minas Gerais e do Brasil da implantação de uma mineradora. Sua urbanização acontece através da evolução da exploração do ouro, concentrando-se em suas mãos a maior parte do território.

Pereira Costa (2003) expõe que alguns fatores começam a modificar o perfil social e econômico da cidade, caracterizada como um centro de apoio a uma companhia monopolista extrativista de ouro. No final da década de 1950, temos o principal fator que levou à diversificação da economia da cidade, que foi a alienação da companhia *Saint John D'el Rey* para a companhia Hanna dos EUA. Grossi (1981) explica que, ao adquirir a empresa, os americanos levaram não só a maior mina de ouro do Brasil, como também as reservas de ferro da Serra do Curral – o que pode ser estendido a regiões próximas, pois a *Saint John D'el Rey* era proprietária das terras da cidade e de parte das cidades vizinhas.

A partir da década de 1960, com a troca de proprietários da mineradora, a cidade passa por uma transformação, relacionada mais ao seu território do que à sede do município, que continua com a atividade de exploração do ouro. A *Hanna Mining Company*, apesar de não assumir a mineração de ouro, não abriu mão da maior parte das terras de Nova Lima, passando a explorar o ferro, que estava presente em seus limites metropolitanos, através da MBR (Minerações Brasileiras Reunidas).

Como a sede do município continuava com a exploração do ouro, a perda do monopólio da mineradora de ouro pouco afetou a vida do nova-limense. Ao se analisarem os dados da Figura 9, vê-se pelo gráfico que a produção da Morro Velho, nas décadas de 60 e 70, oscilava de 3 a 5 toneladas anuais de ouro, mesmo com a defasagem tecnológica apresentada como motivo para a empresa brasileira buscar tecnologias de ponta no exterior. Assim, em 1975, a Morro Velho estabeleceu parceria com a *Anglo American Corporation*, que adquiriu 49% das ações e o controle técnico das operações (PAULA, 2014).

Com a modernização da mina, tornou-se uma necessidade um número maior de profissionais especializados, o que posteriormente também passou a ser uma demanda da mineração de ferro. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desde a sua fundação, em 1945, investiu na formação de profissionais qualificados, mecânicos e eletricitas, fornecendo estagiários e profissionais para essas empresas. A diversificação das áreas de atuação tornou-se cada vez mais frequente, com cursos que incluíam formação gerencial e processamento de dados. Na companhia Morro Velho, foi firmado um programa de estágio com universidades e escolas técnicas, absorvendo cerca de 40% dos estagiários. Em 1987, a empresa contava com um contingente de quase 8.000 pessoas (MORRO VELHO, 1995).

Vale ressaltar que a modernização da mineradora Morro Velho permitiu a retomada da exploração da Mina Velha em 1959, que permanecia desativada desde o desmoronamento das

galerias ocorrido em 1886. A Mina funcionou com dois setores: Mina Velha e Mina Grande, que operaram continuamente até 1989, quando se deu a interrupção das atividades por medida de segurança, em razão de um abalo geológico ocorrido na região em 1987 (MORRO VELHO, 1995). A partir de 1990, apesar de investimentos vultosos na mecanização, a atividade foi paralisada na Mina Grande, em 1995; e na Mina Velha, em 2003. A profundidade da mina e sua extensão foram os motivos apresentados para o fechamento das minas, mesmo ainda existindo ouro no seu subsolo. O elevado custo de produção tornou inviável a continuidade dos trabalhos nas minas.

De 1990 a 1995, observa-se a gradativa diminuição no quadro de funcionários da empresa, ocasionando o desemprego em Nova Lima, que perde a sua atividade de maior empregabilidade, mais tradicional e com grande força na cultura local. Mesmo depois de encerrar as atividades de mineração, já no século XXI, a sul-africana *Anglo American Corporation*, maior empresa de mineração do mundo, adquiriu a totalidade das ações da Morro Velho e criou a Companhia AngloGold Ashanti, que passou a gerir as operações da empresa em Minas Gerais e no país (PAULA, 2014).

De acordo com Rodrigues (2002), o fim da exploração mineral levou à comercialização das propriedades em forma de loteamentos, o que caracterizou o desenvolvimento de Nova Lima na contemporaneidade. No entanto, a cidade possui uma função estratégica para Belo Horizonte e região metropolitana, que vai além do seu estoque de áreas de expansão disponíveis, destacando-se também sua preservação ambiental e sua importância para o abastecimento de água. Segundo a autora:

Nova Lima, *um dos maiores latifúndios do mundo*, torna-se campo fértil da atividade imobiliária, em função da permanência de um mesmo grupo econômico no poder há mais de vinte anos, da ausência de controle do uso do solo, da falta de planejamento e de políticas públicas urbanas. [...] A organização do mercado imobiliário na definição de seus interesses contrapõe-se à falta de diretrizes de planejamento e à indefinição do município. Neste contexto, o interesse público sucumbe aos interesses privados. (RODRIGUES, 2002, p. 188).

A aprovação de loteamentos, sem considerar a constituição, com alto índice de adensamento, com reduzida observância às questões ambientais e reduzida participação popular, torna-se prática comum no município na segunda metade do século XX, antes da aprovação do Plano Diretor em 2007. Contudo, mesmo com o Plano Diretor, o poder econômico internacional encontra lacunas na legislação e investe em subterfúgios para propor alterações de alguns pontos que contrariam os seus interesses.

Diferente do minério de ferro, que destrói a vegetação e os morros quando explorado, a mineração do ouro é desenvolvida no subsolo e mantém a vegetação arbórea da superfície. As matas, que já foram mais preservadas, ainda se constituem em um atrativo de Nova Lima, que pode ir além da formação de condomínios de luxo, isolados e superficiais, para empreendimentos que valorizem a sua riqueza, desenvolvendo a cidade de acordo com suas potencialidades.

A questão a ser discutida e empreendida para o destino da área da Mina Grande envolve os aspectos econômicos, ambientais, históricos e culturais da sede do município, como poderá ser observado no decorrer desta dissertação. O próximo capítulo acrescenta ao campo histórico de três séculos de exploração do ouro uma discussão sobre o significado da memória presente no cotidiano da população e nas reminiscências da cidade.

## 2 DISCURSO, MEMÓRIA E GLOBALIZAÇÃO

Este capítulo apresenta noções de como a história pode se aproximar das pessoas, saindo dos livros e se estabelecendo nas reminiscências da população. Esta, ao dela se apropriar, estabelece a diversidade de discursos fundamentais na formação de uma identidade local. A pluralidade, ao contrário do discurso unificador, consegue abranger a população em suas especificidades e aproximar-se de suas vidas, tornando-as significativas. Os conceitos de discurso, memória e globalização serão abordados a seguir, por meio de uma perspectiva diversa e contraposta àquela apresentada pelos discursos oficiais, pelo fato de estes se apresentarem superficiais e distantes do cotidiano, não estabelecendo vínculo com a história local. Neste caso, a história local ganha significação sobretudo quando se vincula à memória, especificamente aos locais de memória – o que, segundo Pierre Nora, é o que temos disponível na contemporaneidade para vivenciar a história. No entanto, o lugar de memória, como a área da Mina Grande em Nova Lima, com toda a sua riqueza histórica e cultural, fundamental para uma identidade local, sofre a pressão de um sistema econômico, que ignora sua importância, estabelecendo a dominação característica do mundo globalizado.

De antemão, é preciso definir como ponto de partida o questionamento do discurso oficial em Nova Lima e a valorização dos discursos que aproximam a história da memória, através da vivência ou dos registros provenientes da oralidade. A oralidade é aqui entendida como a forma de expressão daquilo que permanece da cultura no interior da sociedade, utilizando-se da memória como sua principal fonte. Ao apresentar a diversidade de discursos históricos em Nova Lima e seus avanços com relação ao discurso oficial e científico, é possível validar discursos marginalizados e próximos da população, à luz da discussão estabelecida por Foucault. Logo após, com Latour, parte-se para um questionamento à modernidade, comparando a sociedade moderna com outras etnias e apresentando a aproximação dos discursos ao cotidiano. Essa questão também se conecta aos textos de Nora e Le Goff, que discutem o afastamento entre a história e a memória impostos pela modernidade.

A possibilidade da história voltar a ser significativa na vida da população leva à discussão acerca do lugar de memória exposto por Nora e Le Goff, em oposição ao atual cenário de globalização e homogeneização do mundo contemporâneo, abordado por Milton Santos, Lefebvre, Bauman e outros. O contraponto a esse cenário é exposto por Castriota e Pires, que sugerem formas de valorização de culturas locais, com o reconhecimento do seu patrimônio, frente ao mundo globalizado. O estabelecimento de leis e da luta para garantir a permanência

da memória remete à cultura da população que, nesta dissertação, será abordada ao se analisar o cenário de destinação da área da mineração, no centro de Nova Lima, que tem a possibilidade de ser revisitada pela população, através do acesso, das vivências e de sua representação.

## **2.1 Diversidade do discurso histórico em Nova Lima**

A memória pode ser transposta de um período a outro por meio da escrita, da fotografia, da reminiscência, do ritual e da oralidade. A escrita e a fotografia permitem, através dos seus registros, que a história esteja presente na memória ao longo dos anos; no entanto, podem reproduzir um discurso dominante, pouco significativo, que necessita ser revalidado no presente por mecanismos que ativem a memória. Já as reminiscências, rituais e oralidade pertencem à memória por estarem vivas e produzirem as especificidades locais através de múltiplos discursos.

Os recursos da escrita e da fotografia são importantes para que não ocorra o obscurantismo histórico, como é o caso do Brasil indígena e a Nova Lima do século XVIII, em que as informações eram escassas e onde prevalecia o discurso generalista e dominante. A história oficial, quando bem documentada, pode continuar a produzir sua versão, através de uma concepção dominante, sem dar a ênfase necessária aos conflitos existentes. No entanto, possibilita um conhecimento específico que, se aliado à memória, pode fazer ressurgir a história em discursos não oficiais, o que estreita a relação entre a história e a memória. A oralidade, as reminiscências e os rituais constituem patrimônio histórico e cultural, o que torna os lugares mais significativos e faz da memória a propulsora de uma identidade local e do seu *Genius Loci*.

A exploração do ouro em Nova Lima se estendeu do início do século XVIII até o final do século XX. Trata-se de uma lembrança recente e de outra distante, que permanecem vivas na memória do nova-limense e da cidade, e que, mesmo passando por inúmeras transformações no decorrer dos anos, com sua metropolização e a diversificação das atividades econômicas, continua marcada pela mineração de ouro. Na atualidade, a área da mina, no centro de Nova Lima, desperta para a presença de uma memória, através de suas reminiscências, o que, juntamente com o registro da história oral, estabelece a memória da população, levando ao conceito de *Genius Loci*, que atribui alma a um local. Conzen (2010) reforça a importância da preservação histórica, mas reconhece que o local não é estático e está em constante transformação. Segundo o autor, o *Genius Loci* está na sobreposição de camadas, que contam muito mais do que a vida do lugar no presente, com as aspirações de todas as épocas ali vivenciadas que estão demarcadas no cotidiano da cidade.

O modelo de desenvolvimento da mineradora aparece como a principal característica histórica do século XIX, construindo a cidade como uma extensão da empresa. As condições de trabalho, incluindo o trabalho escravo, continuaram a ser negligenciadas pela história. As precárias condições de trabalho na mineradora *Saint John D'el Rey* não eram práticas comuns no século XIX. No entanto, os relatos do viajante Burton, em 1867, expõem, além da grandiosidade da mineradora e da tecnologia empregada na sua visita ao interior da mina, as condições de trabalho do mineiro na época, com palavras que associavam o operário a um animal, por suportar condições subumanas de trabalho.

Perfeitamente dantesca era a depressão entre as enormes paredes da montanha, que davam a impressão constante de que iriam desabar a qualquer momento [...] através desse inferno, gnomos e duendes, figuras seminuas, movimentavam-se na escuridão. Aqui, corpos negros, brilhando com gotas de suor, penduradas em correntes em posições que pareciam amedrontadoras; ali, pulavam, como Leopardo, de lugar a lugar; mais adiante apinhavam-se junto a cordas soltas como trogloditas; além, moviam-se em plataformas, que, só de olhar, poriam tonta uma pessoa nervosa. Essa única visão amplamente nos compensou. Era um lugar “Onde muito se pensa, e onde pouco se fala”, mas o efeito permanecerá em nossa retina mental enquanto o nosso cérebro cumprir o seu dever. (BURTON, 2001, p. 307).

Outras versões sobre a mineradora passaram a ser produzidas e, na segunda metade do século XX, o livro *A Cortina de Ouro* traz a crítica de Costa (1955), que argumenta sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais relativos à mineradora, mostrando a isenção de impostos da empresa por parte do governo, a falsa apresentação dos lucros (o que justificava os salários baixos) e a herança de doenças. “A participação nos lucros da Cia. Morro Velho pelos seus milhares de operários são a silicose e o ‘arsenicismo’” (COSTA, 1955, p. 44). O autor ainda argumenta que, independentemente da época e das circunstâncias, a empresa mantinha seu papel de exportadora de matéria-prima, em um modelo semicolonial, de uma “nação dependente e escravizada”. Situação que perdura até o período deste trabalho, que também discute a autonomia da localidade frente ao cenário de dependência ao mundo globalizado, em que empresas multinacionais são proprietárias da maior parte do território da cidade.

Alguns textos e livros passam a trazer a história da mineração em Nova Lima fora da visão desenvolvimentista, levantando aspectos ambientais, culturais e principalmente trabalhistas. Outros livros são romanceados, aliando história à ficção, como o livro de Delgado (2009) que conta a história de muitos mineiros que sofreram um processo após o golpe de 1964, por se manifestarem contra os militares e as prisões arbitrárias de companheiros do sindicato. Com uma riqueza de detalhes e dados, a história é contada a partir dos relatos dos mineiros, que nada têm de ficção, expondo as dificuldades enfrentadas para a formação da cidade.

Somente com a passagem dos anos a miscigenação produziu uma comunidade. Nova Lima originou-se de uma disputa quase selvagem de uma riqueza natural. Uma coisa é, entretanto, verdadeira: toda a incalculável fortuna retirada daquele solo não serviu para o desenvolvimento brasileiro, menos ainda daquela localidade. Foi tudo para o exterior. Os mineiros viam aquela riqueza passar por suas mãos, mas só lhes restavam os baixos salários que recebiam [...] (DELGADO, 2009, p. 33).

Outro livro, fundamentado no relato dos mineiros, foi produzido por Souza (1999), que optou por denominar “jornalístico” o seu trabalho. Por meio de um contato direto com os mineiros, preocupou-se em manter a tradição oral das minas de ouro de Morro Velho – que tende a se perder com as novas gerações. Para o autor, conhecer a história das minas de ouro de Morro Velho é, antes de mais nada, conhecer de perto a vida dos mineiros. O autor relata que os mineiros modificavam-se para aguentar as condições de trabalho, existindo duas vidas dos mineiros: a de dentro e a de fora da mina.

[...] lá embaixo da terra parece haver um mundo estranho ao da superfície, a gente se transforma, uma força diferente surge e ninguém sabe explicar. Mas o certo é que a carência de ar puro modifica o organismo do trabalhador. Os operários tornam-se frenéticos, violentos, profanos e tristes. [...] em casa, nas ruas ou em qualquer lugar fora da mina, são alegres e joviais como todo mundo. Aliás o mineiro da Morro Velho é muito hospitaleiro, mas fora da mina (SOUZA, 1999, p. 48).

Essas e outras produções realizadas sobre Nova Lima, a partir de meados do século XX, apresentam um discurso alternativo às teorias globalizantes e funcionais, que determinam o que deve ser considerado um procedimento aceitável. Esses discursos históricos têm proximidade com a memória de uma época, facilitando a sua releitura no presente. Sair do discurso oficial e considerar outras narrativas, algumas delas apoiadas na oralidade, auxilia no entendimento da história e valoriza a memória. A diversidade do discurso nos leva à discussão a seguir, o que colabora com a valorização da oralidade trazida nessa dissertação.

## **2.2 Discurso e oralidade**

Foucault (2010) denomina a crítica local um “retorno de saber”, o que confronta o saber à vida e produz o que ele chama de “insurreição dos saberes dominados”, significando a introdução de outros conteúdos históricos que foram mascarados pelo discurso científico. Ele aborda o caráter local da crítica como a possibilidade de outro discurso que trate dos conflitos negligenciados pela história. Segundo o autor, isso não constitui uma pobreza teórica. “O caráter essencialmente local da crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer validade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 2010, p. 169). O seu reaparecimento não se deve a um saber comum, mas a um saber particular e local.

Em um caso como no outro, no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta. Nos domínios especializados da erudição como nos saberes desqualificados das pessoas jazia a memória dos combates, exatamente aquela que até então tinha sido subordinada. (FOUCAULT, 2010, p. 170-171).

Os saberes locais deixam de ser submetidos à hierarquia dos discursos dominantes e globalizantes, para se enquadrarem no conceito de “genealogia” exposto por Foucault, o que permite a integração entre conhecimento e memórias locais. Não se trata de requerer o seu lugar no campo científico, mas de lutar contra a centralização do poder presente no discurso científico, unitário e formal. A “genealogia” permite a inserção do sujeito na “trama da história”, que leva à constituição dos saberes e dos discursos. No entanto, o próprio Foucault questiona como seria a inserção deste saber local na estrutura: “não correm eles o risco de serem recodificados, recolonizados pelo discurso unitário que, depois de tê-los desqualificado e ignorado quando apareceram, estão agora prontos para anexá-los ao seu próprio discurso e a seus efeitos de saber e de poder?” (FOUCAULT, 2010, p. 173).

[...] o problema não é o de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. (FOUCAULT, 2010, p. 7).

O poder cria uma necessidade de estabelecer a verdade que o perpetua: não se trata de definir o certo e o errado. A crítica local seria uma recusa ao saber dominante como único e verdadeiro, possibilitando a humanização do conhecimento e ampliando o campo histórico por meio da diversidade trazida pelos discursos marginalizados. Apesar de todas as sociedades terem suas relações de poder e produzirem discursos de verdade, nas sociedades ditas “modernas”, a especialização de cada campo do conhecimento define um padrão oficial que é apresentado como verdade única, impondo-se sobre todas as outras.

Como se observa, Foucault (2010) auxilia na compreensão da dinâmica de ruptura com as versões generalistas, levantando a importância de se inserir nela os discursos desconhecidos, que também fazem parte da história e do conflito. A mudança de perspectiva é fundamental, pois permite a introdução da memória e da vida em discursos plurais. O enfrentamento leva a um contraponto ao discurso oficial que, para Foucault, não compatibiliza os discursos (dominado e dominante). No entanto, mesmo que qualquer discurso não se constitua em uma verdade, a incorporação de saberes locais possibilitaria a modificação do discurso dominante ao inserir o que não era considerado anteriormente. Não se pode subestimar a força de um discurso; mas, uma alteração em seu interior, mesmo que não altere seu *status* de soberania, permite uma aproximação entre os saberes.

A valorização da oralidade e da etnografia pela antropologia possibilitou o surgimento de um novo campo de pesquisa e de metodologias para outras áreas do conhecimento. Ao se comparar as sociedades “modernas” a outras que não recebem esta denominação, percebe-se que aspectos que foram rompidos em algumas sociedades permanecem inalterados em outras. O conflito entre diferentes saberes – ou a aproximação dos saberes em um discurso científico – não ocorre em estudos etnográficos, em que a separação nunca ocorreu, como se observa em Latour.

[...] não somos selvagens, nenhum antropólogo nos estuda desta maneira, e é impossível, justamente, fazer em nossas naturezas-culturas aquilo que é possível fazer em outros lugares, em outras culturas. Por quê? Porque nós somos modernos. Nosso tecido não é mais inteiriço. A continuidade da análise tornou-se impossível. Para alguns antropólogos tradicionais, não há, não pode haver uma antropologia do mundo moderno. As etnociências podem associar-se em parte à sociedade e ao discurso, mas a ciência não pode. (LATOURE, 2005, p.12-13)

Latour (2005) questiona a modernidade, argumentando que a separação das áreas do conhecimento e a fragmentação dos discursos, tão vangloriada pela modernidade, não acontece de fato – por mais que se tente ser “moderno”. Sociedades ditas “primitivas” não carregam um discurso oficial, o que permite relacionar a vida, os sentimentos, a política e a ciência, sem cair em contradição, pois a unidade se estabelece exatamente na inexistência de um discurso único. As sociedades “modernas”, ao separar, dividir e fragmentar, precisam justificar as suas ações por meio de um discurso unificador que se estabelece distante das pessoas e da sociedade, sendo uma criação que transcende a vida e que não acontece na prática. A polarização entre global e local ou natural e social cria representações que não existem de forma purificada e isolada, sendo que uma rede de relações se estabelece entre esses polos. “Nós, pobres sujeitos-objetos, humildes sociedades-natureza, pequenos locais-globais, nos encontramos literalmente esquarterados entre regiões ontológicas que se definem mutuamente, mas que não se assemelham mais à nossa prática” (LATOURE, 2005, p.120).

Para não se estender demasiadamente nesta discussão, reafirma-se que, a esse respeito, o importante para este trabalho é o entendimento de que a fragmentação e a polarização provocadas pela modernidade e pela efetividade de um discurso unificador da ciência não existem no cotidiano das sociedades. Sempre existiram outros saberes, por mais que estivessem historicamente ocultos; e a vida se estabelece em múltiplas conexões, que não podem ser separadas, a não ser no campo das representações. Foucault e Latour desconstruem o estabelecido e problematizam caminhos a serem percorridos, abrindo novas perspectivas.

Ao emendar a Constituição, continuamos acreditando nas ciências, mas ao invés de encará-las através de sua objetividade, sua frieza, sua extraterritorialidade – qualidades que só tiveram um dia devido ao tratamento arbitrário da epistemologia–,

iremos olhá-las através daquilo que elas sempre tiveram de interessante, sua audácia, sua experimentação, sua incerteza [...] (LATOURE, 2005, p.140).

A utilização da etnografia e da oralidade permite visualizar outras sociedades e saberes, trazendo uma crítica ao distanciamento promovido pela sociedade moderna e pela ciência. Estas mesmas sofrem pressões para serem transformadas, sendo cada vez mais comum a produção de trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares, que buscam o entendimento da totalidade. A oralidade cumpre o papel de aproximar conhecimento e vida, como ainda é recorrente em comunidades indígenas, que fazem a releitura constante da sua cultura através da memória.

Não é possível voltar no tempo e cancelar a evolução científica ou mesmo desconsiderar que ela existiu; deve-se partir do ponto que se construiu até o presente momento. Refletir sobre outros saberes e culturas, ou sobre a antiguidade, retira a inevitabilidade da ciência e não permite mais que os saberes sejam hierarquizados. As questões da memória e da história, apresentadas a seguir, integram-se ao que foi até aqui discutido, pois tratam, justamente, da mudança que elas sofreram a partir da introdução do pensamento moderno e da ciência.

### **2.3 Memória e história**

Apesar de a memória estar presente em todas as sociedades, essa possuía um maior significado naquelas onde ainda não havia a escrita; ou para a Antiguidade, em que a escrita ainda não apresentava os aparatos do acúmulo de informações característicos da Modernidade. Todas as sociedades vêm utilizando-se das lembranças em suas relações do cotidiano; no entanto, a escrita e a ciência permitiram a institucionalização da história – que, até então, não era delas separadas e se constituía no que permanecia vivo do passado no presente. Isso porque a escrita permitiu o registro do que estava no campo da memória, aproximando a história e a ciência, o que criou uma história desvinculada e afastada da vida prática (LE GOFF, 2003).

Segundo Le Goff (2003), os povos sem escrita cristalizavam a memória coletiva, desde o mito de origem, fornecendo um fundamento, aparentemente histórico, à existência das etnias ou das famílias. Essas reminiscências são passadas através das gerações pela oralidade, sendo que mesmo os mitos de origem podem receber pequenas variações de acordo com o seu narrador, o que permite adaptações constantes para o presente. A memória está ligada à variação dos sentidos e à percepção do mundo, não sendo importante para esses povos a reprodução mecânica e fidedigna de um fato, mas a liberdade de tornar a história significativa para suas vidas.

A recordação remete a um conjunto de funções psíquicas de conservar informações, possibilitando atualizar as informações representativas do passado. Le Goff (2003), expõe que a recordação e o esquecimento passam por manipulações, conscientes ou inconscientes,

[...] que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Etnias que viviam da intimidade da memória tiveram de se adaptar às imposições históricas trazidas pelos colonizadores, que contaram com a ajuda dos registros oficiais para substituir aquela herdada por uma história reformulada. Estabeleceu-se, assim, a abertura para o mundo moderno, que necessita da historicidade, da materialização documental da história, para conectar o passado com o presente.

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] A história, devido à operação intelectual e laicizante, demanda análise de discurso crítico. [...] A história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

A memória cumpria uma função no passado e em etnias diversas que não cumpre mais nas sociedades modernas. A memória, por meio da sua subjetividade, ao dar vida às tradições, insere-se no presente de forma objetiva. Ao contrário, na objetividade da história, as tradições precisam de uma atualização – e estas dependem de uma releitura subjetiva para serem incorporadas no presente. O retorno à coletividade passa a ser reconstruído pela história através do desejo das sociedades de reviverem suas tradições, buscando estabelecer novamente uma memória significativa para seus membros. Por mais que o retorno ou a continuidade de uma tradição sejam desejados por uma cultura, só acontecerão se as pessoas compartilharem a tradição na prática e não apenas no campo teórico. A convivência e a oralidade permitem diferentes interpretações que convergem em uma memória que, além do seu significado coletivo, possui também um significado diferente para cada indivíduo.

Com o advento da imprensa, a memória deixa de estar fixada no interior do indivíduo e se exterioriza. Tornou-se impossível para um indivíduo guardar na memória todo livro e arquivo

existente, deixando inerte todo material que depende do homem para ganhar vida, o que se agrava ainda mais com as mídias digitais e a memória eletrônica, que a cada dia conseguem acumular mais informações. No entanto, segundo Le Goff (2003), para se acessar a memória eletrônica, é necessária a programação do homem, que possui uma memória não “informatizável”, o que atribui à memória eletrônica a característica de auxiliar das necessidades humanas.

Nessa perspectiva, para Nora (1993), a crítica histórica destrói a espontaneidade da memória, deslegitimando o passado vivido. A ambição da história não está na exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas na sua anulação. Essa posição do autor cria uma inversão ao discurso da ciência histórica que se apresenta como o discurso oficial. A reprodução através da escrita pode garantir a repetição de um discurso e seu congelamento no tempo, mas não se discute a sua criação. A origem do mito moderno está na memória de uma época, que também passou pelos sentidos e sentimentos até serem estabilizados pela escrita. Até o relato de um acontecimento ou de uma experiência, por mais imparcial que seja, um dia teve de ser interpretado por alguém.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retrô, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória, desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo, que se vende bem. (LE GOFF, 2003, p. 466).

Segundo Le Goff, existe um movimento, a partir de meados do século XX, que passa a criar vários meios para difundir a história oral e a história de vida, o que provoca uma renovação da ciência social. A história operária é produzida por uma memória coletiva, “através de uma tomada de consciência do passado industrial, urbano e operário da maior parte da população.” (LE GOFF, 2003, p. 468). Nesse sentido, a valorização da indústria de mineração em Nova Lima, se partir da história oral e operária, cria discursos alternativos que permitem a retomada da história, com a conscientização de um passado que inclui a cidade no contexto nacional e permite enxergar os trabalhadores como protagonistas na sua construção.

A colaboração de historiadores, sociólogos, antropólogos e outros demonstra que existe uma preocupação com a memória coletiva no campo das ciências humanas, o que leva a refletir sobre seu papel na contemporaneidade. Para Le Goff (2003), a memória coletiva faz parte de grandes questões, como o desenvolvimento da sociedade e as lutas de classe. A renúncia de

uma história linear e positivista possibilita a multiplicidade de saberes e uma outra temporalidade, relacionada à vivência do indivíduo na coletividade.

Para Nora (1993), nossa percepção do passado passa pela apropriação daquilo que não nos pertence mais. O avanço da oralidade, ao citar autores, permite que se ouçam suas vozes. A redefinição da identidade está na memória histórica, que faz de cada um historiador de si mesmo, levando-se ao crescimento das pesquisas genealógicas. O autor introduz ainda o conceito de “lugares de memória” como algo não espontâneo, mas que ressignifica objetos, arquivos e tudo que leve à lembrança, para a organização de um passado que precisa ser incluído no presente.

## 2.4 Lugares de memória

Porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

O lugar de memória seria aquilo que restou da memória nas sociedades históricas, promovendo uma ordenação e releitura dos vestígios, o que a distingue de uma reprodução mecânica da história. “Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que os tornam interessantes, mas também complexos: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.” (NORA, 1993, p. 21).

Os lugares de memória podem receber diferentes classificações, devido à amplitude do conceito, que engloba objetos, arquivos, monumentos, edificações, paisagens, entre outros. Podem-se estabelecer critérios que diferenciam os lugares de memória, assim como distinguir os lugares naturais daqueles intelectualmente elaborados. Cada classificação atende aos interesses da análise sobre os lugares de memória específicos, mas não se constitui em uma forma única e consensual.

A valorização dos lugares de memória nas sociedades contemporâneas surge da necessidade de identificação com o local, devido à unificação do discurso dominante e globalizante. Para Le Goff (2003), a substituição da temporalidade linear por tempos vividos múltiplos é o que permite o enraizamento do indivíduo no meio social. A memória, que foi colocada em planos inferiores pela modernidade, sofreu toda a pressão do discurso unificador e científico que, dessa forma, ignorou a pluralidade da vida.

Gonçalves (2012) explica, por meio da obra de Pierre Nora, que a partir da década de 1980, na França, houve uma mudança nas comemorações, que escapavam do discurso oficial, desdobrando-se em uma pluralidade de identidades, uma diversidade de eventos, sem que houvesse hierarquização. A noção de “lugares de memória”, particular e significativa, se integra a esse movimento comemorativo, que novamente conta a história por meio da memória. Nora então converte o lugar de memória em um elemento simbólico, material ou não, do patrimônio cultural de uma comunidade. Apesar do contexto específico da França, o retorno da memória é uma característica comum da evolução da modernidade – que se apresenta incapaz de atender aos anseios da sociedade –, buscando se adaptar ao universalismo e, ao mesmo tempo, vivenciar as especificidades locais.

O patrimônio cultural, por muito tempo, esteve associado à materialidade, à ciência e ao discurso positivista de nacionalidade; e a valorização da memória ampliou o seu campo de atuação, evidenciando saberes que estavam ocultos e diversificando a noção de patrimônio cultural.

A memória-patrimônio não significa somente, por consequência da contemporaneidade, um sinal do crescimento, em importância, do campo do patrimônio cultural. Pode-se interpretar, a partir das indicações de Nora, que a perspectiva patrimonializadora teria se tornado a *forma privilegiada de expressão da memória nacional*, o que permitiria compreender as razões do próprio campo patrimonial, no tempo presente, sofrer pressões para sua reestruturação, quanto a procedimentos técnicos, normativos, perfil de profissionais, abrangência dos elementos passíveis de preservação e critérios de seleção (GONÇALVES, 2012, p. 40).

A unidade buscada pelo que foi denominado acima “patrimônio memorial” está fundamentada na sua capacidade de abarcar a pluralidade existente em diversos lugares e não mais unicamente à sua historicidade geral. O patrimônio, assim como a memória, ou os “lugares de memória”, são as formas encontradas para analisar uma época que carrega o peso da modernidade e das suas consequências de distanciamento e racionalização da vida, da cultura e dos sentimentos. As identidades locais são potencializadas pela memória e, no entanto, a imposição de um discurso globalizante continua sendo um entrave para estabelecê-las.

Voltando-se ao objeto de estudo desta pesquisa, pode-se afirmar que a área da Mina Grande se constitui em um lugar de memória, com a especificidade de reunir vários fatores: primeiramente, pelas remanescências da exploração do ouro, com sua arquitetura industrial. Aqui, sua materialidade possui uma função ambígua, possibilitando a releitura do espaço ou reforçando uma história da mineração que desenvolveu a cidade de Nova Lima. No entanto, sua importância vai além da materialidade das suas edificações, pois sua presença no centro da

cidade faz parte da paisagem e do cotidiano da população. Os antigos trabalhadores carregaram, além das suas vivências, as memórias da mineração de outras épocas, que ultrapassaram os muros da empresa e alcançaram a cidade. As famílias, as autoridades, os comerciantes, os novalimenses possuem suas lembranças sobre a mineração que, se incorporadas à história da cidade, podem fazer da área da Mina Grande um local de memória, na concepção de Nora.

## **2.5 Identidade local e visão global**

A valorização da memória traz consigo uma valorização dos locais, das comunidades, da municipalidade em uma via de mão dupla, pois é nessas microrregiões que a memória sempre permaneceu viva. É com base nesse saber específico que a cultura de uma cidade se torna única e, ao mesmo tempo, compõe uma memória totalizante. O retorno dessa memória, também mantendo essa mesma reciprocidade, deve-se à utilização da oralidade como um discurso válido e representativo do que permanece vivo em uma sociedade. A concepção de patrimônio cultural se amplia, criando novos instrumentos para lidar com a diversidade cultural consolidada por uma memória coletiva, que estabelece a identidade local. Castriota (2009) explica que

[...] o discurso patrimonial baseado na ideia consolidada do “monumento histórico e artístico”, que se referia aos grandes monumentos do passado, passou-se em nossa era para a concepção de patrimônio entendido como o conjunto dos “bens culturais” referente às diversas identidades coletivas. (CASTRIOTA, 2009, p. 12).

Ao se falar da valorização da memória, da ampliação da concepção de patrimônio, não se pode esquecer que se trata de um fenômeno que se insere em contextos maiores, como o da globalização, que se instalou através da universalidade do discurso e do “processo civilizador” sobre o planeta. Essa questão remete à reflexão de que a transformação do estabelecido como moderno também foi reforçada pela globalização. Castriota (2009) aponta a globalização como um dos fatores que levou à expansão do campo do patrimônio, pois, ao padronizar os valores e os comportamentos, passou a ser uma ameaça às diversidades regionais. Os perigos da mundialização, ao serem debatidos, expõem a necessidade de se criarem mecanismos de proteção a um patrimônio intangível e local.

[...] o fato é que, se, por um lado, a globalização, baseada nos modelos econômicos e políticos neoliberais, fortalece os meios de comunicação de massa como principal fonte de consumo da maioria da população, o que poderia significar um enfraquecimento das culturas locais, por outro lado, o que se vê, quase como um contra movimento, é o reaparecimento e a asserção das próprias identidades culturais locais. Assim, nas últimas décadas tem se assistido, em todos os rincões do planeta, ao ressurgimento de tradições culturais aparentemente desaparecidas, como línguas nativas, costumes e festas [...] Na esteira da globalização avassaladora, surpreendentemente a tradição reaparece, renovada, e se reafirma como uma força viva (CASTRIOTA, 2009, p. 12).

O retorno das tradições configura-se em processos que escapam à globalização; mas, para conseguir conter seu avanço e a desvalorização das diferenças regionais, foi necessário que fossem travadas batalhas locais. O conflito entre o local e o global está presente no cotidiano das pessoas que sofrem a pressão da comunicação de massa e da homogeneização de lugares, referências e valores, como é o caso dos *shoppings*, que estabelecem padrões pelo mundo inteiro. Segundo Bauman (1999, p. 53), “num ambiente artificialmente concebido, calculado para garantir o anonimato e a especialização funcional do espaço, os habitantes da cidade enfrentam um problema de identidade quase insolúvel”. Por outro lado, as lacunas encontradas para a construção de uma identidade significativa, para o autor, surgem devido à própria artificialidade do espaço.

Mesmo que a tradição e a memória sejam valorizadas na contemporaneidade, a preservação de bens culturais não depende apenas da adequação do que pode ou não ser caracterizado como um patrimônio cultural. O estabelecimento de um patrimônio local ou municipal depende de uma série de fatores: econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais, que influenciam diretamente na definição do que será conservado. Houve avanços no campo do patrimônio, que passou a reconhecer a diversidade cultural, institucionalizando procedimentos de preservação abrangentes; no entanto, sua aplicação não é democrática, já que o mesmo critério não é mantido para aqueles que estão subordinados por uma relação de desigualdade social (que pode ser entre grupos, regiões ou países).

No caso da globalização, a autonomia de um país considerado desenvolvido é diferente da autonomia dos países subdesenvolvidos ou emergentes, que precisam se inserir em padrões internacionais. A continuidade de uma divisão internacional obriga a maioria dos países a fornecerem mão de obra e matéria-prima para os países considerados desenvolvidos. Este é o caso do Brasil que, mesmo depois da Independência, da Proclamação da República, da “democratização” política (mas não do território), continuou a ser explorado, de forma diferente. Hoje vivemos uma “globalização perversa”, que é mais sofisticada do que a colonização escravocrata. Milton Santos (2001) fala sobre esse aspecto da exploração mundial que interfere diretamente no cotidiano, na preservação do meio ambiente e da cultura das cidades.

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (SANTOS, 2001, p. 45).

Bauman (1999) nota que os aspectos globais criam a pobreza local, mas dela se afastam para trazer a concepção de desenvolvimento. A intenção é ter a globalização como solução para as mazelas locais, o que pode ser percebido pelas imagens midiáticas de povos subnutridos na África, que não são atribuídos à globalização, mas sim à ausência de uma cultura integrada à rede de relações globais, o que não lhes propicia usufruir das tecnologias e de um modelo de civilização envolvida com o excesso de consumo. O que é vivenciado por esses povos está longe disso: sua cultura e luta diária não são expostas. As precárias condições de trabalho e de vida perpetuam as desigualdades de um sistema que explora aqueles que já têm tão pouco. “As riquezas são globais, a miséria é local – mas não há relação causal entre elas, pelo menos não no espetáculo dos alimentados e dos que alimentam.” (BAUMAN, 1999, p. 82). Nesta perspectiva, também Latour traz um olhar crítico sobre o mundo globalizado: “o Ocidente setentrional pode salvar seus povos e algumas de suas paisagens destruindo o resto do mundo e jogando os outros povos na miséria” (LATOURE, 2005, p.14).

Ao se destacar neste capítulo a perspectiva da diversificação dos discursos da modernidade, seria necessário considerá-la inserida no mundo globalizado com suas centralidades e periferias “escravizadas”, “colonizadas”, ou exploradas. Por mais pobre que seja uma cidade, sua população possui sua cultura e tradição. A valorização de suas especificidades poderia resultar numa globalização menos desigual e trazer humanidade para povos que são excluídos não apenas da globalização, mas de todos os seus benefícios técnicos, econômicos, culturais e de preservação do seu patrimônio. Segundo Couto (2005), o mundo a ser partilhado são os diversos mundos, sem que haja hegemonia de um sobre o outro. “Somos cidadãos da oralidade e também da escrita. Somos urbanos e rurais. Somos da nação da tradição e da modernidade” (COUTO, 2005, p.93).

Santos (2001) faz uma discussão ampla sobre vários aspectos da globalização, entre eles o fato de ela ter desenvolvido um sistema técnico e informacional hegemônico. A política de algumas empresas e estados possibilita a exploração de todo o planeta, pois as fronteiras do território nacional não impedem que as empresas globais se instalem. Isso ocorre pela fluidez monetária, que conquista territórios através de mecanismos legalizados de compra e também pelo controle das informações – estas influenciadas em grande medida pelos países e empresas hegemônicas, sendo disponibilizadas com base em seu viés ideológico. Quem não está no centro do processo de globalização passa a ser subordinado à mesma competitividade, disputando não o controle, mas sua adequação ao sistema, fornecendo ao mundo global as condições físicas, naturais ou artificiais, e as condições políticas para o seu desenvolvimento.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (SANTOS, 2001, p. 9).

A industrialização, o capitalismo e a urbanização subordinam todas as nações do mundo ao imperativo da globalização, por mais que pequenos grupos e espaços não tenham ainda sido apropriados. Mesmo uma comunidade que segue uma produção artesanal precisa se relacionar com seu entorno industrializado, sofrendo pressões para a mudança. Lefebvre (2008), ao trazer o conceito de “sociedades urbanas”, vislumbra o que seria uma urbanização completa, considerando a possibilidade de um dia ela se concretizar. O emaranhado de situações relativas à urbanização, que distinguem uma cidade pequena de uma cidade grande ou as colocam no mesmo patamar, é um problema levantado pelo autor. A proliferação do tecido urbano faz com que “as cidades pequenas e médias se tornem dependentes, semicolônias da metrópole” (LEFEBVRE, 2008, p.15).

Ao apontar a tendência de um processo global de urbanização, a dependência das periferias em relação às centralidades pode ser estendida ao contexto internacional. No entanto, a urbanização inserida na crescente sociedade de consumo sofre restrições ambientais, que levam às discussões sobre a sustentabilidade, ou assim como a memória e o patrimônio, que passaram a fazer parte dos debates da contemporaneidade, questionando o modelo capitalista de modernidade.

O raio de influência da urbanização se insere no processo de globalização. As grandes centralidades globais se constituem nos espaços mais urbanizados; no entanto, a urbanização estende-se aos locais, às pequenas cidades, que sofrem a sua influência. A ordem global, capitalista e unificadora do discurso do crescimento econômico, fragmenta o território, definindo os lugares de acordo com as suas potencialidades de produção e de lucro, não consideram a memória do local, ou o seu patrimônio histórico, cultural e natural.

Pires (2002) destaca que o desafio da contemporaneidade está na gestão da cidade na perspectiva “urbanístico-ambiental”. Um desafio ainda maior para os países subdesenvolvidos, em que as terras de suas cidades estão nas mãos de empresas internacionais, condição legitimada pela concepção neoliberal. De acordo com Pires (2002), a expansão desordenada das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos resguarda apenas os espaços elitizados e segregados por muralhas, deixando o restante sob a pressão do progresso. Nas cidades, os núcleos urbanos sofrem com o desequilíbrio ambiental por meio de práticas sociais e

econômicas impactantes. A concepção de desenvolvimento econômico é imposta para a maior parte dos indivíduos, nas grandes ou pequenas cidades, sendo que a valorização do patrimônio, seja ele ambiental ou cultural parece se opor ao desenvolvimento das cidades. O equívoco de tal oposição reside no fato de que é exatamente a conjugação de fatores políticos e econômicos com os culturais, sociais e ambientais o que permitiria integrar a cidade em suas diversas potencialidades. Para Buarque (2008), o desenvolvimento local sustentável seria o resultado da interação entre a qualidade de vida da população local e uma gestão pública eficiente, capaz de reduzir a pobreza, gerar riqueza, distribuir ativos sociais e conservar a natureza.

Ao abordar o direito urbanístico, Pires (2002) diz que a cidade deve ser “tomada não apenas na perspectiva de sua ordenação territorial, mas também na sua dimensão social, na sua multifária constituição como espaço de vivência coletiva e lugar de todos e, por força de sua redenção ética, como bem de fruição por seus habitantes” (PIRES, 2002, p. 142). A autora enquadra o direito urbanístico fora da esfera do positivismo imobilizador, e dentro de um processo político-social, identificando múltiplas dimensões da cidade: a física – como expressão de sua ordenação territorial –; a dinâmica – essencialmente como palco de produção econômica–; a sociológica – correspondendo aos graus de cidadania–; e a simbólica – que se apoia na cultura e transcende a materialidade, construindo uma identidade coletiva por meio da memória.

A cidade, como produção do homem, materializa a cultura, expressa na forma de apropriação do espaço urbano, no traçado de suas vias, na construção de seus padrões tipológicos e estéticos, na formação de seus marcos referenciais, e configurada pelas suas variadas representações de segregação espacial, sob a pressuposta lógica de sua funcionalidade e hierarquia, e pelas formas de relação com a natureza. E mais, a cultura revela-se nitidamente na trama das tantas cidades que se erguem, harmônica ou conflituosamente, a partir de uma ou mais centralidades que projetam a unidade da urbe na sua composição plural, ou que impõem sucessivas exclusões de núcleos urbanos, desenhando a cidade marginal (PIRES, 2002, p. 143).

Tomar a cidade apenas por sua dimensão econômica é desconhecer o que há de valioso nas relações estabelecidas pela sociedade e pelos indivíduos. Buscar um desenvolvimento econômico é o objetivo de todos os locais que querem garantir uma melhor condição de vida para a população local. No entanto, se as condições sociais não forem consideradas, a maioria das pessoas continuará na miséria. Se o meio ambiente não for utilizado adequadamente, podemos adoecer. E, se a memória local não for trabalhada para trazer o passado para o presente, a vida perde o sentido: pouco vale alimentar o corpo se deixamos de alimentar a alma. “É importante conhecer a história da nossa cidade. O sentimento de cidadania começa por aí: só se ama o que se conhece. E não podemos amar a nossa cidade se ela for entendida como uma herança deixada pelos outros” (COUTO, 2005, p. 94).

Buarque (2008) levanta uma série de questionamentos sobre o fortalecimento de um desenvolvimento local sustentável em um mundo que está se globalizando, em acelerada transformação. A sustentabilidade local é um fator de preocupação, pois, como Lefebvre (2001) argumenta, a cidade deve ser destinada aos seus usuários e não aos especuladores ou promotores do capitalismo. As cidades diferenciam-se umas das outras de acordo com suas características mais específicas, já que sua formação acontece ao longo dos anos, com diferentes graus de preservação e inovação. Pensar na cidade, tal como sinaliza Conzen, como uma sobreposição de camadas de diversas épocas, torna cada cidade única, mas somente quando a população se apropria da sua riqueza e singularidade, por meio da memória, se pode definir uma identidade local e coletiva.

Se considerarmos que o processo de globalização iniciou-se com a expansão marítima, Nova Lima se inseriu na globalização desde sua fundação. Não importando o momento histórico, a cidade sempre foi alvo de exploração da sua riqueza mineral, através de sistemas internacionais, como o mercantilismo e o imperialismo, que atribuíram a ela a função de fornecedora de matéria-prima. O monopólio das empresas mineradoras estendeu-se por toda a cidade, que tem o seu patrimônio material e cultural relacionado à lucratividade de outros países. O seu território é negociado internacionalmente pela venda de ações das empresas, que nunca direcionaram suas riquezas para a localidade ou para a sua população.

O que se constitui como bens históricos e culturais de Nova Lima, relaciona-se de alguma forma com a atividade da mineração, quando apropriados pela população. No entanto, em um cenário recente de globalização, a cidade continua a ser explorada para fins externos, sofrendo impedimentos para estabelecimento de uma identidade coletiva, frente aos interesses econômicos de grupos privados. Com o fim da exploração mineral de partes de seu território, as áreas continuaram nas mãos de empresas multinacionais, que já desenvolveram vários empreendimentos imobiliários e permanecem com a especulação de seus terrenos.

O cidadão nova-limense pouco pode usufruir da cidade, que se encontra cercada, como é o caso da área da Mina Grande. A formulação da história segue o discurso oficial de valorização da empresa, em livros que negligenciam o trabalhador e pouco falam das reminiscências ainda existentes. Apresentar a história de Nova Lima pela oralidade e reminiscências, é possibilitar que discursos, então descartados, possam ser integrados, habitando a memória e enfrentando as imposições do mercado e da cultura global.

As discussões apresentadas neste capítulo fornecerão conceitos para a compreensão dos capítulos três e quatro. No caso do capítulo quatro, a área da Mina Grande de Nova Lima, que se configura em um lugar de memória, será avaliada no seu processo de destinação, frente aos inúmeros atores e acontecimentos, demonstrando o caso de uma localidade que precisa conciliar aspectos históricos, culturais e ambientais ao imperativo econômico de uma empresa multinacional e de um sistema mundial com tendências globalizantes.

O capítulo aqui apresentado também contribuirá para o entendimento da abordagem apresentada no capítulo três, que utiliza entrevistas baseadas na história oral para trazer discursos plurais, de uma memória que permanece viva na população da cidade. O *Genius Loci* será o conceito desenvolvido para conectar a história, a memória, o ambiente, os sentidos e os sentimentos, que geram a alma do lugar. Relacionaremos o *Genius Loci* da cidade de Nova Lima ao papel crucial da mineração de ouro para a sua formação.

### 3 A VOZ DA CIDADE

Este capítulo tem o objetivo de discutir a importância da mineração aurífera para Nova Lima na contemporaneidade. Constitui-se na busca de compreendê-la através da história, das reminiscências e das memórias, daquilo que continua vivo. A associação da cidade à exploração do ouro é marcante, estabelecendo-se por toda a região e principalmente na parte central. No entanto, nas últimas décadas muita coisa mudou: a mina, que funcionava no centro, na área que pertence hoje à planta da Mina Grande, está fechada há quase 20 anos. Neste cenário, há uma geração que nunca viu a mina funcionar e outra que, provavelmente, tem somente uma vaga lembrança dela, sendo que muitas crianças sequer sabem o significado da palavra, nem sua relação com a cidade. Temos ainda a geração dos mineiros que estão morrendo e alguns sobreviventes de gerações anteriores.

Dentro deste quadro, há a preocupação de se pensar a mineração de ouro como um patrimônio da cidade, não mais como um bem material, de exploração do minério, mas como um bem intangível, que conta a história de luta de um povo, que tanto se orgulha de ser nova-limense, principalmente daqueles que sofreram na pele a “labuta” de dentro da mina. A pergunta que se faz e que norteará este capítulo é: qual é o significado da mineração de ouro para Nova Lima? Para tal pergunta não se tem a pretensão de dar uma resposta conclusiva, mas ela apresenta-se com o eixo condutor da reflexão aqui empreendida. Afinal, a mina de ouro é um patrimônio da cidade, que deve ser entendido como tal, pois está ligada diretamente ao seu *Genius Loci*.

Tendo em mente a representação da mineração para Nova Lima, neste capítulo serão analisadas as 11 entrevistas que foram realizadas com pessoas que trouxeram contribuições significativas e distintas para este trabalho – conforme já relatado anteriormente. Os dados primários obtidos com as entrevistas ajudaram a pensar a importância da mineração na cidade, com discursos plurais, que exemplificam as relações entre entrevistados, mineradora e Nova Lima. A importância dessas entrevistas está no processo de buscar e identificar, em suas falas, pontos essenciais para e sobre Nova Lima. Nelas, tudo é significativo: a coincidência, a divergência, a contradição, enfim, tudo que não escapar aos olhos.

#### 3.1 Procedimento metodológico

Entrevistas qualitativas, foram identificadas como pesquisa de história oral, pelo fato de esta buscar através da oralidade discursos históricos alternativos à escrita, dando uma dimensão do que permanece vivo da mineração de ouro na memória da população. Para Joutard (2000), a

força da história oral está em dar voz aos que não a têm, no caso, a população que não foi incluída. Segundo o autor, a pesquisa de história oral é cada vez mais praticada no meio acadêmico e fora dele, sendo reconhecida e compreendida nas instâncias mais tradicionais. No entanto, ao ampliar a utilização desse método, deve-se buscar ser fiel à sua inspiração inicial de ouvir a voz dos excluídos.

A história oral contribuiu para este trabalho como um método de pesquisa, que incluiu a população na reflexão sobre a destinação da planta da Mina Grande, através de discursos que ultrapassam o campo da racionalidade, permitindo-se adentrar no campo do imaginário. Esse fato possibilitou a discussão sobre a história e a memória apresentada no capítulo três e também uma leitura das entrevistas, que busca compreender a memória como a junção dos fatos históricos com a percepção dos indivíduos, que são suscetíveis aos sentidos e sentimentos.

Para Thomson (2000), não existe uma forma única e universal de se fazer a história oral, pois há muito tempo se abandonou a concepção determinista de se padronizar um tipo de questionário para as entrevistas de história oral, sendo permitido que o entrevistador escolha a estrutura que melhor se ajuste a sua pesquisa. No caso das entrevistas para esta dissertação, foi escolhido realizar uma pesquisa semiestruturada, que se direcionava de acordo com os interesses dos entrevistados, com breves intervenções, quando se julgou necessária a retomada do eixo estrutural definido previamente. As entrevistas permitiram identificar os valores de indivíduos e de grupos, deixando os entrevistados livres para se colocarem.

Trata-se então de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o aprofundamento necessário para se discutir a área da Mina Grande em suas potencialidades e significados. É uma pesquisa predominantemente exploratória, que busca revelar algo que não se sabia *a priori*. As 11 entrevistas foram realizadas nos meses de março, abril e maio de 2016, sendo agrupadas em categorias sobre a mina e a cidade.

### 3.1.1 *Caracterização dos entrevistados*

Das 11 entrevistas realizadas, seis foram com trabalhadores da mina de Morro Velho, que lidaram diretamente com a extração do ouro, na região da planta da Mina Grande que compreende a Mina Velha e a Mina Grande. Os outros cinco entrevistados foram mais diversificados, três deles trabalharam na Morro Velho: um trabalhou na empresa por um longo período; e os outros dois, por um curto período, no início de suas carreiras. Dois entrevistados nunca trabalharam na Morro Velho, sendo que os dois são engajados em atividades relativas à

preservação dos bens coletivos, um nascido em Nova Lima e outro que está na cidade há aproximadamente cinco anos.

Para preservar o anonimato dos 11 entrevistados, o nome usado nesta dissertação é fictício. A importância de se saber de onde se fala está na contextualização de uma leitura mais representativa de cada entrevistado. Para isso, serão expostos aspectos essenciais da sua trajetória, que dão sentido às suas falas. Primeiro serão apresentados os seis entrevistados mineiros, com suas trajetórias dentro da mina. Estas seis entrevistas trazem pontos convergentes e a unicidade do significado para quem viveu a mina tão de perto. Depois teremos os cinco entrevistados estratégicos que receberam este nome porque foram escolhidos pelos papéis desempenhados por eles em relação à Morro Velho, a Nova Lima e à área da Mina Grande, trazendo uma diversidade de pontos de vista, almejada pela pesquisa, o que amplia o seu leque de análise.

A seguir, será apresentada uma caracterização dos mineiros entrevistados, baseada nas escolhas que os próprios sujeitos fizeram de como gostariam de ser identificados:

a) Entrevistas aos mineiros

- Pedro: é o entrevistado mais velho, com mais de 80 anos, trabalhou na Morro Velho desde 1952; no entanto, só entrou para a mina 10 anos depois. Atuou na mina por quase 30 anos, onde se aposentou e retornou. Demonstra orgulho pelo tempo ali dispensado e principalmente por ter sido promovido rapidamente, destacando que ficou pouco tempo nos “perigos” do fundo da mina, onde chegou a virar encarregado, que é um cargo de chefia entre os mineiros.

- João: começou na mina em 1960 e lá permaneceu por mais de 20 anos, onde se aposentou e retornou. Assim como Pedro, orgulha-se do seu trabalho e de também ter sido promovido, chegou ao cargo mais alto da mina, que era ser chefe de turno, o que o levou a ter uma relação mais estreita com a empresa. Segundo ele, fez de tudo na mina, ficou quatro anos no “trabalho pesado”, foi da limpeza sanitária à chefia.

- Carlos: trabalhou na mina por 20 anos, primeiro na superfície e por um longo período na mecânica, até se aposentar – mas não chegou a fazer o serviço do fundo da mina. Possui uma importância política na cidade de Nova Lima, pela sua atuação no sindicato dos mineiros, onde trabalha por mais de 14 anos. No decorrer da entrevista, foi constatado que ele era filho do entrevistado Pedro, coincidência que se justifica pelo fato de essas duas entrevistas terem sido realizadas no sindicato dos mineiros.

- José: trabalhou na mina por nove anos; começou como braçal; mas, um ano depois, já estava ocupando o cargo de operador de perfuratriz, função que desempenhou até a sua saída da empresa. Sofreu um acidente e retornou sentindo dores na coluna, mas ficou atuando por mais quatro anos aproximadamente. Foi mandado embora com a promessa de retorno depois de 90 dias, o que não foi cumprido pela empresa, que alegou que o seu problema na coluna, fruto do seu trabalho na própria mineradora, era incompatível com o tipo de serviço.

- Mateus: trabalhou na mina por 16 anos como maquinista de perfuração, fazia parte do grupo de frente na abertura dos túneis, com duas máquinas pesadas em cima dele. Apresentou muitas queixas sobre o trabalho da mina, dizendo ser uma atividade muito sacrificada. Foi um entrevistado de poucas palavras, mas que carrega na sua fala as lamentações de uma vida limitada devido ao estado de saúde em que se encontra.

- Mauro: trabalhou na mina por 17 anos. Começou no “terreiro da mina”, uma área que dava suporte à mina e à produção da superfície. Aos 21 anos, completou idade para ir para a mina, onde trabalhou como “braçal”, mas a maior parte do seu tempo na empresa foi como perfurador, passando para “canudeiro”, que dava manutenção no encanamento da mina e lá foi até se aposentar. No tempo em que trabalhou na Morro Velho, teve vários contratemplos, que o fizeram ser demitido três vezes; mas sempre retornou, em uma relação conflituosa com a empresa.

Além das entrevistas com os trabalhadores da mina, foram selecionados mais cinco entrevistados, com envolvimento diversos na questão da mineração na cidade, como se pode conferir abaixo.

#### b) Entrevistas com atores estratégicos

- Letícia: trabalhou na mineração Morro Velho por 30 anos, desde 1981, na parte de patrimônio e planejamento urbano. Por muitos anos, esteve envolvida com os projetos da empresa relacionados à história da mineradora no município. Participou do Conselho do Patrimônio representando a empresa e, após sua saída, passou a integrar o Conselho de Patrimônio de Nova Lima como representante da população. Esteve envolvida com a revisão do plano diretor da cidade, que tinha a ADE Mina Grande como uma questão a ser desenvolvida.

- Bruno: trabalhou na Morro Velho, por pouco tempo, no início da sua carreira, no período em que a empresa estava passando para o controle americano, na década de 1960. É um historiador da cidade de Nova Lima, com vários livros publicados. Foi secretário da Prefeitura de Nova

Lima, na área de desenvolvimento urbano, na primeira década do século XXI, quando a Prefeitura e a Morro Velho já discutiam uma destinação para a área da Mina Grande.

- Daniel: trabalhou na Morro Velho como estagiário no período de sua formação em arquitetura. Ocupou cargos públicos, o que o levou a negociar, diretamente com a Morro Velho, contrapartidas sociais para uma cidade vizinha a Nova Lima. Também esteve envolvido com a revisão do plano diretor da cidade, envolvido nas questões em torno da ADE Mina Grande.

- Rafael: militante político, social e ambiental. Na área ambiental, participou de movimento ecológico e em certa época participou do Conselho de Meio Ambiente. Considera-se um cidadão interessado pelas coisas de Nova Lima. Nunca trabalhou na Morro Velho, mas sempre acompanhou os movimentos que aconteciam, em relação à empresa e ao trabalhador, em instituições como o sindicato dos mineiros.

- Fernando: arquiteto e urbanista, com doutorado com ênfase em planejamento de sítios históricos. Está na cidade há quase cinco anos, trabalha na Prefeitura de Nova Lima com o patrimônio urbano, estando envolvido em várias ações do município para a preservação do seu complexo industrial minerário, destacando-se o inventário dos galpões e edifícios presentes na ADE Mina Grande. Também pertence ao Conselho do Patrimônio.

### 3.1.2 *Codificação dos dados*

Por meio das entrevistas realizadas, obteve-se um rico material para análise, com quase 20 horas de gravação que resultaram no processo de compilação para o tratamento dos dados, iniciado pelas transcrições, depois se selecionando o que se julgou importante em cada uma das falas. Para sistematizá-las, foram criadas categorias que surgiram com base nas entrevistas, reunindo as falas que tinham conexão entre si. A partir daí, foram trabalhadas separadamente, mesmo que muitos dos assuntos percorressem as várias categorias. Por esse motivo, alguns depoimentos foram unificados, e os mesmos assuntos aparecem em mais de uma categoria, devido à sua importância.

Com base nas entrevistas, foram identificadas as categorias de análise desta pesquisa. A primeira foi denominada “trabalho”, pois ficou evidente nas entrevistas a sua importância para Nova Lima, em sua configuração como cidade operária, principalmente durante o longo período da atividade da mineração aurífera. A segunda categoria trata da silicose e dos acidentes de trabalho, dois temas desoladores, mas que possuem um impacto grande na vida dos trabalhadores e da cidade. A terceira categoria apreendida está relacionada ao sindicalismo, que foi de grande relevância na cidade, com seu apogeu até o início da década de 1960, mas que se

manteve em funcionamento, representando os mineiros nas décadas posteriores. A quarta categoria traz a Morro Velho e sua relação com a cidade, com os funcionários e com a população. Já a quinta categoria analisa Nova Lima em suas múltiplas conexões com a mineração, levantando pontos cruciais para a história e cultura da cidade. A última categoria, a área da Mina Grande, foco desta pesquisa, recebe destaque por sua centralidade na cidade e por ser o *locus* articulador desta pesquisa. Todos esses itens foram compreendidos como significativos para o entendimento do que representa a mineração aurífera para Nova Lima na contemporaneidade e, nesse sentido, vários aspectos foram considerados: o cotidiano, a cultura, a paisagem, as reminiscências, a memória. O que nos leva ao item que encerra este capítulo, dedicado ao *Genius Loci* de Nova Lima.

Apresenta-se a seguir a categoria de análise “trabalho”, instância tão valorosa para a cidade.

### **3.2 Trabalho**

Pode-se identificar dois lados do significado geralmente atribuído ao trabalho: ao mesmo tempo em que representa sofrimento e esforço, também está associado às ações que levam às conquistas. A filosofia e a religião sempre influenciaram na forma como as pessoas enxergavam o trabalho no decorrer da história, seja como algo prático e destituído de reflexão, seja como algo abençoado por Deus. Mesmo em períodos históricos em que existia uma valorização do trabalho, isso não impediu a exploração e a escravização de uns pelos outros, exploração que acontece de diferentes formas, mas que atende a uma lógica de que os muitos pobres (a base da pirâmide) sustentam a riqueza dos poucos ricos (que estão no topo).

A teoria da mais-valia de Karl Marx (2002), escrita em 1867, na obra *O Capital*, expõe cientificamente o fato de que o salário recebido por um trabalhador corresponde a uma parcela pequena da sua produção, e que o restante do seu trabalho transforma-se no lucro da empresa. A exploração vem acompanhada da constante desvalorização do trabalho manual e braçal, que possibilita a poucos se dedicarem a atividades que julgam importantes. Isso pode ser visto na “teoria da classe ociosa” de Veblen (1974), que no século XIX analisa a classe que se retira das funções produtivas para uma distinção de superioridade. Essa é uma questão primordial por determinar o que é “bom” e o que é “ruim”, sendo que a grande maioria da população é inferiorizada por necessitar de um trabalho menos valorizado para o seu sustento.

Em Nova Lima, a estrutura da companhia Morro Velho, como nos esclarece o entrevistado Daniel, criou uma cidade à parte para os ingleses: hierarquizada, com um bairro, um cemitério, uma igreja e um clube, específicos para aqueles que ocupavam os cargos de chefia na empresa.

MAGNANI (2009) explica que o bairro das Quintas constituía-se em um pedaço britânico do Brasil, onde a população nativa era proibida de circular. Uma espécie de condomínio fechado que demarcava o espaço dos trabalhadores da Morro Velho que não tinham a experiência do trabalho braçal. Ao difícil trabalho da mineração subterrânea de ouro era atribuído um *status* de selvageria e de brutalidade, tão condenado pela civilização, mas tão utilizado para a exploração do ouro, esta realizada, inicialmente, por uma mão de obra escrava, que não exercia a condição de humanidade. Quando o trabalho foi transferido para trabalhadores livres, continuou com as péssimas condições e com salários baixos. No entanto, se os ingleses criaram uma cidade exclusiva para eles, também precisaram criar uma outra cidade para os trabalhadores, com a mínima condição de vida. E, assim, Nova Lima foi sendo formada por trabalhadores da mineração Morro Velho e seus familiares, pessoas que vinham de várias regiões do país e do mundo, com poucas possibilidades de emprego, e que tinham o trabalho como um elo, como uma forma de coesão social.

“Só sabe o que é trabalhar dentro de uma mina quem esteve lá dentro”. Essa foi a fala de alguns dos mineiros que foram entrevistados para esta pesquisa. Os depoimentos recolhidos misturam vários sentimentos, que passam pela dificuldade do trabalho, pelos acidentes e pela doença profissional, o que acabava por gerar a insegurança característica da mineração subterrânea – que, segundo o mineiro Carlos, por si mesma é uma atividade de risco. No entanto, o que mais aparece nas entrevistas é um sentimento de orgulho por ter sido uma pessoa trabalhadora, que sustentou sua família e a si próprio à custa do seu trabalho na mina, e por estar vivo contando um pouco da sua história. O depoimento de João revela a importância de ressaltar o serviço do mineiro como uma atividade digna:

O pessoal falava assim: ‘você vai trabalhar na mina? Aquilo ali não é lugar de homem trabalhar não, de gente trabalhar não’. Eu falava só assim: ‘onde tem gente, vai gente’; a turma que trabalhava lá no início, que eles chamavam de escravos, ninguém era bicho não, era todo mundo gente. Onde tem gente, vai gente e não diminui ninguém não. (João)

Todos os entrevistados mineiros frisaram o fato de o serviço dentro da mina ser perigoso e pesado e, segundo Carlos, “foi um trabalho muito sofrido, mas é um trabalho que você acostuma com ele; você acostuma com ele, é um trabalho”. A dureza do serviço e a exploração da empresa eram assimiladas no cotidiano do trabalhador, que valorizava o trabalho por fazer parte da sua vida. Para José, por exemplo, o serviço da mina era bom, afinal “no mesmo tempo em que eu chegava lá, o horário já estava terminando. Eles marcavam um serviço pra gente que era muita coisa, então a gente ficava envolvido com aquilo ali, num instante o horário passava.” Este levanta um ponto importante para entendermos o significado desse trabalho para o próprio

mineiro, pois, apesar de ser sofrido, também é dinâmico, atrelando-se ao trabalhador o desejo de conquista para se alcançar os objetivos traçados pela empresa. Pedro expressa como os mineiros respondiam à dinâmica de trabalho imposta pela mineradora.

A mina não parava não, só parava para a mudança de turno, entrar e sair os operários no fundo da mina. Você tinha o prazer de trabalhar, não só no meu caso, mas da turma que trabalhava comigo também, você tinha o prazer de trabalhar. Se precisou trabalhar, nós não perdíamos um domingo, gostava de trabalhar, mesmo sabendo de todo o perigo. (Pedro)

O que faz parte de um processo de exploração, era assumido como a virtude de não ter medo de trabalho. Um depoimento que traduz esse sentimento pode ser visto no livro do Le Ven que conta a história de Dazinho, um mineiro de destaque na Mina de Morro Velho. Le Ven cita Dazinho, que diz: “trabalhei quinze anos na pá... Sempre gostei muito de trabalho. Nunca tive medo do trabalho” (LE VEN, 2005, p. 57). O pertencimento ao grupo estabelecia o relacionamento entre os operários, que se apoiavam em uma relação de solidariedade para sua própria sobrevivência. As condições de um ambiente insalubre e de alto risco criam calos nas mãos e cascos nos pés, tanto física como mentalmente. Dazinho, mesmo se tornando presidente do Sindicato dos Mineiros e depois deputado estadual, continuou trabalhando na mina: trabalhava na mina no turno da manhã e ia para Assembleia Legislativa na parte da tarde. “[...] Uma vez que toda a minha vida foi no meio de trabalhadores, então achei que devia continuar” (LE VEN, 2005, p. 127). A postura de Dazinho não pode ser estendida a todos os trabalhadores da mina, como podemos ver no trabalho de Magnani (2009):

Na Morro Velho a brutalidade do trabalho, a pobreza e a discriminação produziram um *ethos* de bravura e virilidade que nos casos extremos resultou em violência, crimes, perseguições, homens lobos de homens, mas também produziu heróis do cotidiano, festejados e cultuados pela sua coragem e sua força. (MAGNANI, 2010, p. 57).

A internalização do trabalho da mina estabeleceu códigos e padrões de comportamento entre os trabalhadores, criando uma identidade através das dificuldades enfrentadas e da função desempenhada na hierarquia da empresa. Nesse sentido, um aspecto levantado por todos foi a amizade formada dentro da mina: Mateus comenta que “a relação com as pessoas era normal, era tudo amizade, era tudo companheirismo, era todo mundo uma pessoa só, sabe?” A criação de laços de amizade foi muito importante para a socialização, que se estendia para fora da mina, uma forma de inserção na vida da cidade. Os relatos das amizades demonstram como as pessoas tinham de se unir frente a uma atividade tão perigosa e desgastante. Muitos homens, muita zoeira e muito trabalho. No entanto, frequentemente, apesar de a amizade se destacar, a dificuldade de relacionamento dentro da mina também foi mencionada nos depoimentos, com relatos de brigas e até mortes. Mauro explica que “assim é dentro da mina: você está junto com

o cara achando que o cara é seu amigo, e o cara não é o seu amigo, às vezes o cara está doido com o seu lugar”.

O trabalho da mina traz em si uma relação conflituosa, que relaciona o perigo da atividade ao sustento da família. Para Mauro, o fato de se aposentar com 15 anos de serviço dentro do subsolo confirma o quanto a atividade na mina é desgastante. Era do conhecimento de todos os mineiros entrevistados o perigo que se corria em trabalhar dentro da mina; todos demonstraram que não entraram para a mina “enganados” – termo utilizado por eles –, e que assumiram os riscos. No entanto, todos também frisaram que não tiveram escolha, já que a mineração era o único serviço existente em Nova Lima, principalmente para aqueles que não tiveram condições de ter “um estudo” e buscar outras profissões. Esse era o caso da maioria dos entrevistados mineiros, como Mateus, que, por não ter estudado, arrumou esse emprego e disse que não podia nem reclamar: “tinha que caçar era mina mesmo”.

Dos seis entrevistados que foram mineiros, quatro tiveram seus pais como trabalhadores da mina de Morro Velho e conviveram desde a infância com o universo da mineração. A continuidade da atividade mineradora na sucessão familiar era uma realidade em Nova Lima; no entanto, escolher o mesmo caminho do pai não era fácil e natural, já que a consciência das dificuldades da mina veio através do sofrimento vivido em casa. A história que cada um contou mostra os caminhos percorridos até chegar à Morro Velho e o que representa o trabalho em suas vidas.

Quando eu ia fazer dezesseis anos, eu estudava no SENAI, eu fiquei no hospital um mês e vinte e seis dias, por causa de um apêndice que supurou, e perdi o lugar no SENAI. Não tinha um emprego, você sabe, eu era um rapazinho, já tinha uma namoradinha e o negócio estava difícil. Trabalhei de ajudante de pedreiro, fazia de tudo, o que caísse no jequi era peixe e o meu pai antes de morrer pediu para minha mãe não deixar os filhos dele entrar na mina, que foi na época que o trem estava difícil mesmo. Meu pai morreu novo com cinquenta e um anos, mas parecia um velho de noventa anos. Dezesseis, dezessete, dezoito e cadê o emprego? Profissão eu não tinha porque eu perdi o curso do SENAI, eu não era mecânico, eu não era coisa nenhuma. (João)

A tomada de decisão, embora difícil, não dependia somente do trabalhador. João se lembra de ter enfrentado uma grande concorrência para conseguir um emprego na companhia Morro Velho em 1960, e o emprego conquistado foi comemorado. O principal motivo para os entrevistados entrarem para a mina e permanecerem no emprego por muitos anos era a falta de outras oportunidades. Outras dinâmicas também se estabeleciam, como a necessidade de manter um padrão de vida, o costume com o trabalho, ou ter sido promovido na hierarquia da empresa, o que justifica a continuidade dos trabalhadores. A Morro Velho também tinha suas ações para

garantir a permanência do trabalhador, fixando o operário na cidade, com a disponibilização de moradias.

O trabalho dentro da mina ainda era carregado de mistérios e superstições importantes para a cultura da cidade. Alguns entrevistados contaram que muitos trabalhadores acreditavam que, se uma mulher entrasse dentro da mina, provocaria um acidente, o que não era compartilhado por eles. No entanto, foram apresentados relatos de que o fundo da mina era misterioso, aspecto que foi apontado como uma realidade vivenciada por eles. Também o fato de a mina ser assombrada permanece presente na fala dos entrevistados, como podemos ver a seguir:

A mina parece que é assombrada, lá é: você está lá sozinho, você escuta aquela murrinha parecendo que tem uma pessoa gemendo no canto, você vai ver não tem nada. Você escuta aquele trem andando, parece que tem gente andando, pode ficar esperando, pode esperar, não chega ninguém. Eu morria de medo lá dentro, Nossa Senhora! (José)

O que representa o trabalho na mina para a cidade precisa considerar o que permanece no entendimento do antigo operário. As falas dos entrevistados, mesmo que em relação ao passado, evidenciam o trabalho como um valor, pois ele continua vivo na memória e na visão de mundo das pessoas de Nova Lima. As várias situações e pressões do trabalho nos túneis subterrâneos da mina estabeleceram relações que são lembradas com certa nostalgia, de uma época em que as pessoas “não tinham medo de trabalhar”. As contradições dos depoimentos dos entrevistados se assemelham à própria contradição da palavra “trabalho”, que, como apresentado acima, oscila entre fatores negativos, de esforço extremo, e positivos de ação e pertencimento. No trabalho da mina, percebemos a resiliência do trabalhador que enfrentou as dificuldades e não encara a mina como uma página virada de sua vida, que deveria ser esquecida; pelo contrário, considera o trabalho na mina bom, apesar das inúmeras ressalvas. Dos seis entrevistados mineiros, quatro disseram sentir saudade do trabalho dentro da mina e todos gostariam de voltar na mina a passeio. João ressalta o significado do seu trabalho na mina.

Eu acho que eu nasci para trabalhar na mina mesmo, eu era fascinado com a mina, eu gostava. Até hoje se alguém me chamar para ir na mina eu vou, é comigo mesmo. Eu gosto, acho interessante, acho que a mina é um desafio, acho que cada dia que você entrar e sair de lá vivo, você ganhou. Então eu falava assim: ‘eu sou o primeiro a pisar aqui, que ninguém pisou’. Uma frente que detonou teve um avanço e ninguém tinha ido ali ainda. (João)

Como se vê, o trabalho na mina expunha os operários a situações adversas, o que remete ao foco central do item que se segue: uma cidade que convive com a pressão dos acidentes e da doença profissional.

### 3.3 A cidade das viúvas

Nova Lima é conhecida por ser uma cidade das viúvas e dos aposentados. Então, como todo morador de Nova Lima, acho que nós somos profundamente marcados por essa convivência com as histórias da cidade, com os moradores da cidade que trabalharam, que sofreram trabalhando nesta empresa e por ouvir os relatos da vida que essas pessoas levaram. (Rafael)

Falar da cidade das viúvas e dos aposentados tem seu significado ligado à triste realidade da mina de Morro Velho, que era palco de constantes acidentes e da silicose, situações com que a população de Nova Lima teve de lidar no seu cotidiano, com perdas inesperadas ou com o definhar de familiares. A cidade das viúvas remete à morte precoce dos mineiros, seja por acidente ou por doença; já os aposentados estão longe de representar uma qualidade de vida, pois a invalidez e o tempo de serviço reduzido, devido à dureza do trabalho, faziam aposentar cedo e, em muitos casos, morrer cedo, o que também ampliava o número de viúvas. A silicose e os acidentes de trabalho são traços marcantes herdados da mineração pela cidade. O entrevistado Daniel argumentou sobre como a silicose ainda está presente em 2016 – sendo que a mina encerrou suas atividades em 2003.

A silicose é até hoje um assunto na cidade. Muitos já morreram em decorrência dessa doença pulmonar, respiratória, mas tem um tanto de gente aí que aposentou e hoje sofre os males. Isso também é herança do fundo de mina, precariedade. (Daniel)

Apesar de a silicose e os acidentes constituírem uma herança que destruiu tantas vidas, esta também conta a história da cidade e do cidadão nova-limense – que atendia às necessidades do presente, sem poder ter muitas expectativas para o futuro. Quantas famílias de Nova Lima ainda convivem com esse problema? Quantos filhos e netos carregam consigo a lembrança de ter convivido com a silicose em suas casas? Os acidentes dentro da mina e a doença são fatores que estão presentes constantemente na fala dos mineiros entrevistados. Ter convivido com a possibilidade de um acidente e com a quase certeza de que ficaria doente ao sair da mina criou um impacto constante em suas vidas, com os prejuízos psicológicos daí decorrentes.

Le Ven (2005) cita Dazinho, enfatizando que, ao subir da mina para a superfície, os mineiros tinham a sensação de ter escapado da morte, pelo menos por mais um dia, pois a silicose apareceu para muitos deles, anos depois de já terem saído do trabalho na mina. Dos seis entrevistados que trabalharam na mina, somente José relatou ter sofrido um acidente grave lá dentro e ficado com um problema de coluna. Porém, são inúmeros os casos de acidentes presenciados por eles com companheiros que muitas vezes morreram lá dentro. Sobre a questão da silicose, três entrevistados relataram ter silicose em estágio grave e um em estágio leve. Os dois entrevistados mais velhos são os que não possuem silicose – um deles até diz que tem, mas

não consegue provar nas perícias. Um detalhe é que os dois conseguiram alcançar cargos de chefia na mina, o que pode ter tido um impacto direto sobre a menor exposição à poeira.

Segundo Carlos, que acompanha a atividade de mineração em outras minas, por ser do sindicato, é possível ver a evolução da segurança e a diminuição do impacto da poeira em minas de minério de ouro e de ferro da região, praticamente não existindo mais silicose para os mineiros que estão na ativa – o que não foi uma realidade vivenciada anteriormente em Nova Lima:

Ainda peguei um período duro na mina, uma situação muito rudimentar, onde tinha muita doença profissional, que é a silicose, tinha muitos acidentes nas minas, não era uma mina mecanizada como é hoje, que você entra dentro de uma cabine da máquina num ar-condicionado, mesma coisa se você tivesse aqui fora. O que você gastava 20 ou 30 homens para fazer furando a rocha, hoje você faz com uma máquina, que fica a 20 metros de distância furando, [...] se cair um choco lá, cai em cima da máquina. Equipamento você faz outro, vida não. (Carlos)

O papel da tecnologia na mineração é fundamental e foi o que viabilizou a exploração do ouro por tantos anos, mas essa tecnologia não foi utilizada na segurança para o trabalhador, e sim para aumentar a produtividade. Na fala dos mineiros, todos relatam ter passado por um período difícil na mina, que tinha poucos recursos, poucos equipamentos de segurança. Aqueles que foram admitidos na empresa nas décadas de sessenta, setenta e até oitenta apresentam queixas semelhantes, mostrando que pouco foi feito para a melhoria da segurança do mineiro na Morro Velho. A tecnologia na segurança do trabalho não foi um recurso utilizado pela mina de ouro de Nova Lima. Os trabalhadores relatam que, devido ao calor da mina, alguns trabalhavam só de calção ou cueca, estando expostos aos acidentes e à poeira. De acordo com João, quando ele entrou para a mina na década de 60, as luvas não eram um equipamento de segurança obrigatório, e o seu uso era visto como uma “frescura”, não compatível com a masculinidade do serviço.

Vários fatores podem ser destacados como causa para o número grande de acidentes e doentes na área da Mina Grande, além da falta de investimentos em equipamentos de segurança modernos, como já exposto. Segundo Carlos, não existia uma regulamentação por parte do governo para a exploração mineral, que é uma atividade de risco. A ausência de legislação adequada para garantir direitos para os mineiros transfere para a empresa a escolha de se investir, ou não, nesse setor, o que gera custos, diminui o lucro, mas também garante uma melhor qualidade de vida para os seus funcionários. Outro ponto trazido pelos entrevistados está relacionado à postura da chefia da empresa, que, para manter as metas de produção, muitas vezes comandava atividades com riscos eminentes para a saúde e para a vida. Alguns relatos

demonstraram como o trabalhador tinha de ser incisivo para se negar a executar uma atividade de risco, como são os casos de Mauro, que foi demitido após se recusar a fazer um serviço que não era adequado; e de Carlos, que disse que esse foi um dos motivos que o levaram para o movimento sindical. Há também um fator ligado diretamente aos trabalhadores que, segundo alguns entrevistados, não seguiam corretamente os procedimentos de segurança ou não utilizavam os equipamentos disponibilizados. Para Pedro, o excesso de autoconfiança no exercício da atividade da mineração levava o mineiro a não tomar todos os cuidados necessários.

Os acidentes têm efeitos imediatos na vida dos mineiros, modificando o dia a dia do trabalhador. Já a silicose, tem um efeito diferente, pois mesmo exposto à poeira da mina não se sentia de imediato os efeitos da doença, que só viria a se manifestar posteriormente. Mauro, que lá trabalhou mais de cinco anos, depois de diagnosticada a silicose continuou na mina, pois não sentia a doença e recebia uma compensação financeira de 40% do seu salário, por estar trabalhando naquele estado. Sua reclamação atualmente não é porque continuou a trabalhar tendo a silicose, mas porque, ao aposentar-se, passou a receber 40% de um salário mínimo e não do salário do mineiro. A silicose ou “poeira” muitas vezes era relacionada pelos mineiros diretamente com ganhos financeiros – e não com o fato de estar adquirindo uma doença grave que condicionaria suas vidas. Isso só viria a ser percebido depois, quando a doença se manifestasse.

As indenizações em função da silicose foram importantes para Nova Lima, pois englobavam diretamente a maioria dos trabalhadores da mina. No entanto, para alguns entrevistados, os trabalhadores estavam mais preocupados em provar que possuíam a doença do que em saber se realmente a possuíam. Casos conflituosos entre trabalhadores e empresa eram comuns, pois a empresa tinha o direito da contraprova, mesmo que o mineiro apresentasse um laudo constatando a doença. Carlos explica que as pessoas tinham a ilusão de que, se trabalhou na mina, já tinha silicose, e que não é assim. A cultura de que a silicose era uma doença inevitável para o mineiro já estava incorporada pela população de Nova Lima, pois realmente a grande maioria adquiria a doença, e isso passava de pai para filho. João comemora o fato de não ter silicose:

Principalmente para mim que vi um preto forte, com um braço grande, meu pai acabou..., coitado, acabou o velho, mas acabou mesmo, naquela época não tinha aquela assistência pelo menos, para “empalhar” o mal. Eu sou muito feliz, agradeço muito a Deus, porque eu só acreditei que eu não tinha, porque a autoridade que me falou que eu não tinha era confiável. Porque teve casos de pessoas que o médico falou que o cara não tinha silicose, só para não tocar uma causa contra a empresa. (João)

Os três entrevistados mineiros que possuem um caso grave de silicose não recorreram à Justiça contra a Morro Velho e aceitaram o acordo oferecido pela empresa. Receber uma indenização por causa da silicose é visto por eles como um direito, mas “entrar na Justiça contra a empresa”, não, já que eles entraram na mina sabendo que sairiam com a doença. Os valores pagos eram questionados, principalmente porque a empresa estabeleceu critérios absurdos como nos conta Mauro:

Se você tivesse menos de 50 anos, você ganhava 20 mil, se você tivesse entre 50 e 60, você ganhava 14 mil e se você tivesse mais de 60 anos, você ganhava 7 mil. Aí eu perguntei: ‘mas a silicose não é a mesma?’ A explicação era que quem tem até 50 anos ganha 20 mil porque tem maior tempo de vida. Disseram que eu tinha direito a 20 mil, quando fizeram as contas me disseram que eu tinha 50 anos e um mês e que eu só tinha direito a 14 mil. (Mauro)

Os inúmeros acidentados e doentes transformaram-se em um problema de saúde pública, pois o tratamento da silicose precisa ser constante, com a utilização de vários comprimidos e bombinhas. Os três mineiros entrevistados que possuem silicose em estágio grave disseram receber o medicamento no hospital da cidade. Segundo José, o tratamento da silicose fez parte do acordo com a empresa, o que é ratificado por Mauro: “lá no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, a gente é tratado como se a gente tivesse em um convênio”. Como todos fizeram o acordo com a Morro Velho, fica a pergunta: em que medida o tratamento deles é diferente de uma pessoa que recusou o acordo? No entanto, Mauro critica o tratamento que recebeu do hospital, pois disse que existe uma generalização de que todo mineiro que chega ao setor de pneumologia está sofrendo de silicose, sem se fazerem os exames adequados, o que o levou a uma complicação no seu quadro de saúde, que já não era bom.

Eu com tuberculose, se não é o outro médico eu tinha morrido, porque você com silicose, sempre que você vai no pneumologista, ele coloca lá silicose, [...] eles acabaram com o resto do meu pulmão, eu não aguento andar mais, eu sinto é muito cansaço, não é pouco não, foi muito silicótico que morreu com tuberculose, com os médicos achando que era silicose. [...] Hoje então, um dia você está bom no outro você quase morre; dor nas pernas, você não dorme de noite, dor nas costas, as bolsas de gel estão todas na cama, esquenta na água, coloca uma no pulmão, a outra de lado... é terrível, não é fácil não, não é fácil mesmo. (Mauro)

Os mineiros entrevistados contaram que são muitos os amigos e conhecidos que já se foram por causa da silicose, ficando a lembrança e as histórias que sempre surgem ao encontrar com algum companheiro da mina. Mauro, que mora no bairro dos Cristais, fala que do seu lado e do outro lado da rua são todas casas de silicóticos. Essa doença profissional ainda está muito presente em Nova Lima e, no entanto, assim como os acidentes, com o tempo essa situação vai se modificando, principalmente pela morte dos antigos mineiros da Morro Velho. Os acidentes e a silicose estão fixados na história da mineração na cidade, que não viveu só de conquistas.

Essa é uma herança que não deve ser esquecida, pois dimensiona a luta do mineiro dentro de um cotidiano de muita pressão e insegurança, que permanecia mesmo após sua saída da empresa. De acordo com o entrevistado Fernando, não há nada para ser escondido, pois, apesar do histórico difícil, é uma memória bonita, de luta, que dá sentido ao que permanece da mineração de ouro em Nova Lima. Essa história de luta pela vida está presente na luta por melhores condições de trabalho, tema que está ligado à identidade do movimento operário e que será abordado a seguir.

### **3.4 Movimento operário**

Para falar sobre o sindicato dos mineiros de Nova Lima, primeiramente é necessário falar um pouco da sua importância. O histórico de lutas dos operários teve repercussão no Brasil inteiro, sendo um dos principais movimentos que o país já conheceu e que pode cair no esquecimento. A força do sindicato é proporcional ao tamanho de sua luta, pois enfrentou a principal indústria de ouro que o país teve e o capital internacional, por um longo período. A criação do sindicato, em 1934, trouxe uma estrutura política e unificadora para os trabalhadores, como ocorreu na maior parte do Brasil, pelo incentivo e controle dos sindicatos, por parte do Governo Vargas; mas as bases de sua força estavam na união dos trabalhadores que, segundo Grossi (1981), mesmo em períodos em que o sindicato estava sofrendo intervenções, mostraram poder de mobilização. “Apesar de o caso do sindicato da Morro Velho se integrar ao regime oficial, os mineiros quebraram, na prática, certas determinações estruturais atribuídas ao sindicalismo brasileiro.” (GROSSI, 1981, p. 92) De acordo com a autora, a base para a fundação do sindicato esteve vinculada ao Partido Comunista, que já se reunia com os mineiros para discutir a precariedade do trabalho na Morro Velho, antes mesmo da formação do sindicato.

Contra o prognóstico da empresa, o plano do sindicato germinava e ia crescendo subterraneamente. O trabalho do Partido havia encontrado um terreno propício à fermentação da ideia de unir os homens da mina. A situação penosa de trabalho, a dominação arbitrária da empresa, o desamparo a que se expunha a família do operário, constituíam uma condição suficiente para despertar princípios de coesão entre os trabalhadores. (GROSSI, 1981, p. 94).

A abertura política que ocorreu no Brasil depois da ditadura Vargas fez com que o movimento operário de Nova Lima, que já havia se consolidado em condições adversas, se transformasse em uma força política da cidade, com representação tanto no cenário estadual como no federal. A ideologia imposta na Guerra Fria para os países aliados aos Estados Unidos das Américas era de combate ao comunismo. Nova Lima, com o seu movimento de luta, incomodava não só a empresa, mas também a elite conservadora, respaldada pela principal potência mundial. Foi nesse contexto de luta e repressão, mas uma repressão velada pela abertura democrática, que se

taxou Nova Lima de “cidade vermelha”, estigma que, segundo Grossi (1981), foi compreendido, pelos trabalhadores, como uma tentativa de desarticular o sentido de comunidade presente no movimento operário.

Durante décadas os mineiros foram informados de que não possuíam direitos e, simultaneamente organizavam-se e mobilizavam-se para reivindicá-los e conquistá-los. E na conjuntura pós-1945, que se desdobrava em novas articulações de setores sociais, a classe adquirira o direito a representação política. A segregação a que fora relegada pelos ingleses tornou-a resistente e impermeável, à medida que suas lutas repercutiam em “toda cidade”. Nas famílias, escolas, lazeres, entidades beneficentes, sociais ou políticas, a fermentação operária era discutida, conforme testemunham não só ex-mineiros e mineiros, como também ex-prefeitos, autoridades civis e moradores da região (GROSSI, 1981, p. 165).

O entrevistado Rafael foi um dos que levantou a importância do movimento dos trabalhadores para a cidade de Nova Lima, discutindo o papel do Partido Comunista. Para ele, apesar de existir uma vinculação entre o movimento e o partido, as pessoas ligadas ao sindicato eram perseguidas como comunistas, pelo fato de estarem na luta operária, mesmo não tendo nenhuma vinculação direta. A repressão ao sindicalismo, pela empresa, classificava todos que estavam na luta arbitrariamente como comunistas. Exemplo maior é o de Dazinho, que, mesmo tendo a sua luta vinculada à religião, ao cristianismo, foi preso e torturado após o golpe de 1964, quando ele já desempenhava a função de deputado estadual, pela alegação de comunismo. Para Rafael, “a questão política e sindical na cidade, as histórias de luta e de opressão também, a história do partido comunista em Nova Lima, todas essas questões que são um pouco polêmicas deveriam ser ensinadas na escola, [...] é outro lado da história da cidade bastante significativo, a luta dos mineiros”.

O entrevistado Bruno relata que “Nova Lima era dominada por um sindicato muito forte, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Metais Preciosos de Nova Lima era mais forte que a União dos Portuários do Brasil, que era um monstro” e quando a Hanna Corporation, empresa norte-americana, compra as ações da Saint John D’el Rey em 1960, ela não estava disposta a brigar com o sindicato. Assim intencionava fechar a mina de ouro, pois o que lhe interessava era a exploração do minério de ferro. Isso só não aconteceu porque o governo brasileiro não permitiu, pois, segundo Bruno, tratava-se da única empresa produtora de ouro no país, naquela época. Devido a essa imposição, a Hanna Corporation criou a mineração Morro Velho para a produção do ouro e buscou fragilizar o sindicato dos mineiros. O golpe de 1964 desarticulou o movimento, e todos que lutavam por seus direitos foram perseguidos e presos. Segundo Grossi, de 1962 a 1964 o movimento operário revelou a sua plenitude com representantes na legislatura estadual e nacionalmente, no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). “Em 1.º de abril de

1964, os mineiros de Morro Velho representaram um dos únicos núcleos do país que tentaram resistir à intervenção das forças político-militares do regime vigente.” (GROSSI, 1981, p. 215).

A importância da história do movimento sindical aparece nas entrevistas estratégicas, mas não aparece na fala dos mineiros, com exceção de Carlos, que pertence ao sindicato e que disse que a história do sindicato é muito bonita, com algumas conquistas importantes, sendo o primeiro caso de conquista para a remuneração por insalubridade no serviço do país. Nenhum dos entrevistados para esta pesquisa viveu esse movimento do sindicato apresentado acima, mesmo que dois entrevistados tenham começado antes de 1964. A visão predominante dos trabalhadores da mina nesta pesquisa é de que o sindicato não os representava e que fazia greve de forma inadequada. A maioria comenta com base no ponto de vista da empresa, como “nunca fui de criar caso”, sugerindo que lutar por direitos não é uma postura correta. A consciência de classe e o sentido de comunidade do movimento não aparecem nas entrevistas; pelo contrário, fala-se do movimento sindical como um instrumento de persuasão ao trabalhador, demonstrando que o movimento operário foi realmente desarticulado com o golpe militar. Pedro, em sua fala, preocupa-se em estabelecer uma boa relação com a empresa. “Eu penso que eu entrei porque eu precisei, eu não vou atrapalhar uma coisa que eu precisei. Durante o tempo que eu trabalhei lá, eu fui amigo da empresa, fui honesto no meu serviço, honesto com o pessoal que trabalhava comigo.” Situação semelhante à de João, que conta que a turma o chamava de “puxa”, mas que o que ele trabalhou ele recebeu. Para ele, todo mundo tem o direito de fazer greve, mas que ninguém tem o direito de impedi-lo de ir trabalhar e nem de estar satisfeito com o salário.

Carlos filiou-se ao sindicato quando ainda trabalhava na mineradora. Ao sair da mina, passou a trabalhar no sindicato, e sua experiência recente aponta a direção tomada pelo sindicato no século XXI, após o fechamento da mina. Para ele, antigamente o sindicato funcionava só na base da greve, pois respondia diretamente a um posicionamento da Morro Velho de só querer lucro, e a coisa toda era na “base da porrada”. Mas afirma que, em 2016, tanto as empresas da mineração, quanto o sindicato e o trabalhador aprenderam a negociar. “Esse radicalismo saiu um pouco do movimento sindical, e o patrão começou a entender que não existia o patrão, se não houvesse o trabalhador e vice-versa. Então se negocia até a exaustão, e só quando não dá para se acordar é que nós vamos para o pau, então nós vamos para a Justiça.” Segundo Carlos, “o trabalho no sindicato é pouco reconhecido pelo próprio trabalhador, que não se envolve mais nas lutas, são mais individualistas, mas que quando ele consegue uma conquista para os trabalhadores, toda dificuldade some, ‘é fantástico’”.

As negociações e acordos entre sindicato e as empresas mineradoras passam a impressão de diminuição dos conflitos, de que os avanços necessários já foram alcançados e que a relação se baseia no bom senso de ambos os lados, dentro de uma política em que todos ganham. No entanto, os antagonismos de classe não deixaram de existir, o alinhamento dos movimentos com as empresas possibilita muito mais um controle do que conquistas para os trabalhadores, o que foi uma característica combatida pelo sindicato dos mineiros de Nova Lima em meados do século XX. Se não existe uma pressão por parte dos trabalhadores, o movimento baseado somente na Justiça fica na mão de um poder conservador, que geralmente defende os interesses das empresas. As discussões sobre o sindicalismo no século XXI ultrapassam as nossas pretensões; no entanto, a importância do sindicalismo para a cidade de Nova Lima sobrevive através da história, mas não é algo presente na vida da cidade, como poderia ser.

Nas escolhas sobre o que deve permanecer da mina de Morro Velho para Nova Lima, a inclusão da história do movimento operário é de fundamental importância, pois ela representa a luta das gerações anteriores por uma vida melhor, o que enriquece a cultura da cidade. No entanto, essa história já precisa ser resgatada, como dito acima por Rafael, que defende que as escolas deveriam ensinar a história de Nova Lima para as crianças. Após 20 anos de mina fechada, aos poucos, a presença da mina na vida de Nova Lima vai se desfazendo, sendo necessário o resgate histórico para mantê-la viva. O mesmo ocorre no caso do sindicalismo, que ainda está presente na memória, mas precisa ser valorizado, para que possa ser significativo na construção da identidade local.

O sindicalismo, apesar de ter vivido um conflito constante com a Morro Velho, não deixou de valorizar a empresa, pois o intuito do conflito não era o seu fechamento, mas sim que ela fosse mais significativa para a qualidade de vida do trabalhador.

### **3.5 Morro Velho**

[...] a sociedade não gostava da mineração Morro Velho e ao mesmo tempo gostava, era e ainda é um caso de amor e ódio [...] Letícia.

O significado da Morro Velho para Nova Lima está associado a um processo de exploração praticamente colonial, apesar de a Independência ser um dos fatores que possibilitou à Inglaterra investir no setor da mineração no Brasil. O sentimento de indignação gira em torno de uma empresa que se apropriou do território e levou para seu país a nossa riqueza mineral, utilizando mão de obra escrava ou subempregada. No entanto, foi a partir dessa empresa que Nova Lima se transformou em uma cidade. Não se sabe como seria, se não houvesse a Morro Velho, mas ela foi a realidade vivenciada dentro de relações de trabalho, conflito e gratidão.

Assim como o país teve de aprender a valorizar o Brasil colonial, Nova Lima valoriza a mineração Morro Velho como parte da sua história, não podendo se esquecer da exploração, mas ressaltando também a sua importância.

Letícia fala sobre o amor e ódio que as pessoas têm com a empresa, expondo que, no período em que trabalhou lá, participou de vários momentos em que a Morro Velho doou terras para a cidade, sendo aplaudida por muitos, que ao mesmo tempo diziam que as terras não eram da Morro Velho. Para a entrevistada, mesmo que apropriadas, as terras estão registradas em nome da empresa, o que a torna proprietária, quer queiram ou não. Essa dualidade está na base das relações da Morro Velho com a cidade e com o trabalhador, pois se trata de uma relação de interdependência entre o explorador e o explorado, onde as forças capitalistas estão direcionadas para o lucro e não para a coletividade.

Os entrevistados mineiros foram unânimes em expor que não têm do que reclamar da Morro Velho, mas se contradizem no decorrer de suas próprias falas. Existe um respeito pela empresa por parte do trabalhador, que conseguiu sustentar a sua família trabalhando ali. Carlos diz que não é porque ele é sindicalista que ele é contra a empresa, que sua luta é para que os trabalhadores tenham uma fatia maior do bolo, o que demonstra uma relação conflituosa. José fala tão mal da empresa enquanto diz que não tem nada do que reclamar, que fica a dúvida se a sua fala é uma crítica, contradizendo-se muitas vezes em uma mesma frase.

Eu, para te falar seriamente, eu não tenho nada para reclamar da Morro Velho, assim porque eu estou doente, eu não, porque o atendimento eu estou tendo, se eu fui para lá foi porque eu necessitei de ir trabalhar lá, se eu fiquei prejudicado foi uma opção minha para ganhar o meu sustento para tratar da minha família, você entendeu? Porque é onde eu sempre falo, tem pessoas que “metem a ripa” e falam que a Morro Velho acabou com o meu pai, acabou com o meu irmão, aí eu falo que eu não tenho nada a reclamar, se ela foi ruim, ela foi ruim para todos nós, ninguém foi para lá obrigado, foi para lá porque quis, então se é uma opção que você tem, se você vai trabalhar em um lugar que prejudica a sua saúde é porque a opção que você teve é aquela, então eu não tenho nada a reclamar não. José

A empresa simbolizava para os entrevistados mineiros a produção do ouro, com os objetivos traçados e os resultados alcançados, e o que tinha de positivo nas relações de trabalho, que era o pagamento do salário em dia. O restante, as relações desgastantes, eram dissociadas da imagem da empresa e encaradas como relações diretas e pessoais. Foram relatados pelos mineiros entrevistados situações constrangedoras no momento da contratação, em que se avaliavam os atributos físicos dos trabalhadores como se fosse um produto, um tratamento que lembra o tempo da escravidão, com o empregador verificando as mãos dos candidatos ao emprego para certificar se havia calos de trabalho pesado.

Outro fato relatado era que os chefes andavam armados na mina, exercendo uma coerção sobre os trabalhadores. João, que foi chefe de turno, conta que comprou uma arma assim que foi promovido e que seu pai que chegou a ser chefe na Morro Velho também andava armado, o que os levava a terem a fama de “capitão da mina”, uma distinção que ele achava interessante. A ascensão ao cargo de chefia era motivo de muito orgulho para ele, que, apesar de ter vindo de baixo, apropriou-se da forma como a empresa funcionava, buscando subir os degraus de sua hierarquia.

O contrário aconteceu com Mauro, que não aceitava a forma como os chefes tratavam os outros, tanto que foi demitido três vezes da empresa, por não aceitar fazer um determinado serviço e por greve. Sua personalidade contestadora o fez desperdiçar a oportunidade de ser promovido a encarregado, pois ficou no cargo só por 22 dias. Depõe que, numa reunião, os chefes elogiaram bastante o seu trabalho dentro da mina, para depois dizer que para ser um encarregado ele precisava levar os problemas da mina para o chefe de cima, entregar os companheiros de serviço, o que ele não aceitou. “Eu não quero isso porque eu não tenho rabo preso com ninguém, eu acho que todo mundo tem que ser tratado igual”. Mesmo tendo uma orientação de como funcionava a empresa, Mauro continuou atribuindo o que aconteceu a ele aos chefes, que não sabiam comandar.

A Morro Velho é excelente, o que ela fala que vai te pagar ela paga, porque da Morro Velho eu não reclamo nada não, eu reclamo são dos comandantes, quem eles punham para mandar, que na maioria das vezes, não são todos, não sabem mandar, mandam em você de qualquer maneira. Depois que eu trabalhei na Morro Velho, eu trabalhei na MBR, o tratamento era totalmente diferente, isso é porque lá você mexe com ferro, aqui eles mexem com ouro, e você é tratado com a casca e tudo, então são os comandantes. (Mauro)

A hierarquia existente na Morro Velho fez com que os trabalhadores entrevistados atribuíssem problemas e desavenças à chefia imediata, deixando a empresa fora dos conflitos rotineiros. O entrevistado Daniel apresenta essa questão e mostra como a empresa deve ser responsabilizada pelo tipo de relação estabelecida na sua estrutura de poder, o que era reproduzido na cidade através da construção dos bairros operários. Esses foram ocupados de acordo com as funções desempenhadas pelos trabalhadores, tornando a cidade hierarquizada da mesma forma. Para Daniel, a empresa olhava para si, sem o menor compromisso com Nova Lima e com as pessoas que ali estavam, sendo legítimo gerar lucro, pois uma empresa precisa se manter; mas isso poderia ser feito mesmo tendo um olhar para o outro. “A empresa criou um “mal social” na cidade por muitos anos, era limitação de toda a natureza, as pessoas não tinham fala e nem espaço”.

A empresa sempre esteve nas mãos de quem certamente não eram as mais qualificadas, mas que eram as figuras que interessavam à empresa. Eles estavam no lugar certo, justamente porque eles seguiam exatamente a cartilha da hierarquia, todo mundo, mas era isso que eu não dava conta nessa empresa. Ela afetou a sociedade como um todo, as pessoas tinham um complexo mesmo de inferioridade, eu sou folha A, eu sou folha B, eu sou folha C, então ele é de outro *staff*, é de outra prateleira, como assim? E isso imperou durante muitos anos. Então a empresa criou essa distinção que durante muitos anos fez muito mal para a sociedade. (Daniel)

Mesmo com todas as críticas, Daniel diz reconhecer, com tranquilidade, a importância da Morro Velho para a população e para Nova Lima, trazendo oportunidade de empregos e criando um intercâmbio técnico e tecnológico de Nova Lima com outros países, tornando-se referência em diversos campos da mineração. Pessoas mais pobres, com seu trabalho, conseguiram suas casinhas, criar as suas famílias e “estudar” os seus filhos, o que não pode ser desconsiderado. A sua importância pôde ser vista no momento que encerrou as atividades, pois, segundo Daniel, o número de trabalhadores dispensados provocou uma situação de marginalidade e de decadência, com a multiplicação de bares e do consumo de bebidas alcoólicas.

A dualidade com relação ao significado da Morro Velho está presente na fala de todos os entrevistados, não se podendo esquecer de que se trata de uma atividade de exploração realizada por uma empresa estrangeira, mas não tendo como deixar de ressaltar o significado de tudo que foi construído em quase dois séculos de atividade. Com o fechamento da Mina Grande e Mina Velha e de outras minas em Nova Lima, encerrou-se o ciclo de exploração de ouro, mas permanece o patrimônio material e paisagístico que conta sua história. Segundo Rafael, Nova Lima deveria utilizar tudo que ficou da mineração subterrânea, pois chegou a hora de faturar com esse patrimônio que, no passado, deixou buracos e doenças.

No entanto, a empresa que encerrou a exploração do ouro ainda existe, não mais a antiga empresa inglesa, que trocou de proprietários, pertencendo em 2016 à empresa sul-africana *AngloGold Ashanti*, que adquiriu a Morro Velho no momento em que já havia praticamente encerrado a sua atividade minerária. Interesses como a especulação imobiliária entraram no processo de negociação da mineradora, que possui grande parte do território da cidade. A mudança de proprietários propiciou que a empresa buscasse ainda mais lucro, já que a história da mineradora não importa para quem não participou de nada e não possui nenhum vínculo com a cidade, desconsiderando a dimensão do significado do patrimônio existente em suas terras. Letícia relata que a Morro Velho tinha um chefe que queria conciliar a preservação do patrimônio da mineração com ganhos para a empresa; no entanto, ele foi mandado embora e outro foi contratado, de fora, para vender tudo, sem qualquer preocupação com a história da cidade. Iniciou-se um novo ciclo de exploração em Nova Lima, que evidencia que houve um

refinamento do processo de colonização através das novas leis do mercado globalizado, mas que manteve a mesma lógica de dominação, com uma empresa multinacional controlando o território, sem se preocupar com a cultura local. No entanto, a Morro Velho está por toda a Nova Lima e isto será mostrado abaixo.

### **3.6 Nova Lima**

A atividade mineradora da Morro Velho fez crescer em seu entorno o núcleo de Nova Lima, e se expandiu, construindo em toda região o que foi preciso para viabilizar a exploração do ouro. Antigos bairros operários são marcantes na cidade, sendo cruciais para a fixação da sua população. Praticamente todas as construções próximas ao centro contêm histórias ligadas à mineração, sendo inevitável a associação com a cidade, pois elas cresceram juntas. Esse fato leva Fernando a dizer que quem vem a Nova Lima, se não conhecer a sua história, acaba convivendo com a mineração sem saber. É algo inserido no cotidiano da cidade.

O maior símbolo de Nova Lima é o Aqueduto Bicame, que possui tombamento municipal, e que, segundo a cartilha sobre o patrimônio cultural de Nova Lima lançada em 2016, “foi escolhido como símbolo da cidade em 2002 em um pleito promovido entre a população novalimense” (NOVA LIMA, 2016, p.7). O Bicame está diretamente ligado à Banqueta do Rego Grande, que fazia parte do sistema de abastecimento de água da Mina de Morro Velho. Passar pelo Bicame representa estar no centro da cidade, mas, também, estar próximo à entrada da mina desativada, uma referência para o povo da cidade e para quem vem de fora.

Os entrevistados salientaram que o patrimônio da mineração, em Nova Lima, não é só a área da Mina Grande, são vários espaços e estão espalhados pela cidade inteira. Infelizmente existem algumas minas, maquinários, construções, entre outros itens importantes para a história da mineração na cidade, que estão abandonados. O entrevistado Carlos diz que, no bairro de Honório Bicalho, temos a primeira usina hidroelétrica da região, que está se acabando, e que existem duas outras minas, que ainda possuem condição de visita, mas que necessitam de investimentos, caso se queira recuperar esse patrimônio. O potencial da cidade, vizinha da capital, está no seu meio ambiente bem preservado, juntamente com as intervenções realizadas pela mineração: as banquetas, o bondinho, as hidroelétricas, os galpões, as construções e a caracterização dos seus bairros. Para Fernando, “a gente tem áreas que a gente não vê em outro lugar, com esse potencial aqui, desde o *Art déco* no centro da cidade à influência inglesa, o bairro operário da Boa Vista e o bairro inglês das Quintas, que ainda estão preservados, e o patrimônio industrial não só da Mina Grande, mas também de Rio de Peixe”.

Os entrevistados lamentam a existência de várias banquetas abandonadas, sem água ou sem a manutenção adequada. As banquetas são importantes para a cidade, sendo espaços de convivência e de caminhada, pois a sua construção criou vias planas no seu entorno, numa cidade marcada por seus morros. A Banqueta do Rego Grande, com uma extensão de cerca de quatro quilômetros, passa pela região central. A rua que acompanha essa banqueta funciona em mão dupla para os carros, o que é criticado por Letícia, que considera que ali deveria haver só trânsito local e ser priorizado para o lazer.

A Morro Velho não pode mais captar água sem autorização do IGAM, sabe que toda a captação de água é com autorização e com motivo, se a empresa não está interessada, ela não tem porque captar, o IGAM não autoriza. Se a prefeitura tivesse interesse de manter as banquetas, ela teria a justificativa de preservação histórica. (Letícia)

Existem vários locais relevantes e que deveriam ser preservados como um patrimônio da cidade. Certos monumentos possuem relevância nacional, como o hospital da Morro Velho, que, segundo Letícia, foi a primeira escola de enfermagem do Brasil. Os inúmeros avanços tecnológicos trazidos para a Morro Velho deixaram sua marca e sua importância para a mineração mundial. O sistema de abastecimento de energia elétrica, juntamente com o bondinho elétrico, foi pioneiro no país. Esta riqueza da cidade, apesar de ser do conhecimento de muitos nova-limenses interessados na sua história e de estar documentada em alguns livros, não está disponível para a população, por vários motivos: dificuldade de acesso aos locais privados, pouca divulgação da história da cidade e sucateamento do patrimônio público e privado.

Para Fernando, apesar desse potencial, Nova Lima precisa encontrar formas de sobreviver e é preciso apresentar o patrimônio da cidade, mesmo para o nova-limense, visando ampliar as possibilidades, em um futuro próximo, de poder colher alguns frutos com relação à mineração, mas não de forma direta. A dependência de Nova Lima com relação à atividade da mineração ainda está presente, no entanto, com relação ao minério de ferro; e a preocupação existente é de que a sua exploração encerre as atividades nas próximas décadas, assim como aconteceu com a exploração do ouro.

Nova Lima já sofreu quando acabou o ciclo do ouro e não tinha se preparado: em 1995 de um tapa só nós perdemos 7.500 postos de trabalho direto, sem contar os indiretos, e, corre o risco de Nova Lima sofrer um impacto semelhante ao ocorrido em 1995, porque o veio do minério de ferro está correndo para Itabirito. (Carlos)

A necessidade de se investir em algum setor que gere emprego e renda para Nova Lima está presente na fala de todos os entrevistados, o que variou foi a opinião sobre a forma de se fazer isso. Assim que a Morro Velho encerrou as suas atividades, criou-se uma lacuna na cidade, que

perdeu a sua principal empresa e a sua maior força de trabalho. A Prefeitura passa a receber toda essa carga, tanto de pessoas desempregadas querendo um emprego direto, como de pessoas que passam a responsabilizar a Prefeitura por ações que possam suprir as lacunas criadas. A Morro Velho, apesar de não estar mais em atividade, é proprietária de uma grande quantidade de terras, deixando de cumprir a sua antiga função social de empregabilidade, mas permanecendo com a lógica capitalista de retirar o maior lucro possível de suas terras, seja com a sua venda para empreendimentos imobiliários, como vem acontecendo, ou, como coloca Bruno, como simplesmente reservas de ouro que podem ser exploradas, caso o mercado do ouro seja propício e compensatório.

Bruno conta que, quando foi Secretário de Desenvolvimento da Prefeitura de Nova Lima, foi procurado por um grupo de investidores ingleses que queriam criar em Nova Lima um turismo verde, o que acabou não acontecendo. Como as terras não são públicas, possibilitar aos novalimenses e aos turistas acesso às áreas de propriedade e controladas pelas empresas é um desafio para qualquer empreendimento na cidade. Existem várias áreas que foram minas, mas não são alienadas pela Morro Velho.

[...] são minas que seguramente têm ouro, foram exploradas na época do aluvião, enquanto eram rasas, e que ficaram como reservas. Vai lá na Bela Fama, no Morro da Glória, você tenta entrar lá, você vai ver tudo cercado com arame farpado, tem vigia, porque que uma companhia que fechou as minas mantém um vigia lá? (Bruno)

Os investimentos em Nova Lima, mesmo no setor imobiliário, levam em consideração a sua riqueza natural e a mata preservada. Ao lançar os seus condomínios de luxo no meio da mata, a Morro Velho denominou “segunda safra do ouro” a riqueza natural de suas terras. A preservação das matas, que parecia ser um benefício para a cidade em contrapartida aos vários passivos ambientais decorrentes da atividade mineradora, constitui-se, para Rafael, em “apenas mais um elemento de ganho para os donos das terras, os latifundiários, os herdeiros da *São João D’el Rey Mining Company*, que agora descobriram um novo filão, que é a especulação imobiliária”. Já Daniel diz que “bem ou mal, nobres ou não os motivos que geraram essa preservação, as terras foram reservadas por interesses comerciais, mas são legítimos; isso nos possibilitou hoje ter as áreas que a gente tem disponíveis pra gente ficar aí na unha tentando preservar.”

A questão passa a ser a cidade que vai ser construída a partir de 2016. É imprescindível que as áreas verdes sejam transformadas em parques municipais e outras unidades de conservação que possibilitem, segundo Rafael, que “o filho de Nova Lima possa usufruir desse patrimônio ecológico”. Rafael explica que, apesar de a cidade de Nova Lima ter vivido tanto tempo da

exploração do ouro, ela própria não se transformou em uma cidade próspera, com uma população que desfrutasse dessa riqueza. A população de Nova Lima é formada por trabalhadores, pessoas humildes que se esforçam para criar os seus filhos e que agora estão impedidas de vivenciar a cidade, devido à presença de cercas e dos condomínios de luxo, que aí sim possuem uma população rica, mas que não tem identificação local.

A parceria entre a Prefeitura e a mineradora é fundamental para qualquer projeto futuro, com relação ao patrimônio industrial existente. Vários entrevistados salientam o papel do poder público para que algo possa ser feito, com o intuito de preservar a história de Nova Lima e se investir em alguma atividade que crie empregos para a população. Para isso é necessário que a empresa e a Prefeitura enxerguem os ganhos possíveis em se investir no potencial cultural, ambiental e turístico, o que, para os entrevistados, é a maior riqueza que Nova Lima possui em 2016. Fica evidente que Nova Lima, pela sua história e pelas áreas livres ainda existentes, tem muito potencial para se investir no turismo, como podemos ver no depoimento de Rafael:

[...] para isso você tem que recuperar, tentar preservar antigas estruturas, antigas minas, estradas de ferro, pegar tudo que é ligado à mineração e pôr a serviço do turismo. Eu acho que Nova Lima não tem sabido fazer isso, eu acho que Nova Lima deveria fazer sim, um levantamento geral de tudo que ficou da mineração, principalmente da mineração subterrânea de ouro na cidade e tentar ganhar com isso, tentar atrair turismo, tentar ganhar com a arrecadação de tributos, com a arrecadação de toda forma com essa parte turística da mineração. Rafael

Para Carlos, algum projeto só vai sair do papel, “se o povo for para a luta e cobrar dos governantes, porque senão vamos ficar na mesmice”. Letícia questiona sobre o que Nova Lima está ganhando com a construção de prédios em condomínios fechados, em terras que eram da empresa. Depôs que a Promotoria Pública exigiu uma contrapartida da Morro Velho, que reformou uma casa em Tiradentes, enquanto casas históricas estão caindo em Nova Lima, “sem poder público não se faz nada, sem cobrança, não se faz nada. Mandar, você vai fazer um loteamento, então em troca você vai reformar todas as banquetas de Nova Lima. E aí? Topa? Eles não fazem isso!”

Para Fernando, seria fundamental a Prefeitura investir em pesquisas, isso possibilitaria conhecer mais o seu patrimônio histórico e cultural e obter informações isentas, sobre passivos ambientais, como os riscos de contaminação por arsênio e as dúvidas sobre a estrutura geológica da cidade. Já foram feitos estudos e intervenções pela empresa, que diz ter sanado os problemas; no entanto, as informações não são disponibilizadas, e a falta de um estudo feito fora da empresa deixa a dúvida sobre os riscos reais. Alguns exemplos dessa preocupação foram trazidos por outros entrevistados, como Carlos, que diz: “a mina é igual casa velha, se você fechar, ela

estraga fechada, mina tem de estar sempre monitorada, mas eu acredito que risco para a superfície agora não tem mais não”. Ele lembrou que em 2012 uma parte da estrada de Honório Bicalho arriou, formando um buraco enorme, e que ali era uma Mina embaixo, uma galeria. Alguns entrevistados explicam que as galerias e túneis da Mina Grande e Mina Velha vão em direção a Raposos, demonstrando saber aproximadamente as áreas que precisariam ser avaliadas para futuros empreendimentos. Um estudo aprofundado e devidamente divulgado é algo que poderia garantir a segurança de futuros projetos e diminuir a insegurança da população com relação aos riscos.

O setor público precisa lidar com vários conflitos e definir seu posicionamento no prazo dos mandatos políticos. A continuidade do trabalho geralmente não é mantida com a troca de gestão política, pois isso necessitaria de descentralização e planejamento em longo prazo. As decisões ainda estão sob o impacto direto do financiamento de campanha nas eleições municipais, um problema que, muitas vezes, torna-se a solução dos conflitos entre o setor público e privado, que passam a atender os interesses privados em detrimento dos interesses públicos.

Por mais que a cidade se transforme com o decorrer dos anos, existe um patrimônio material muito presente e que conta uma história cheia de contradições. É a história de Nova Lima e que não pode ser outra, uma história que nos torna únicos. Para Letícia, a história de Nova Lima é linda, uma história que inclui os ingleses que vieram para cá, e não tem outra igual, mas ninguém se interessa por isso. A mineração em Nova Lima tem uma importância significativa no cenário estadual e nacional da exploração do ouro, principalmente no século XIX e XX, sendo uma das poucas cidades que continuou a ser explorada após o ciclo do ouro das cidades coloniais de Minas Gerais. Fernando traz o questionamento de a história da mineração de Nova Lima ser desconhecida.

Já morei em cidades minerárias, já morei em Ouro Preto, trabalhei lá, mas a mineração em Nova Lima é de uma outra época, com influências diferenciadas, e que para mim era totalmente desconhecida, nunca tinha ouvido falar mesmo dessa história de Nova Lima. (Fernando)

O fato de a região da Mina Grande ter sido explorada desde 1725 fez com que muitas estruturas do passado fossem substituídas, ao longo dos anos, para atender às necessidades produtivas. No entanto, o que ainda existe deve ser valorizado, pois a história deve ser contada através da arqueologia, das construções antigas, da cultura, dos símbolos, das festas, das instituições. É um trabalho coletivo para todos que querem que a cidade mantenha uma identidade presente no interior da população. No caso de Nova Lima, a força da empresa, não só na cidade, mas no estado e no país, permitiu que ela construísse e ao mesmo tempo destruísse, de acordo com os

seus interesses. Sua autonomia e imposição produtiva nunca permitiram que o “patrimônio da empresa”, que passou a fazer parte dos bens históricos, fosse visto como um patrimônio público, pois isso poderia lhe causar muitos prejuízos econômicos. Como vimos acima, no segmento sobre os movimentos operários, houve enfrentamentos do povo com a empresa, a qual sempre fez de tudo para desarticular qualquer processo de identidade local; contudo, muitos monumentos e artefatos ainda estão presentes na cidade, como sobrevivências. Tudo que foi falado sobre a importância dos locais ligados à mineração na cidade se amplia quando se fala da área da Mina Grande.

### 3.7 Área da Mina Grande

Mas de qualquer jeito no dia que a gente conseguir abrir os portões, derrubar aqueles muros e o cidadão puder caminhar por ali, fruir deste espaço, já vai ser bastante interessante, acho que a função social da cidade já vai começar aí. (Fernando)

A mineração está presente por toda a Nova Lima, e a área que é o foco deste estudo é o local das principais minas, Mina Grande e Mina Velha, da área de redução do minério, do complexo industrial que movimentou a cidade por um longo período. A sua centralidade, no coração da cidade, demonstra o tamanho da sua importância, que vai do seu protagonismo ao fato de ser elo fundamental para se contar a história de Nova Lima. A sua paisagem faz parte do cotidiano da maior parte dos nova-limenses, e a sua destinação terá um impacto imediato sobre a população local.

A exploração do ouro foi encerrada em 1995, na Mina Grande, e em 2003 na Mina Velha; mas a Morro Velho foi aos poucos encerrando as suas atividades na área da Mina Grande, o que faz com que se encontre em alguns textos a diferença de datas sobre o encerramento das atividades da mineradora naquela área. Em 2002, aconteceu o *cleanup* que foi uma ação para limpar a área da Mina Grande, procedimento que é comum para se recuperarem os restos de ouro que acabam se acumulando no solo e no maquinário. No entanto, é um procedimento que descarta tudo que não é ouro, algo inviável para um local histórico, que possuía várias construções, objetos e maquinários sem valor econômico, mas com um grande valor cultural. A realização do *cleanup* no local ainda envolvia outras estratégias, pois a área da Mina Grande possuía uma quantidade enorme de rejeitos com arsênio, e o processo serviu para limpar a área, o que era uma exigência para que a empresa ganhasse o certificado que permitia a sua reutilização. Letícia explica esta ação.

O *cleanup*, o que é que aconteceu? Tem o IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) e tem um outro órgão dentro do IGAM, que só permite fazer qualquer tipo de utilização futura na área da Mina Grande, se fizesse a limpeza, porque lá tinha muito rejeito com arsênio, ao mesmo tempo era do interesse da empresa retirar o rejeito,

porque ele continha muito ouro. [...] Eles tiraram tudo em volta, deixaram só os prédios, tiraram tudo de dentro também, [...] Então *cleanup* foi isso, depois eles jogaram terra nos buracos, aí ganharam o certificado de que eles poderiam reutilizar o espaço. (Letícia)

O processo de *Cleanup*, apesar de necessário por causa do rejeito, poderia ter tido o mínimo de preocupação com a história do local. Letícia conta que existia uma casa de moldes com tudo o que se fazia na fundição, só que em madeira, dois andares só de moldes, e “um cara qualquer pegou tudo, jogou no chão e tacou fogo”. No entanto, o *Cleanup*, ao revirar as terras da área da Mina Grande, começou a remover peças de madeira enormes do solo que foram identificadas por um arqueólogo, como peças do moinho, o que não existia mais em lugar nenhum do mundo. A entrevistada Letícia intermediou com o chefe da época, que, segundo ela, ainda se importava com a história da mina e autorizou que fosse feito um estudo em um trecho, por um arqueólogo. Trata-se de um patrimônio arqueológico que virou uma tese de doutorado de Paula (2014). A Morro Velho trocou a chefia, a entrevistada saiu da empresa e os trabalhos arqueológicos foram encerrados, “eles não querem gastar dinheiro com a história.”

Após mais de 20 anos de mina fechada, muitos projetos, negociações, boatos giram em torno da área que, apesar de ser privada, possui importância pública, devido a suas características histórico-culturais. A partir do *cleanup*, a empresa mostrou que tinha outros projetos para aquela área, e o primeiro projeto lançado pela empresa, que ficou famoso em Nova Lima e até fora dela, foi a *Gold City*, um megaprojeto que vários entrevistados citaram, alguns apontando como algo que elevaria Nova Lima a outro patamar de desenvolvimento, como o caso de Carlos: “o projeto mais comentado aqui era a *Gold City*, você já ouviu falar? Era uma coisa fantástica, iria ter o parque, iria ter visitação, iria ter hotelaria, uma praça de alimenta o, se isso concretizasse iria ser fenomenal, iria aquecer muito, e Nova Lima precisa disso.”

O projeto da *Gold City* foi elaborado logo após o encerramento das atividades da mineradora, sendo muito divulgado na cidade, assumindo uma importância no imaginário do povo de Nova Lima. No entanto, a maior parte da população não conheceu o projeto, que, segundo dois entrevistados que tiveram acesso a ele, disseram ser equivocado. Daniel expõe que, em certa medida, a ideia de ter espaços de convivência, de cultura e da história da mineração é um caminho a ser tomado para a destinação daquela área, mas precisava ser um lugar aberto à população e integrado à cidade, o que não era a intenção da empresa, que queria “criar ali uma bolha, uma Disneylândia”. Letícia explica que foi contratado um arquiteto de Miami, que não sabia o que era o Brasil, e fez o projeto de uns prédios mexicanos, mas que a Morro Velho lançou o projeto mesmo assim e ainda fez a maior festa; mas tudo não passava de uma

encenação para mostrar que aquela área tinha dono, “[...] era só para ninguém falar que é meu, ninguém põe a mão, o objetivo foi esse [...]”.

O nome *Gold City* foi tão forte que outro projeto para a área da Mina Grande foi anunciado em 2007, com o mesmo nome, por um jornal de grande circulação na cidade com a chamada “Surge em Nova Lima a Nova *Gold City*”, dizendo que o objetivo da AngloGold (Morro Velho) era fomentar o turismo e restaurar o centro histórico da cidade. No jornal, consta que seria construído um polo joalheiro, e também haveria a construção de cinemas, lojas, escritórios, centro cultural, mercado central, bares, restaurantes e arena para eventos. Tudo foi apresentado como algo certo. “Com 220 mil metros quadrados de área construída, vem aí a *Gold City* (Cidade do Ouro), projetada pela AngloGold em parceria com a Prefeitura de Nova Lima, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e o Sindicato das Indústrias de Joalherias e Relojoarias do Estado de Minas Gerais” (SILVA, 2007, p.8).

Além do lançamento do polo joalheiro, em 2007, foi anunciada a encomenda de um estudo pela Morro Velho à Fundação Dom Cabral (FDC) para a destinação da área. Temos ainda nesse mesmo ano a elaboração do Plano Diretor, que define o perímetro da área da Mina Grande como Área de Diretrizes Especiais (ADE). Evidencia-se que, nesse período, houve um movimento para a destinação da área, em que a empresa parecia estar de acordo com a valorização histórico-cultural da mineração em Nova Lima; no entanto, nada aconteceu. Letícia comenta que o projeto desenvolvido pela Fundação Dom Cabral era ótimo, mas explica que a recusa do projeto esteve relacionada com o resultado do estudo que defendeu que a área tinha uma função social a desempenhar. Uma conclusão condizente com a riqueza histórica e cultural da área, mas que, segundo os parceiros envolvidos na execução do projeto, não era viável. Já Bruno explica que a construção da indústria de joias dependia de transformar a área em um polo de atração turística, com exposição permanente, mas que encontrou resistência por parte da empresa. Para ele, as autoridades da companhia ainda consideram a possibilidade de voltar a operar a mina, o que poderia justificar a não realização de um projeto na área nestes anos de mina fechada.

Segundo Letícia, o diretor da empresa que possuía uma visão histórico-cultural para área foi substituído por outro, que não possibilitou os investimentos nesse aspecto. Projetos “grandiosos” deram lugar a projetos estritamente imobiliários, como a construção de prédios de nove andares. A empresa, conhecendo a história e a importância da área da Mina Grande para a cidade, optava por adotar uma postura extremamente econômica, sem nenhum investimento social. A Prefeitura de Nova Lima, em 2011, contratou a empresa Schmidt

Arquitetura e Urbanismo Ltda. para elaboração do Plano urbanístico e de regulamentação da Área de Diretrizes Especiais – ADE Mina Grande, com a finalidade de desenvolvimento urbano, diversificação econômica, potencial turístico e garantia de acesso público ao conjunto de patrimônio histórico da mina de ouro. Outras versões desse projeto já foram feitas e, em 2016, é ele que ainda está sendo debatido, não mais como uma parceria entre a Prefeitura e a AngloGold *Ashanti*, em que a empresa exploraria o potencial turístico da área; mas como um processo de negociação em que o interesse da empresa é divergente do interesse público.

De acordo com Letícia, a Prefeitura de Nova Lima e a AngloGold, em vários momentos, quase fecharam um acordo, no entanto, por “pura bobeira” do poder público e pela troca dos prefeitos da cidade, nada aconteceu, pois a AngloGold já tinha disponibilizado 7 milhões para se fazer uma avenida naquela área. Apesar de a avenida ser almejada pela Prefeitura e estar presente nos projetos para a ADE Mina Grande, ela passa por uma questão jurídica trazida por Letícia, que é a necessidade da Prefeitura para se conseguir a liberação da construção de uma avenida próxima ao Córrego do Cardoso. Não existe um consenso entre os entrevistados sobre o impacto da construção de uma avenida no local. Letícia pensa que ela possibilitaria expor a história da mineração em Nova Lima, já Daniel, que ela possibilitaria a Morro Velho lotear a área sem precisar negociar com a Prefeitura. A construção de uma avenida fora de um projeto maior para a área não é muito prudente, já que a Prefeitura possui um grande poder de negociação, fundamentado no fato de que ela precisa solicitar a construção da avenida como um bem público. A parceria da empresa com a Prefeitura é inevitável, dependendo de um processo de negociação para que o empreendimento atenda aos interesses públicos e privados. A questão da avenida e do loteamento é central para um projeto imobiliário na área, o que é uma tendência nas ações da empresa, que já construiu vários condomínios em suas terras. O que realmente seria feito na cidade com a *Gold City* ou outro projeto anterior ao Plano Diretor de 2007 não se concretizou; e, em 2016, fica a expectativa da aprovação de uma revisão do Plano Diretor que vai direcionar os rumos dessa área tão importante no centro de Nova Lima.

O interesse da mineradora na área da Mina Grande e seus projetos estão na área de redução do minério, não havendo interesse pelos túneis subterrâneos. No entanto, os entrevistados mineiros pensam principalmente na destinação dada ao interior da mina, sendo uma preocupação as minas estarem cheias de água. A Mina Velha, que é conhecida por acumular muita água, está conectada à Mina Grande, que também recebe essa água. A preocupação está nos riscos que essa mina possa ter; mas o desejo está em incluir a mina em um projeto. Para Carlos, a Mina Grande poderia se transformar em um espaço para visitação, mas o fato de ela estar cheia de

água até na boca pode ser um problema para um projeto desse tipo; e, se as decisões tivessem sido tomadas anteriormente, os custos seriam menores. “Conhecer as minas seria interessante para a população de Nova Lima saber onde e como era o trabalho.”

Ali podia ser um parque que ia ter visitante do mundo inteiro, você vê umas minas bobas de 100 metros de profundidade, terra pura, vai gente de todo lugar do mundo para visitar, por que aqui em Nova Lima não viria? Só o primeiro *shaft* da Mina Grande, o primeiro poço, possui 900 metros. (Carlos)

Para a maioria dos entrevistados, a Mina possuir um espaço de visitação seria algo essencial para contar a história. Os mineiros, com muitas lembranças, demonstram como gostariam de rever esses espaços, “a Mina é bonita de se ver”. Para João e José, a Mina Grande era bem estruturada e famosa até fora do país, vindo gente de vários lugares para conhecê-la quando estava em atividade, e seria um grande atrativo para todos. Letícia explica que apesar de a mina já estar cheia d’água, a empresa já chegou a contratar um geólogo para fazer um estudo de um *tour* na área. Apesar de o profissional achar que era arriscado descer para o fundo da mina, ele conseguiu elaborar 7 passeios só na superfície.

Você pode descer um túnel que tem o *shaft* lá no Mingu, tem um elevador que vai até na Mina Grande, [...] é possível fazer isso ainda, mas gasta dinheiro. Só de você descer do *shaft*, passar por um túnel e sair do outro lado, já é suficiente, não precisa fazer mais do que isso não, porque é perigoso. (Letícia)

Assim como o interior da mina, os entrevistados trouxeram sugestões do que seria importante estar incluído em um projeto para a planta da Mina Grande, cada um com um olhar, que vai de acordo com sua relação e conhecimento do significado da mineração para Nova Lima.

Mesmo com a diversidade de entrevistados, um ponto muito levantado foi a importância de se refazer o bondinho que ligava Nova Lima a Raposos, um transporte ferroviário que surgiu para facilitar o escoamento do ouro e o acesso de máquinas e insumos para a mina, servindo também para o transporte de operários e atendendo à demanda do transporte público entre as duas cidades. O descaso com o transporte ferroviário é lamentável; e, em Nova Lima, pouco resta dessa linha, que ainda possui os seus recortes na montanha. Retornar com o bondinho aparece como uma alternativa viável e como atração turística, dentro de um projeto para a ADE Mina Grande. Mauro levanta essa bandeira e diz que acabar com algo que já estava pronto foi a maior “bobeira”. Letícia conta que, em uma apresentação sobre o bondinho, sua importância histórica para a mineração e seu pioneirismo com relação aos trens elétricos no país, fizeram com que o dono da empresa Gerdau se oferecesse para pagar toda a sua restauração; mas o diretor da Morro Velho da época não aceitou, pois ele mesmo queria fazer essa restauração e inserir o seu nome na história da cidade. Ele e Nova Lima ficaram sem o bondinho.

Fernando relata que a planta da Mina Grande tem galpões muito interessantes, de uma riqueza patrimonial e um potencial evidentes, mas que até 2013 todos os estudos feitos eram internos da empresa, e isso motivou a luta por um inventário do patrimônio cultural daquela área pelo município. Esse inventário foi elaborado em 2014 e foram levantadas 26 estruturas arquitetônicas e urbanísticas que formam o conjunto industrial da Mina Grande. A destinação desses galpões é o principal objeto de discussão para os empreendimentos da área, porque, ao mesmo tempo que possuem um grande potencial para serem revitalizados e ganharem novos usos, também impedem a construção de novos prédios na área.

O conflito de interesses pela destinação da área passa pelos diversos atores envolvidos que serão tratados no próximo capítulo com profundidade. O envolvimento da população é um ponto crucial para a luta por uma destinação para área, que atenda aos interesses coletivos, e não, exclusivamente, aos interesses comerciais. Estimular novos usos para o local não significa negligenciar os aspectos culturais, desde que a empresa reconheça a riqueza patrimonial e histórica presente na área, pois todos são a favor de uma atividade que gere riqueza e emprego. Como não se pode garantir um equilíbrio de forças ou o bom senso dos envolvidos, recorre-se a garantias legais. A empresa, com seus muros, garante o afastamento da população da área da Mina Grande através da propriedade privada, do outro lado alguns entrevistados defendem o seu tombamento que não retira a propriedade da empresa, mas fornece garantias ao patrimônio. Fernando, que é a favor do tombamento, explica o porquê:

[...] é uma área que conta a história do município e que tem um conteúdo histórico cultural riquíssimo, muito grande, e que merece ser preservado, então não vejo por que não tomar. Entendo que as pessoas têm um certo receio, um certo preconceito com o tombamento mas por não entender, porque acham que não vai poder mexer, que não vai poder ter nada, que não vai poder ter obra, que não vai poder construir mais; mas não é assim. No tombamento a área vai continuar a ser analisada, vai poder expandir, construir, mas com o olhar do Conselho de Patrimônio, seja ele municipal, estadual e, quem sabe, nacional, depende do tipo de tombamento. (Fernando)

O Inventário Municipal, pareceres do IEPHA e do IPHAN e recomendações do ministério público já foram emitidos, o que segundo Fernando garante que nada pode ser feito no local sem passar por esses órgãos. No entanto, a morosidade para que algo seja feito deixa alguns entrevistados indignados, pois, segundo Daniel, “vão passando décadas e décadas, gerações, e essa área está fechada, os galpões estão se deteriorando. Vai chegar o dia que não tem mais nada, ruiu, pronto.” Dois entrevistados fizeram parte do grupo contratado pela Prefeitura de Nova Lima em 2014 para fazer a revisão do Plano Diretor de 2007, e a ADE Mina Grande era o ponto principal a ser definido, o que é primordial para os rumos a serem tomados, entretanto não foi adiante. Apesar de existirem pareceres para a conservação desse patrimônio, Daniel

comenta que nunca se sabe o poder que o dinheiro tem para buscar outros caminhos na satisfação dos interesses da empresa. Ele cita o caso da Fábrica de Balas que, mesmo dentro da área da ADE Mina Grande, com as restrições existentes, foi vendida pela empresa, “você imagina o nível de atrevimento, venderam e continua vendido; a lei, o poder público não interfere: E isso aqui não pode não! Está vendido, hoje em dia é uma iniciativa privada, é difícil de acreditar como essas coisas acontecem, é impressionante”.

Vários entrevistados defendem a necessidade da participação popular, pois, se não houver uma ação pública consistente para ocupar a área, corre-se o risco de nada de cunho social ser feito naquele local. Instrumentos legais de política pública estão presentes no Estatuto da Cidade, podendo garantir a utilização dessa área para o bem comum; no entanto essa política precisaria passar na Câmara de Vereadores. Isso se constitui em uma tarefa complexa e de difícil concretização, já que a empresa tem grande poder sobre a política nos níveis municipal, estadual e talvez até federal. Tal fato também é um desafio para qualquer política de tombamento.

Na visão de Fernando, a participação da população é fundamental para o destino da área, pois as “decisões não podem ser só de gabinete”. A pressão da sociedade civil é fundamental para impedir decisões arbitrárias por parte da empresa e por parte do poder público. No entanto, as consultas à população, tão necessárias, não podem ser somente uma etapa a ser cumprida, precisam ser consideradas no processo de decisão. Rafael cita o Plano Diretor de 2007, em que a população se engajou e quando esse foi para a Câmara, a lei foi alterada, “na calada da noite”, o que fez a população se afastar ainda mais dos procedimentos de consultas populares, pois os poucos que se dedicam a um movimento a favor da coletividade percebem que, muitas vezes, a sua participação não tem nenhum significado.

O problema da participação popular é que, se ela depender do poder público para ser fomentada, é facilmente manobrada pelos interesses que não são os seus. Daniel depõe que tentaram fazer algumas audiências públicas, para a revisão do Plano Diretor, e que avisaram a pessoas multiplicadoras que seria importante todos conhecerem a área da Mina Grande, entenderem o seu significado, mas que as audiências eram vazias e que só estavam presentes os demagogos brigando e fazendo política. Para Daniel, é necessário mostrar o lugar para a população durante um mês, em fotos e banners, pois esse é um local que fica escondido por muros e de que a sociedade precisa se apropriar.

O ideal seria abrir os portões e deixar as pessoas se relacionarem com o lugar, deixar as coisas abertas e poder avaliar em função do desenrolar dos rumos que as ocupações vão tomando, [...] os geógrafos tratam muito disso, da valorização do conhecimento

popular, botar a pessoa ali dentro e perguntar: o que você acha? O que você pensa? O que você gostaria? (Daniel)

Perguntar para a população de Nova Lima o que ela gostaria de ver construído na área da Mina Grande pode ter os resultados mais diversos, pois não se sabe qual é o significado dessa área para a população, as informações sobre a área não estão disponíveis. A AngloGold mantém essa área fechada, e inexistente uma política de educação patrimonial que leve, para as futuras gerações, a importância de um espaço que conta a história da cidade e do seu povo. Contudo, a história da mineração ainda está muito presente na vida dos nova-limenses que trabalharam ou viram parentes trabalharem na mina. Esse questionamento foi feito aos entrevistados, que são pessoas que têm uma visão sobre a representatividade da mineração em Nova Lima, e, nesse grupo de 11 entrevistados, as opiniões já sinalizam destinações surpreendentes.

É um consenso entre os entrevistados que no espaço da mina deveria ter algo que cumprisse a sua antiga função social de emprego e renda para a população de Nova Lima, retomando a função social que a mina tinha em sua origem. Para Bruno, “seria um projeto de estimular efetivamente um meio de vida para a população, um local onde a população possa ter um incremento de negócios, um incremento de rentabilidade, ainda que seja uma segunda fonte de recursos.” Alguns entrevistados, como João, dizem que a área da Mina Grande poderia ter alguma indústria, porque o filho de Nova Lima teve de ir trabalhar fora. João ainda fala que “pode ser que não, mas tem a impressão que ainda vai aparecer alguém querendo tocar essa mina, pois ela não fechou porque o ouro acabou, foi porque não estava compensando.” Para Pedro, dever-se-ia dar vida àquele local, “não importa como, o que não pode é deixar largado do jeito que está.”

Sugestões mais inusitadas também apareceram, como a construção de um aeroporto, de um supermercado de grandes proporções e de um *shopping center*. No entanto, estas alternativas são citadas sem uma reflexão sobre o desenvolvimento de um projeto. Por outro lado, ouvimos de quase todos os entrevistados a sugestão de termos na área um projeto que fomente o turismo – os mineiros sugerindo a visita das minas, como já citado acima; e os outros entrevistados, com uma visão mais ampla do projeto, pensando na utilização dos galpões, integrados aos espaços livres, possibilitando um espaço de história, cultura e lazer.

Por mais que alguns entrevistados defendam a existência de prédios residenciais, devido aos empreendimentos imobiliários que a empresa vem fazendo na cidade, estes ocupariam apenas uma parcela pequena da área. Fernando expõe que “seria interessante ter ali um uso residencial, mas se a gente tivesse um uso comercial e também cultural, nós poderíamos ter quem sabe, uma

SESC Pompeia”. Para ele, os galpões poderiam ser mercado, restaurante, cinema, museu, oferecer espaços para a população, aproveitando a vocação da área de contar a história. Daniel também cita o SESC Pompeia como um dos projetos mais sensacionais do Brasil, no qual poderíamos nos espelhar, “um espaço físico de uma simplicidade e de um conforto enorme, um espaço ativo o tempo inteiro, utilizado pelos moradores e pelas pessoas da região.” Nova Lima teria a possibilidade de se transformar em uma cidade com grande qualidade de vida.

[...] porque a gente teria no coração da cidade de Nova Lima um parque urbano que poucas cidades do país têm o privilégio de ter. Configurado pelo paisagismo que já está ali, pela reminiscência de Mata Atlântica, pelo Córrego do Cardoso que, se hoje está poluído, pode passar por um processo de despoluição; pelos edifícios, pelos galpões industriais que estão lá e que são de uma qualidade arquitetônica incomparável, incontestável. Todos são passíveis de serem restaurados e serem disponibilizados para a cidade, porque aquilo ali é um patrimônio da cidade e isso tudo coexistindo com as atividades de comércio, de moradia, para garantir vitalidade naquele espaço 24 horas por dia e 7 dias por semana. (Daniel)

Para Fernando, o que precisa ser preservado é a história do mineiro, pois esta memória existe, mas está dispersa pela cidade; e o projeto para a ADE Mina Grande deve tentar resgatar essa memória, mostrar como ela é bonita e não pode ser perdida, já que é ela que dá sentido ao que é material. Não se pode deixar somente um galpão ou outro para falar que está contando a história, mesmo que os galpões revitalizados tragam coisas boas para o município, pois é necessário que haja uma articulação, uma leitura do caminho do mineiro para ser mostrado para todos. É isso o grande atrativo dessa área, que é o coração da cidade e que pode ser a articuladora dos outros pontos de relevância histórico-cultural da mineração em Nova Lima. Entender a área da Mina Grande como o coração da cidade nos possibilita o resgate de sua alma.

### **3.8 *Genius Loci* de Nova Lima**

Uma cidade é algo mais do que o somatório dos seus habitantes: é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem – independentemente de outras razões – viver em comunidade a viverem isoladas. (CULLEN, 1984, p. 9).

São vários os benefícios da cidade para a sobrevivência de um maior número de habitantes, sendo uma das razões para a migração do campo para a cidade. Nova Lima é marcada por ter recebido muitos imigrantes do campo, por causa da atividade mineradora, pessoas que estavam acostumadas com o trabalho pesado da roça e enfrentaram o trabalho na mina. As dificuldades, a silicose, as péssimas condições de trabalho, os constantes acidentes levam a pensar o porquê de uma pessoa sair do campo e vir trabalhar em uma mina. Dentre inúmeras razões, os benefícios de se morar em uma cidade podem ser importantes para essa escolha, que ultrapassa o trabalho em si.

As pessoas que vieram para Nova Lima, como qualquer pessoa que decide morar em uma cidade, começam a agir sobre o espaço e transformá-lo. De acordo com Schulz (1975), a percepção do espaço é fundamental para a criação de uma identidade enquanto pessoa e para o seu pertencimento a uma totalidade cultural e social. As ações do cotidiano levam à sua integração ao local e constroem a sociedade em que se vive. As discussões sociológicas, como em Elias (1994), apontam que o indivíduo e a sociedade são interdependentes e que, por intermédio dos indivíduos, cria-se algo maior, uma sociedade ou uma cidade, que inclui a localidade. Todos os aspectos que foram trazidos acima por esse estudo – como o trabalho de exploração do ouro, a doença e acidentes, o sindicalismo, a empresa, o ambiente construído e a área da mineração – contribuem para o entendimento da alma de Nova Lima ou do seu *Genius Loci*.

O trabalho na mineradora Morro Velho foi o primeiro aspecto levantado, pois a relação entre o homem e o lugar está fundamentada em um sentimento concreto e relevante. O conceito de topofilia de Yi-Fu Tuan (1980) vai nos auxiliar nesse entendimento, pois vai tratar do amor pelo local. E o que melhor do que o amor para pensarmos o que é significativo para Nova Lima?

A palavra “topofilia” é um neologismo útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. [...] pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscência e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.107).

Um dos aspectos trazidos pela topofilia é justamente o amor criado com base no trabalho. Apesar de o autor estar falando sobre agricultores na Inglaterra, o sentido pode ser atribuído aos trabalhadores da mineração, como nas passagens: “Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato” ou “o assalariado tinha poucas recompensas, a não ser uma casinha e uma vida miserável. Sua maior fonte de orgulho é sua própria força física e habilidade – sua efêmera assinatura nesta terra” (TUAN, 1980, p. 111-112).

O segundo aspecto observado acima foram os acidentes e a silicose, que se relacionam com o trabalho na mina, e que está associado ao se adentrar no subsolo, na terra, um desafio que se associa a um amor pelo local baseado no enfrentamento de condições adversas. Esse também foi um ponto registrado por Tuan, que explica o porquê de as pessoas continuarem em locais com climas não favoráveis. “O apego a um lugar também pode paradoxalmente, aparecer da experiência com a intransigência da natureza, [...] parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida” (TUAN, 1980, p. 112).

O terceiro item é o sindicalismo, que, apesar de representar uma luta de classes por melhores condições de vida, trata das condições de vida em Nova Lima, trabalhando-se na Morro Velho. Isso gera uma integração entre os trabalhadores que se transferem para a cidade, podendo até ser derramado sangue em sua luta, o que é denominado por Tuan um sentimento patriótico, que se refere a um pequeno território:

Desde o nascimento do Estado Moderno, na Europa, o patriotismo, como uma emoção, poucas vezes está ligado a uma localidade específica: por um lado é evocado por categorias abstratas de orgulho e poder e por outro, por certos símbolos, como a bandeira. O Estado moderno é muito grande, suas fronteiras muito arbitrárias, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do conhecimento íntimo. Durante a sua vida, o homem agora – como no passado – somente pode estabelecer raízes profundas em uma pequena parte do mundo. (TUAN, 1980, p. 115).

O sentimento topofílico varia de acordo com aspectos individuais e sociais e faz com que outras formas de amor pelo local se manifestem. As diferentes posições na hierarquia da empresa, o fato de trabalhar ou não dentro da mina, de conhecer a história que o antecede, são cruciais para estabelecer as relações entre o cidadão e Nova Lima. Como podemos ver, a topofilia está associada à vida na cidade, às relações que transformam os sentimentos e à alma, que depende das associações do povo com o lugar.

O item sobre a empresa apresenta um amor pelo que ela representa para a história da cidade, o que é fundamental para enriquecer a topofilia, principalmente para os cidadãos que não têm relação com a atividade mineradora, pois no lugar de um amor fundamentado em relações diretas, tem-se a topofilia construída através do meio ambiente e das reminiscências.

A cidade e a mineradora, por intermédio das pessoas, construíram juntas o espaço urbano que define as paisagens em Nova Lima. No entanto, não podemos esquecer que é uma via de mão dupla, pois o local também produz imagens para a topofilia. Caniggia e Maffei (2001) falam sobre a formação das cidades que são inseridas em um meio ambiente que determina, por meio de suas características físicas e resistentes a mudanças, permanências essenciais ao lugar. Segundo Hillman (1993), a distinção entre o natural e o urbano é desnecessária.

[...] Até certo ponto a “natureza” é sempre feita pelo homem, senão diretamente com nossas mãos, com certeza sempre por nossas mentes.

[...] a cidade feita por mãos humanas é também natural por seu próprio direito. As cidades pertencem à natureza humana, a natureza não começa no lado de fora dos muros da cidade. (HILLMAN, 1993, p.124).

Para Tuan (1980), o meio ambiente por si mesmo, por mais belo que seja, depende do temperamento individual e das forças culturais de uma época para despertar os sentimentos topofílicos; no entanto, ele fornece “o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida,

dá forma às nossas alegrias e ideais.” (TUAN, 1980, p. 129). O amor por Nova Lima é fundamental para a formação do *Genius Loci*, termo utilizado para a alma do lugar, que está vinculado ao sentimento daqueles que conhecem bem a cidade, o que não leva a experiências estéticas surpreendentes, pois isso geralmente ocorre através de uma revelação do desconhecido. Cullen (1984) expõe que a Arte do Meio Ambiente precisa se popularizar mais, pelo seu grande potencial como fonte de prazer. Planejar a cidade não está ligado a valores absolutos de beleza e perfeição, mas ao diálogo estabelecido entre o meio ambiente e população. “O meio ambiente que procuro descrever é como a conversa amena entre pessoas vulgares falando em linguagem simples” (CULLEN, 1984, p. 17).

A topofilia, como o amor à cidade de Nova Lima, baseada nas características de uma cidade operária, nos desafios da atividade mineradora, nos conflitos com a empresa, na vivência da cidade, transformou-se em uma topofilia com outra característica, após o fechamento da mina de Morro Velho. A redução dos postos de trabalho fez com que muitas pessoas saíssem da cidade para trabalhar, o que levou muitos a denominá-la cidade dormitório. O atrativo para os migrantes virem a morar na cidade deixou de ser o emprego, juntamente com o projeto de vida de estabelecer raízes profundas em Nova Lima. Os novos moradores da cidade estão povoando os condomínios construídos na estrada de Nova Lima/Belo Horizonte, motivados pelo produto ar puro, tranquilidade e natureza vendidos pelos condomínios, sem precisar sair da capital, pois se trata de uma extensão do estilo de vida belo-horizontino, sem vínculos com a localidade.

A área da Mina Grande, último item apresentado, aparece como uma possibilidade de resgate histórico, pois reminiscências da mineração estão presentes em vários pontos da cidade, mas é necessário que elas contenham uma história, que faça com que o sentimento pela cidade se baseie em uma relação de intimidade. A importância desta área, no centro de Nova Lima, está em ser uma lembrança viva na paisagem urbana, que mesmo murada, faz parte do cotidiano e da história, o que potencializa sua relação com a população. A cidade altera-se com o passar dos anos, e a riqueza desse espaço pode garantir que a história da mineração em Nova Lima permaneça em sua alma, dando sentido ao que será feito nesse local e aos outros pontos da cidade ligados à mineração. A história de Nova Lima está diretamente relacionada ao seu *Genius Loci*, pois a alma está no exterior, nas ruas, nos monumentos, na paisagem, mas principalmente na intimidade das pessoas com o local. Os sentidos levam à percepção da materialidade, que ao ganhar significado leva a inúmeros sentimentos fundamentais para compartilhar o local.

A mineração do ouro, apesar de ter encerrado a sua produção, continua viva no meio ambiente e na memória. A alma de Nova Lima está no sentimento que deve ser renovado diante do existente, que não depende só do lugar, mas da sua representatividade para a população. Hillman (1993, p.126) diz que “o despertar para a natureza depende da atitude que um observador leva para um lugar e não somente do lugar para onde vai o observador.” A relação com a natureza, se entendida amplamente, leva em consideração a cultura e a história do lugar, que devem ser difundidas para todos que estejam em Nova Lima. O conhecimento amplia as capacidades sensitivas que propiciam vivenciar a alma do lugar.

Os pontos analisados através das entrevistas demonstram maneiras de se ver Nova Lima e a área da Mina Grande, levando em consideração as diversas formas como a topofilia pode se manifestar. O significado da mineração está nos depoimentos que trazem a sua relevância municipal, estadual e nacional através da história de exploração do ouro na cidade. A topofilia, de uma forma ou de outra, sempre estará presente em Nova Lima, seja por motivos concretos ou superficiais; no entanto, estamos analisando a sua relação com a alma. “O “natural” enreda-nos em sua história, não a natureza como vegetação, rochedos ou comportamentos irrefletidos, mas a história de uma ideia, percursos de imagens carregadas de emoção” (HILLMAN, 1993, p.123).

Hillman (1993), ao pensar na alma do lugar, a associa à alma do mundo, que nos revela o espírito de uma época, que muitas vezes está imerso em “escapismos” como o consumismo e o fanatismo. O retorno da alma aos lugares “requer o retorno da primazia das emoções vivificantes, protetoras da vida e reconhecedoras do mundo, [...] devolver a cor, o sabor, o som e a textura às coisas do mundo.” (HILLMAN, 1993, p.150). O amor pelo local não é algo passivo, o amor é construído da mesma forma como construímos a cidade, monumentos na paisagem levam a lembranças, podendo ser reminiscências ou algo feito com o intuito de resgatar um fato importante para a cultura ou história local. Podemos citar o exemplo encontrado no livro de Le Ven (2005), que cita Dorinha, uma filha de mineiro que entrou na luta pelos direitos dos trabalhadores da mina. Ela defende a construção de uma estátua de Dazinho, que foi, como citado anteriormente, um mineiro com grande importância na história de luta dos trabalhadores da mina. O monumento seria construído na Praça dos Mineiros, localizado na entrada da Mina Grande, um local de grande representatividade para a história da mineração. “Precisa-se de um símbolo que resgate a memória. No Brasil, a memória do Brasil se perde, não é preservada como deveria ser. Nós carecemos de heróis e ídolos de corpo e alma que fizeram a vida dessa nação” (LE VEN, 2005, p. 250).

Um projeto para a área da Mina Grande precisa estar inserido na história afetiva dessa cidade. Se o ambiente foi secularmente modificado pela mineradora, preservar a história da mineração não consiste em fornecer ao local um *status* de intocabilidade. Ao mesmo tempo que o natural se manifesta conjuntamente com as reminiscências, cabe à população, ao homem, contribuir para que o local tenha elementos da sua saga de dor, coragem, solidariedade, pois várias histórias podem ser contadas, a dos exploradores e a dos explorados. A possibilidade do resgate histórico está na reconstrução de uma alma para Nova Lima, representativa dos sentimentos da população e dos vestígios da sua trajetória feita de contrastes.

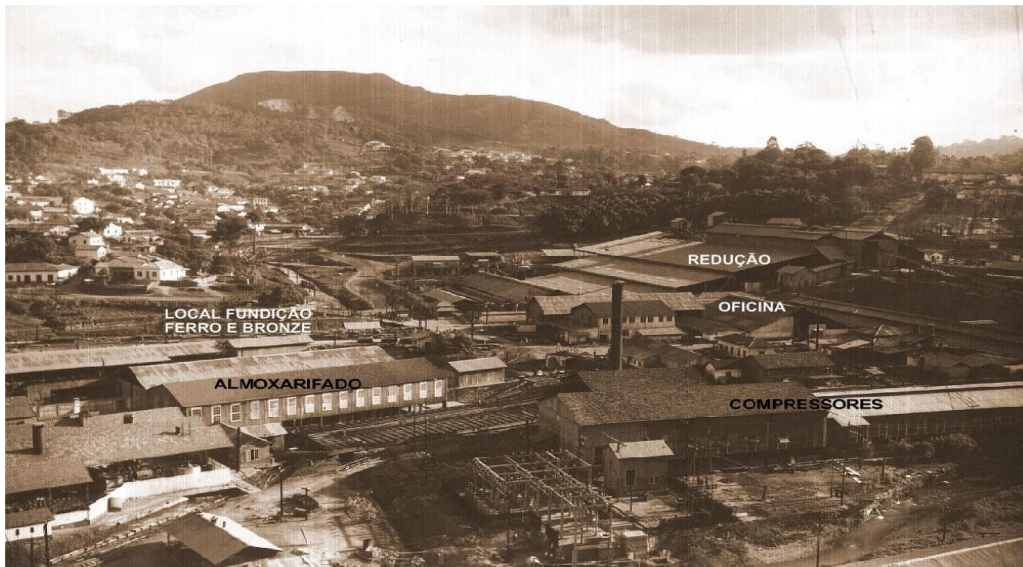
#### 4 – DESTINAÇÃO DA ÁREA DA MINA GRANDE

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a área do antigo conjunto industrial das minas de Morro Velho iniciou as suas atividades de exploração no início do Ciclo do Ouro, no século XVIII. A sua importância para a cidade se manifestou por meio da criação de outro núcleo, conhecido como arraial Morro Velho, onde trabalhadores livres e escravos garimpavam o morro de forma primitiva e se estabeleciam nas imediações. No século XIX, a área foi explorada inicialmente pelo Padre Freitas, que de forma rudimentar explorou o subsolo, com um expressivo contingente de escravos. A partir de 1834, com a compra da *Saint John D'el Rey Mining Company*, a área sofreu modificações, mantendo algumas edificações, mas construindo uma estrutura compatível com o trabalho industrial que seria implantado naquele local. Foram construídos galpões, oficinas, carpintaria, carvoaria, boca de mina e outras edificações que foram sendo modificados ao longo dos anos.

O período Chalmers, marcado pelo desastre que fechou a Mina Velha, deu início à construção da boca da mina denominada Mina Grande, que começou as suas atividades já em uma profundidade surpreendente para os padrões da época. De acordo com BUENO (2012), uma nova planta metalúrgica foi implantada, a área de redução do minério foi ampliada, utilizando-se as inovações do uso do ferro, com o emprego de estruturas metálicas, para a consolidação de uma nova arquitetura industrial. Do final do século XIX até a década de 1930, foram construídas várias edificações, todas sendo consideradas pelo seu valor histórico e cultural, nas discussões sobre o patrimônio industrial remanescente na área da Mina Grande. Após 1930, a área continuou recebendo novas edificações. Como exemplo do patrimônio tem-se a Fundação de Ferro e Bronze, que aparece na Figura 18 a seguir.

Em seguida, serão apresentadas três fotos para dimensionar a configuração desta área, tão representativa para a cidade. A primeira foto apresenta a área na década de 1930, com várias edificações ainda existentes, demonstrando a sua importância histórica. Nas figuras 19 e 20, temos a mina registrada de um mesmo ângulo em diferentes épocas, sendo que a figura 20 representa a configuração já atualizada, de uma área desativada que ainda preserva muito da sua antiga estrutura. Por meio das fotos também podemos visualizar a preservação de uma vegetação arbórea, característica da parte norte da área, próxima às bocas da Mina Grande e da Mina Velha. Ainda na foto 1, podemos perceber a conectividade da cidade com a área, um fator que eleva a sua importância para a população que sempre conviveu com esse espaço.

**Figura 18 – Foto panorâmica parcial da área industrial (provavelmente na década de 1930)**



Fonte: BUENO, 2012, p. 118.

**Figura 19 – Perfil parcial da área em atividade**



Fonte: NOVA LIMA, 2014b. Centro de Memória, Inventário do Acervo Cultural

**Figura 20 – Perfil parcial da área desativada**



Fonte: NOVA LIMA, 2014b. Centro de Memória, Inventário do Acervo Cultural

#### **4.1 Entorno da área**

Esta área constitui-se em um patrimônio da cidade, revelando a sua vida em outra época e aguçando o sentimento de pertencimento à história. Mesmo cercada, a área já produz esse sentimento, ao transitar pelo seu entorno, ou pela observação fotográfica.

A área do conjunto industrial consegue conectar a parte histórica e cultural a duas dimensões da cidade: seu ambiente mais urbanizado, de edificações, comércio e serviço, a um ambiente de vegetação preservada e de um córrego que não foi canalizado até o momento. Poder vivenciar um ambiente preservado juntamente com áreas urbanizadas é o que os condomínios em Nova Lima oferecem como atrativo para quem vem de fora. No entanto, com a área da Mina Grande, caso ela fosse pública, a população de Nova Lima também poderia viver o urbano em contato com a natureza, com o diferencial de também conviver com a sua história.

É devido a todas essas características que a área é considerada relevante para várias dimensões do patrimônio da cidade, materiais e imateriais. Ao analisar o que foi definido como área do entorno, pode-se observar que ela se conecta a vários outros bens históricos, também relacionados à mineração, tais como o Cruzeiro da Boa Vista, o conjunto de casas para operários conhecido como Bonserás da Boa Vista, a Casa Grande, o Bicame, entre outros. Também fazem parte do seu entorno a Rua Santa Cruz, principal rua comercial da cidade, e várias edificações institucionais. Do lado oposto, o entorno inclui o Parque Municipal do Rego dos Carrapatos, parte da Mata do Jambreiro e da Mata do Espírito Santo, todas conectadas pela área da mineração. As figuras a seguir mostram a conexão da área da Mina Grande com a cidade em seus aspectos urbano, histórico e ambiental.

**Figura 21 – Vista de Nova Lima a partir do Cruzeiro da Boa Vista, situada no morro logo acima da área da mina**



Fonte: Adaptada pelo autor com base nos dados da Prefeitura Municipal de Nova Lima, Diagnóstico e Diretrizes ADE Mina de Ouro (2011).

O autor da foto acima localizou-se no Morro da Boa Vista, que se encontra situada em cota superior da área da mina de ouro, para obter uma visão panorâmica da sede de Nova Lima. A vista parcial representa a parte urbanizada e foca a parte de cima da cidade, de onde é possível visualizar a sede inteira. Considerando-se a evolução da cidade, essa seria a área que se construiu a partir do Arraial Morro Velho e da exploração do ouro naquela região, bairros edificados pela *Saint John D'el Rey*, o Bicamente, a Casa Grande e outros pontos da cidade relacionados à história de exploração do ouro.

**Figura 22 – Visão do galpão da garagem, contendo o entorno arborizado**



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima, Diagnóstico e Diretrizes ADE Mina de Ouro (2011).

**Figura 23 – Visão do galpão da garagem e o centro da cidade**



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima, Diagnóstico e Diretrizes ADE Mina de Ouro (2011).

As figuras 22 e 23 são representações a partir de um mesmo ponto, o galpão da Garagem, e ilustram a relação da área com o centro de Nova Lima e a vegetação densa. Permitem aferir, também, a extensão da área e alguns outros galpões distantes que fazem parte do conjunto. O galpão em questão, está localizado ao lado da Delegacia de Polícia Civil e em frente à Casa Aristides, “edificação construída no século XIX e tombada pelo município em 2000 – é marco urbano situado nas proximidades da garagem, contribuindo com a manutenção da ambiência do conjunto industrial” (Nova Lima, 2014, p.39). Logo acima, encontra-se a Rua Santa Cruz e

um pouco além, em cota superior, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um ponto de referência na paisagem urbana da cidade.

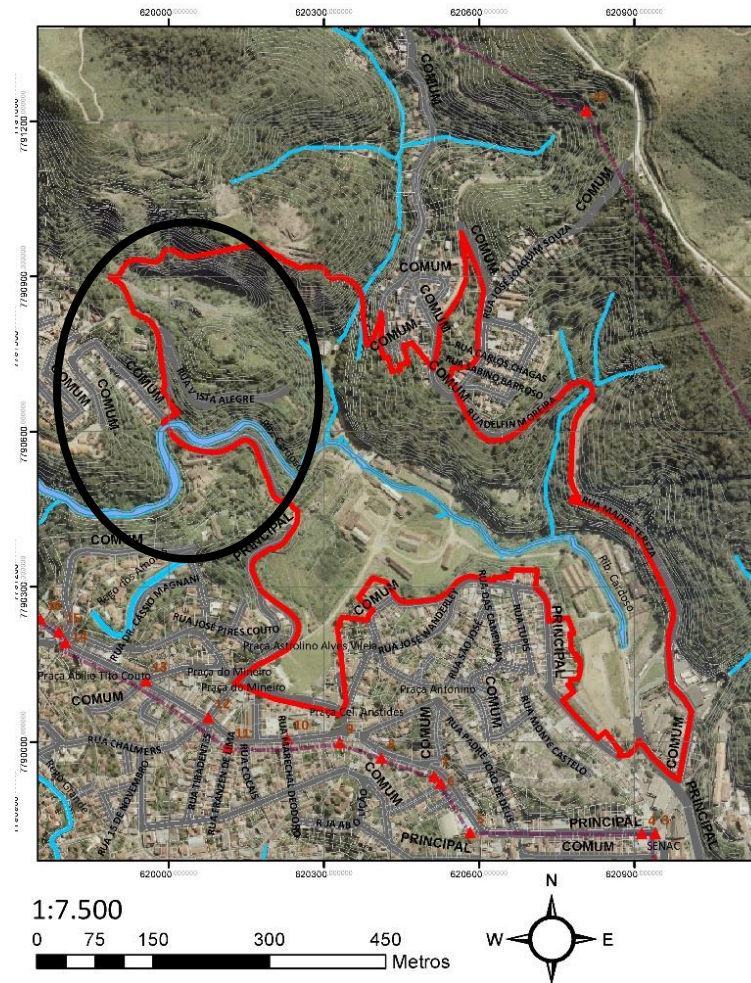
#### **4.2 ADE Mina Grande**

A Constituição Federal de 1988 estabelece o Plano Diretor como instrumento básico da política territorial para o desenvolvimento e expansão urbana. Em 2001, a lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta o Plano Diretor e torna-o obrigatório para cidades acima de vinte mil habitantes e também para as cidades que integram uma região metropolitana ou aglomerado urbano, condições a que Nova Lima atende duplamente. O Plano Diretor de Nova Lima foi aprovado em 2007 pela lei 2007, o que trouxe possibilidades ao poder público de regulamentar as suas áreas e influenciar ativamente nas negociações para a destinação do seu território, mesmo que privado. O artigo 219 do Plano Diretor de Nova Lima define as diretrizes a serem consideradas pelo Poder Executivo, para expedição de normas relativas ao parcelamento do solo para fins urbanos, expondo em seu inciso VII “a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.” (Plano Diretor, 2007, p. 99) e, no inciso VIII, as maneiras para uma efetiva proteção e para impedir a utilização inadequada de áreas urbanas.

A planta da Mina Grande de Nova Lima, por possuir todas as características expostas acima no artigo 219, foi delimitada pelos estudos para o Plano Diretor como uma ADE, (Área de Diretrizes Especiais), um instrumento complementar da lei, que reconhece a importância do local para o município, exigindo um projeto urbanístico específico e a elaboração de um memorial descritivo da sua área. A ADE Mina de Ouro, como foi denominada inicialmente, passou a ser nomeada ADE Mina Grande, por ser o nome que melhor identifica a área no Centro de Nova Lima. De acordo com o artigo 206, o Plano Diretor estabelece parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo diferenciados para as ADEs, que são preponderantes sobre o zoneamento já estabelecido. O Plano Diretor também define alguns prazos para a implantação das ADEs, como o prazo de um ano para a definição das diretrizes e do projeto, sendo submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Política Urbana – no caso de Nova Lima, denominado Conselho da Cidade.

A figura a seguir apresenta a planta da ADE Mina Grande e sua inserção na cidade representada por um círculo.

**Figura 24 – Mapa do limite da área da ADE Mina Grande inserida no centro da cidade de Nova Lima**



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima e Schmidt Arquitetura e Urbanismo. Minuta anteprojeto Lei (2014a).

No mapa acima, observam-se os limites da ADE Mina Grande, que faz divisa com o centro da cidade de Nova Lima em toda a extensão sul, e também pode-se identificar a vegetação, hidrografia e algumas edificações no seu interior. Esse limite foi alterado no Plano para a regularização da área desenvolvida pela Prefeitura, incluindo a área próxima à Mina Velha no limite da ADE, o que vai de encontro à história dessa região.

O Plano Diretor, apesar de ter contemplado a ADE Mina Grande na sua elaboração, ao ser aprovado pelo legislativo, retira as especificações dessa área, restringindo também a força da lei sobre a sua aplicação. O artigo 67 do Plano Diretor define que “para fins de uso urbano, a área minerada será passível de transformação em uma Área de Diretrizes Especiais – ADE” (NOVA LIMA, 2007, p.34), o que pode ser expandido para as outras minas da cidade. No entanto, o poder público continuou considerando a ADE inicialmente delimitada, trabalhando em planos que atendessem à sua regularização. Após aproximadamente 10 anos de aprovação

do Plano Diretor, a cidade, no que se refere à ADE Mina Grande, ainda não definiu as suas diretrizes. Alguns projetos foram elaborados, mas nenhum foi deferido pelo governo municipal e pelo Conselho da Cidade.

Esta dissertação estabelece o Plano Diretor de 2007 como o marco para as definições para a área, com o estabelecimento da ADE Mina Grande. No entanto, vários projetos anteriores foram criados e analisados, tanto pela empresa quanto pela Prefeitura, como exposto pelos entrevistados no capítulo anterior, ao falarem da Gold City e da criação de um Polo Joalheiro. A área sempre foi idealizada para a realização de projetos grandiosos, mas sem considerar a riqueza mantida nas reminiscências para a memória coletiva do povo de Nova Lima. Apesar de a aprovação do Plano Diretor não legalizar a ADE Mina Grande, a sua efetivação veio com a delimitação desse espaço como ADE. A partir de então, investigações são realizadas para auxiliar na sua regulamentação, estudos sobre os bens, potencialidades e condicionantes que auxiliarão no seu planejamento. A AngloGold fez um estudo em 2009 e, a partir de 2011, a Prefeitura elaborou um plano para a regulamentação da ADE Mina Grande, que vem sendo revisto e modificado até 2016, ano em que se encerra esta pesquisa.

#### 4.2.1 *Projeto AngloGold Ashanti*

A AngloGold, em 2009, realizou um projeto denominado "*Requalificação Urbana da Antiga Área Industrial da Mina de Morro Velho*", mas que apresenta, de fato, um estudo de conservação e restauração de nove edificações, sendo elas: almoxarifado, galpão da elétrica, fundição de ferro e bronze, casa de força, oficina mecânica e ferraria, galpões dos compressores, carvoaria, carpintaria e casa de moldes. O fato de a AngloGold estudar apenas nove edificações indica que o restante delas, que cinco anos depois foram inventariadas pelo município, seriam demolidas, pois não atendiam aos requisitos do que a empresa considerava relevante, como exposto abaixo:

Os projetos de alguns prédios construídos na Área Industrial esclarecem sobre o sistema construtivo das edificações, quando apresentam especificações claras sobre o uso do ferro em estruturas metálicas e a construção de grandes vãos. É certo o fato de que todas essas edificações apresentam características arquitetônicas semelhantes, enfocando sempre que a nova Área Industrial, projetada e construída por George Chalmers, é um misto de eficiência, beleza e tecnologia, marcando claramente a passagem entre o passado das aprendizagens empíricas e o presente das inovações tecnológicas e da arquitetura bela e artística mesmo em se tratando de construções industriais. (ANGLOGOLD, 2009, p.8).

Tendo em vista a passagem acima, o relatório apresenta o estado de conservação das edificações, que de modo geral, apesar do tempo de construção e da falta de uso, encontram-se em bom estado. Os galpões são considerados de uma arquitetura simples, caracterizados por

um pavimento, com pé-direito duplo. Apresentam semelhanças construtivas e utilizam praticamente os mesmos materiais. O interior das edificações foi modificado, pois os equipamentos e materiais foram retirados; mas, segundo o projeto, apesar das mudanças, não houve perda de suas características principais. Ao desconsiderar o interior, a empresa desconsidera o seu antigo uso, o que torna o imóvel um esqueleto com características históricas, mas sem os fragmentos da atividade no local. O projeto realça que a recuperação das edificações e novos usos devem contribuir para o fim do seu estado de degradação. Sua proposta de intervenção baseia-se na premissa de que a referência histórico-cultural das edificações está no respeito às características arquitetônicas originais.

O projeto não expõe as finalidades dos galpões, definindo apenas os procedimentos para a sua restauração, que seguem uma mesma linha: recuperação do telhado, retirada de anexos que reconfiguram o projeto original, liberdade para os revestimentos e fechamentos de acordo com os novos usos. Os prédios são detalhados em plantas, fotografias e em um estudo que oferece informações sobre problemas estruturais e de restauração. O trabalho expôs as condições de alguns imóveis como sendo da área global, pois a empresa não se preocupou em fazer um levantamento de todas as benfeitorias, mas apenas dos imóveis de seu interesse. Dentre as edificações estudadas, o almoxarifado será tomado aqui como um exemplo.

**Figura 25 – Foto do Almoxarifado**



Fonte: ANGLGOLD, 2009. Centro de Memória

O almoxarifado, além de representar as características das edificações do início do século XX, foi escolhido por sua característica específica de ter sido construído acima da antiga Fábrica de Cadinhos. Através de um estudo de prospecção arqueológica, foram encontrados no local objetos característicos de uma arqueologia industrial sedimentados por novos usos da área. Isso levou à seguinte recomendação: “Toda a área das fundações do galpão principal deverá ser inteiramente preservada, sendo proibido qualquer tipo de construção no local onde funcionou uma Fábrica de Cadinhos no final do século XIX” (ANGLOGOLD, 2009, p.12). Pode-se perceber, através da foto, o estado de conservação do imóvel e do seu entorno, sendo indicada em uma das plantas do estudo, a necessidade de restauração das estruturas metálicas. A ausência de uso e de cuidados com a edificação e com o entorno torna o local suscetível à degradação do tempo.

Dois anos mais tarde, a Prefeitura iniciou a elaboração de planos para área da ADE Mina Grande, objetivando a sua regularização.

#### *4.2.2 Projetos Prefeitura de Nova Lima*

Em 2011, a empresa Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda. foi contratada pela Prefeitura Municipal de Nova Lima para elaboração do Plano Urbanístico e de Regulamentação da ADE Mina Grande, com a finalidade de desenvolvimento urbano, diversificação econômica, potencial turístico e garantia de acesso público ao conjunto de patrimônio histórico da Mina Grande. O plano definiu zoneamentos, buscando a sua compatibilidade com as características socioambientais, promovendo a integração da ADE Mina Grande com o centro da cidade. Foram previstas para a área diretrizes tais como: obras viárias para desafogar o centro da cidade; área de equipamentos públicos; áreas de estacionamento; conjuntos habitacionais; áreas industriais, de comércio e serviços; teatros; área de preservação ambiental permanente; corredor ecológico ligando a ADE ao Parque Municipal Rego dos Carrapatos; ciclovias, praças e o conjunto do patrimônio histórico e arqueológico com novos usos para áreas edificadas e galpões preservados além da criação do Memorial do Mineiro. (NOVA LIMA, 2012).

O plano para a ADE Mina Grande foi sendo alterado no decorrer dos anos, buscando atender as demandas da Prefeitura de Nova Lima, que se dividiam em dois aspectos principais: a preservação do patrimônio histórico, cultural e ecológico e o desenvolvimento urbano, com o estabelecimento de empreendimentos econômicos. O plano para ADE Mina Grande realizado em 2011 utiliza como fonte de informações vários estudos realizados pela AngloGold, pois, além do estudo acima, existem o estudo arqueológico e o de impacto ambiental, entre outros.

O estudo da AngloGold sobre a preservação dos galpões, apesar de ser elogiado no plano, pela sua riqueza de detalhes, recebe a ressalva da necessidade de se realizar um inventário da área, pela Prefeitura de Nova Lima.

O plano de 2011 também aborda as implicações do estudo arqueológico, encomendado pela AngloGold e que foi encaminhado para o IPHAN, já que é de competência desta instituição federal definir os procedimentos de preservação dos sítios arqueológicos. O plano traz que “o parecer que será emitido pelo IPHAN poderá contemplar medidas restritivas, compensatórias com relação à ocupação da área do entorno do sítio, condicionando a ocupação e o uso da área” (NOVA LIMA, 2011, p.105). Esse dado surge no projeto como uma possibilidade, a arqueologia ter um peso relevante no planejamento da área, dependendo de futuros encaminhamentos do IPHAN.

Outro condicionante trazido pelo plano foi o impacto ambiental. A AngloGold, através do relatório e projetos de descomissionamento da Mina Grande, realiza o tratamento do antigo depósito de arsênio para evitar contaminação, impermeabilizando o local, como pode ser visto na figura 9. No entanto o plano de 2011 sugere que qualquer intervenção na área deva prever investigações sobre a resistência do terreno, obras de contenção para a implantação de edificações, de acordo com um projeto específico, para se evitar contaminação, principalmente de áreas de nascentes. Preocupações geológicas estão além das características do solo, devido à profundidade das minas e outras intervenções da mineradora.

A área de estudo foi caracterizada, em uma avaliação preliminar, considerando-se as condições físicas atuais e os fatores dificultadores e restritivos à ocupação, bem como fatores que podem desencadear processos destrutivos no meio físico e gerar situações de risco geológico. Desta forma, é necessário ressaltar que a implantação de qualquer empreendimento deverá ser precedida de vistoria do local e elaboração de laudo geológico-geotécnico complementar. (NOVA LIMA, 2011, p. 41).

Afigura 26 apresenta uma área que recebeu intervenção da empresa para impedir o contato da população com o arsênio. O isolamento é fundamental para impedir a contaminação pela água e pelo ar.

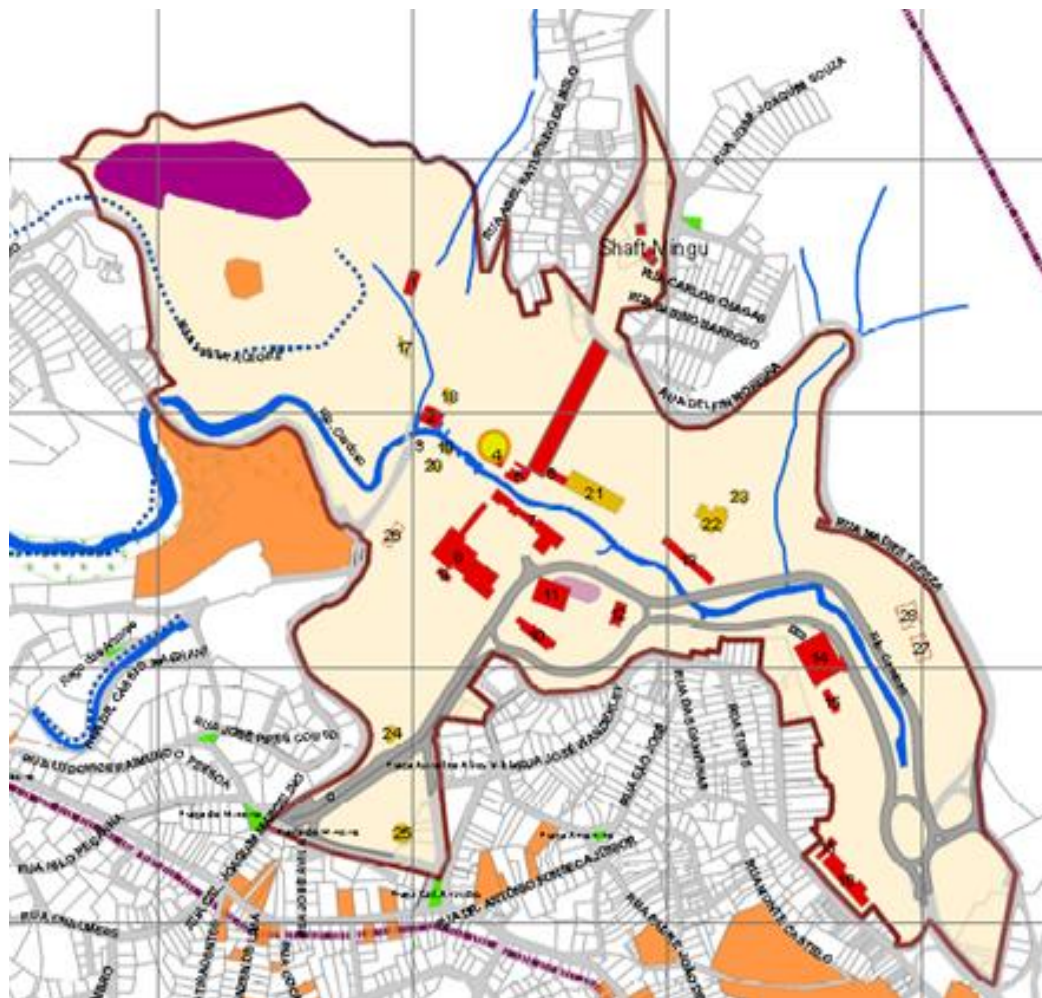
**Figura 26 – Parte de tratamento de isolamento do antigo depósito de arsênio, na porção leste do terreno**



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima, Diagnóstico e Diretrizes ADE Mina de Ouro (2011)

O plano de 2011 também se dedica a apresentar questões como: preservação da cobertura vegetal, a articulação do sistema viário e do saneamento dessa área com o centro da cidade, apontando impactos e soluções. Houve alterações significativas no Plano Urbanístico desde 2011, mas suas características principais foram mantidas nos anos posteriores. Em 2013, houve a revisão do plano pela Fundação Israel Pinheiro e, em 2014, a adequação de mapas, como o da Figura 27. O mapa de 2014 mantém do projeto de 2011 a proposta de projeção da via principal elaborada pela AngloGold no seu Plano de ocupação da área. A Figura 27 também traz os bens da área, com sua proposta de preservação e demolição, sendo que alguns galpões foram incorporados e outros foram retirados em relação a 2011, sendo incorporados a Fábrica de Balas e a Oficina Mecânica. Existem algumas inconsistências ao se comparar os mapas, no decorrer dos anos: ora um galpão era incluído, ora era excluído, não em razão apenas do valor do galpão, mas também pelo seu posicionamento no terreno, o que poderia dificultar a destinação da área para outras finalidades. Vale notar que, com o passar dos anos, mais edificações são incluídas como significativas para a área, o que torna mais difícil a decisão da demolição de qualquer edificação que esteja inserida na ADE Mina Grande. A proposta para a ADE Mina Grande pode ser observado na figura 27.

Figura 27 – Proposta ADE Mina Grande, com a projeção da via principal (2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima e Schmidt Arquitetura e Urbanismo. Minuta antiprojeto Lei, 2014 a.

**Legenda da figura anterior.****Galpões com interesse de preservação**

- 1 - Usina de resfriagem
- 2 - Elétrica
- 3 - Guarita
- 4 - Almoxarifado
- 5 - Máquina do *shaft*
- 6 - Refeitório
- 7 - Casa dos compressores
- 8 - Oficina mecânica
- 9 - Casa de força
- 10 - Fundição de ferro
- 11 - Almoxarifado
- 12 - Oficina elétrica
- 13 - Carvoaria
- 14 - Carpintaria
- 15 - Casa dos moldes
- 16 - Fábrica de balas

**Galpões com previsão de demolição**

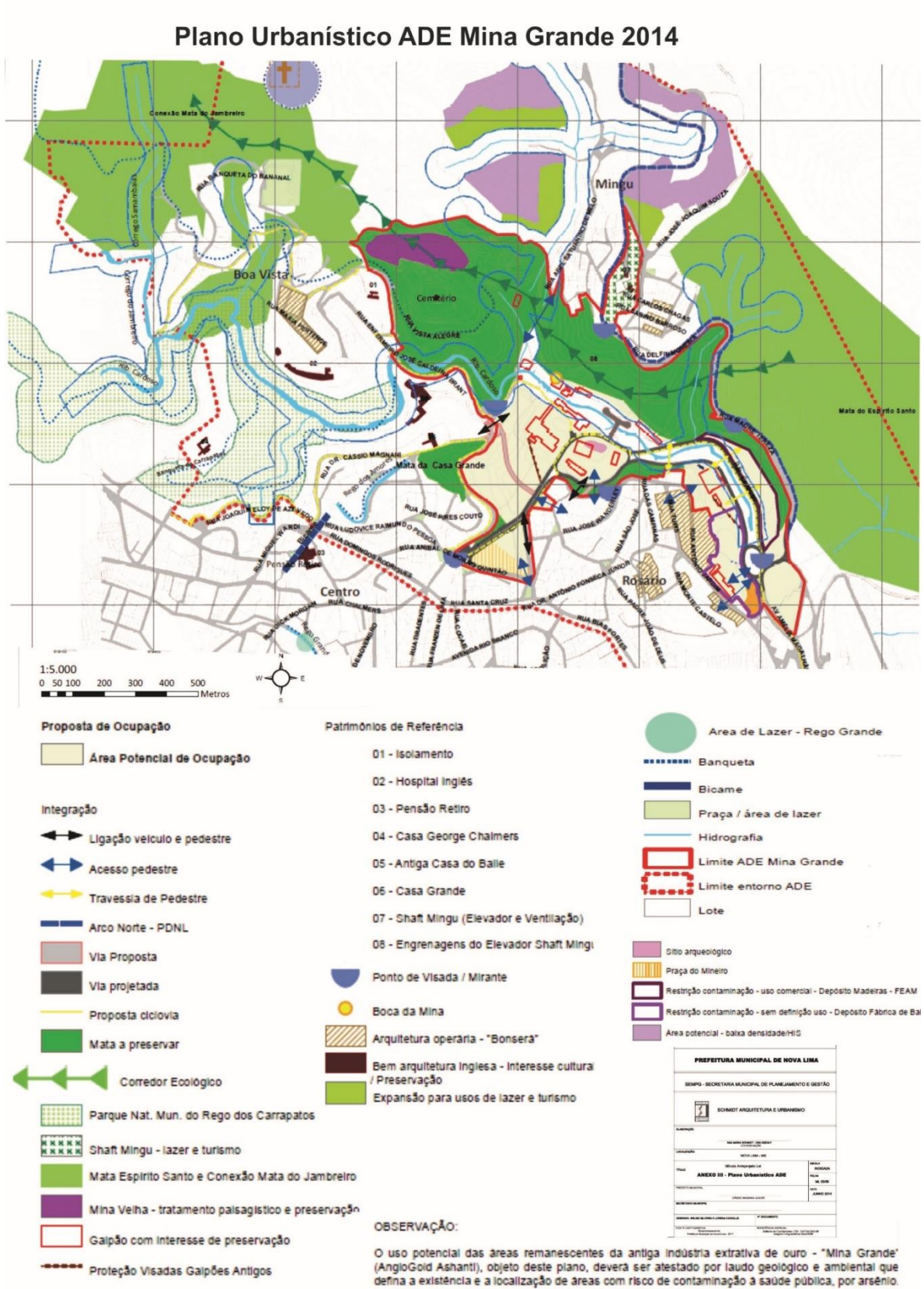
- 17 - Sala de lanternas
- 18 - Selaria
- 19 - Brocas
- 20 - Escritório da mina
- 21 - Vestiários
- 22 - Caípa
- 23 - Residência
- 24 - Vestiário/sondagem
- 25 - Garagem

**Galpões demolidos**

- 26 - Casa do vigia
- 27 - Ferrox
- 28 - Ferrox

**Mina Velha**

Figura 28 – Plano Urbanístico ADE Mina Grande (2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lima e Schmidt Arquitetura e Urbanismo. Minuta anteprojeto Lei, 2014a.

No mapa da figura 28, tem-se uma visão geral do que se pretende com o estudo que delimita a ADE Mina Grande e o seu entorno, nestes incluídos bens de arquitetura operária e inglesa e bens de referência para o patrimônio vinculado à mineração. São definidas a conexão das matas do Jambreiro e do Espírito Santo, as conexões da ADE com o centro da cidade e áreas de interesse social nas proximidades. No interior da área, tem-se o patrimônio histórico, cultural e arqueológico, a definição de lotes a serem edificadas e indicação de restrição de uso, devido a riscos ambientais e proteção a visadas dos antigos galpões e do conjunto paisagístico.

Essa planta de 2014, diferente dos mapas produzidos nos anos anteriores, apresenta uma observação que demonstra a necessidade de estudos ambientais para a execução do plano: “O uso potencial das áreas remanescentes da antiga indústria extrativa de ouro – "Mina Grande" (AngloGold Ashanti), objeto deste plano, deverá ser atestado por laudo geológico e ambiental que defina a existência e a localização de áreas com risco de contaminação à saúde pública por arsênio.”

O projeto para a ADE Mina Grande vai muito além da preservação das edificações, configurando-se em um plano urbanístico para a área, que, conforme o Plano Diretor, trata-se de uma área de expansão do Centro da cidade. É proposto o seu zoneamento específico e definindo-se as áreas de preservação, as áreas industriais, as áreas de comércio e serviço e as áreas residenciais. O zoneamento indica o tipo de uso mais provável para cada galpão que será preservado. A revisão do Plano Urbanístico em 2013, em suas considerações gerais, salienta restrições e potencialidades para a destinação da área.

A construção do Plano Urbanístico final está condicionada ao fornecimento de dados e parâmetros pendentes sobre a política para a preservação cultural, critérios ambientais para tratamento e/ou restrições de uso para as áreas contaminadas por arsênio, tipo de transporte sobre trilho e a dimensão da faixa de reserva ao longo da via proposta. [...] A definição do uso dos galpões e a preservação do conjunto industrial da Mina Grande, considerando a política de turismo, cultural e ambiental do município pode ser um singular mote para a reestruturação do espaço e sua requalificação e integração à cidade. (NOVA LIMA, 2013, p. 19-20).

Foram elaboradas, tanto em 2012 quanto em 2014, minutas de conteúdo técnico para o anteprojeto de Lei para a regularização ADE Mina Grande. Apesar de a segunda basear-se na primeira, ela apresenta uma especificação maior em cada artigo, tornando mais clara a aplicação da lei, caso fosse sancionada. A redução do número de pavimentos permitidos para a construção e a atenção aos riscos ambientais, geológicos e de contaminação pelo arsênio são apresentados pela minuta de 2014 e demonstram uma preocupação em se estabelecer um planejamento com segurança e responsabilidade ambiental.

A evolução do plano urbanístico para a ADE Mina Grande está em construção. Expõe-se acima o que foi produzido até meados de 2014, mas que continua a ser discutido. Esse aspecto pode ser observado através de reuniões do Conselho do Patrimônio e de algumas entrevistas, que relataram um estudo para a revisão do Plano Diretor de 2007, que tinha a regulamentação da ADE Mina Grande como um de seus objetivos. Como uma demanda do próprio Plano Urbanístico para a ADE Mina Grande, em 2014 foi realizado o inventário dos seus bens, constituindo-se em um importante instrumento para a elaboração de um projeto condizente com as restrições e potencialidades da área. Assim como o inventário, também foi apresentada como uma demanda do Plano urbanístico a elaboração de estudos ambientais e arqueológicos, que possam garantir a sua viabilidade.

#### 4.2.3 *Inventário*

O Conjunto Industrial da Mina Grande foi inventariado, em 2014, pela Prefeitura de Nova Lima, que identificou 26 estruturas arquitetônicas e urbanísticas, que foram além dos galpões, incluindo a boca da Mina Grande e a da Mina Velha e o *Shaft* do Mingu. O Inventário do Patrimônio do Acervo Cultural do Conjunto Industrial da Mina Grande (IPAC) tem como objetivo principal a proteção do patrimônio, que contribuiu para a formação da cidade. São também seus objetivos integrar o processo de regulamentação da ADE e encaminhá-lo para o IEPHA, “para fins de pontuação e conseqüente repasse de recursos do ICMS item Patrimônio Cultural, exercício 2016, conforme Lei Estadual 18.030/2009” (NOVA LIMA, 2014b, p. 4).

A elaboração do inventário em 2014 forneceu novos dados, tendo em vista que o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Nova Lima não incluía os bens de propriedade da AngloGold Ashanti, com exceção da Casa Grande e do Cemitério dos Ingleses. Os Planos Urbanísticos para a área, anteriores ao inventário, não possuíam informações isentas e suficientes sobre suas edificações, o que impulsionou esse estudo. O inventário não ignorou os trabalhos produzidos pela AngloGold, inserindo as informações que julgou relevantes e que foram disponibilizadas pela empresa; no entanto, o documento assume uma postura diferente, ao fazer um estudo do conjunto e não só do bem específico, levando em consideração o seu uso anterior, o que é fundamental para o planejamento de uma área mais significativa.

A responsável técnica pelo inventário, a arquiteta e urbanista Carolina Costa Moreira dos Santos, na Introdução do relatório, demonstra a importância do documento para a destinação dessa área:

Os Inventários foram elaborados conforme metodologia divulgada pelo IEPHA-MG, sendo o trabalho de campo realizado em junho de 2014. Foram inventariadas as principais edificações do antigo conjunto industrial das minas de Morro Velho, área que sofre pressões do mercado imobiliário, podendo culminar na substituição das edificações e verticalização do espaço. No entanto, a área está inserida dentro da ADE Mina Grande que se encontra em processo de regulamentação. O inventário das edificações existentes no Conjunto Industrial foi exigido como parte do processo de regulamentação da ADE Mina Grande. Esta área urbana é, além de marco técnico-construtivo e tecnológico, referencial paisagístico, histórico, rememorativo, imaginativo e afetivo que merece ser preservado. (NOVA LIMA, 2014b, p. 4).

Através do depoimento da responsável técnica pelo inventário, pode-se perceber a preocupação em se estabelecer uma forma de proteção às edificações do conjunto industrial, frente à possível descaracterização de uma área tão representativa.

O inventário pode ser um instrumento de conservação, apesar da sua função original de auxiliar no processo de preservação de bens culturais a serem protegidos. É considerado como um excelente instrumento para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural e da proteção da paisagem e, através de metodologias específicas, constrói diagnósticos fundamentais para a execução de políticas públicas. O inventário pode conciliar a preservação às políticas de desenvolvimento, criando uma alternativa interessante ao instrumento de tombamento que por muitos é visto como a única alternativa para a proteção efetiva dos bens culturais. A regulamentação de um inventário, como instrumento de conservação, pode levar uma maior mobilidade e entendimento sobre um sítio urbano, aproximando os bens inventariados das necessidades reais de sua preservação (CASTRIOTA, 2009).

A ficha utilizada no inventário faz um levantamento histórico do bem e depois a sua descrição, apresenta a sua localização, o estado de conservação e também várias fotos do local. Apresenta uma análise do entorno e da conservação, aponta os fatores de degradação e sugere medidas para a sua conservação e, no final, insere o imóvel no conjunto industrial, demonstrando a sua importância para leitura da área em sua totalidade.

Segundo o inventário de 2014, dos 26 bens inventariados na área da ADE Mina Grande, somente dois apresentam bom estado de conservação, a maior parte apresenta um estado regular, sem danos estruturais, e sete apresentam um péssimo estado de conservação, necessitando uma avaliação estrutural. Os fatores de degradação relatados abaixo são uma constante para todos os bens inventariados, pois se encontram abandonados, apresentando pequenas variações.

Os principais fatores de degradação dizem respeito à ação de intempéries, gerando manchas de umidade e infiltrações no interior da edificação, bem como a corrosão das peças metálicas; desgaste temporal dos materiais compositivos; agente botânico e ação antrópica, como intervenções e vandalismo; e ausência de manutenção e

conservação constantes que contribui para o acúmulo de sujidades nas superfícies, crescimento de vegetação, acúmulo de sujidade, e de entulho em seu interior (NOVA LIMA, 2014b, p.40).

Uma pequena apresentação das edificações inventariadas será feita abaixo, sendo reunidas de acordo com o seu estado de conservação. Um fator relevante e presente nas fichas do inventário é a aprovação ou não, por parte do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, da preservação do imóvel, isso em 2013. Vários são os fatores que levam à decisão da preservação ou demolição de um bem, sendo considerado o seu valor histórico e cultural, seu estado de conservação, sua importância para o conjunto, sua localização para o planejamento da área.

O inventário apresenta todas elas, fornecendo subsídios para que as futuras decisões possam ser tomadas pelos órgãos responsáveis, como se observa nas figuras a seguir.

### **Figura 29 – Fotos dos bens inventariados em bom estado de conservação**

**Vestiário e Sondagem**



**Almoxarifado da Mina**



Fonte: Nova Lima, 2014b / Adaptado do Inventário do acervo cultural do Conjunto Industrial da Mina Grande Segundo o inventário, o Almoxarifado da Mina e o Vestiário/Sondagem são construções atribuídas ao início e meados do século XX respectivamente, por meio de depoimentos, pois não foi possível acessar documentos que comprovem as datas das suas construções. São os únicos dos bens inventariados na área classificados em bom estado de conservação. Conforme o inventário, a construção denominada Vestiário e Sondagem já recebeu vários usos e, em 2014, acondiciona equipamentos da brigada de incêndio. Estar em uso pode ser um fator de maior conservação. No entanto, mesmo em bom estado de conservação, o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima aprovou a sua demolição em 2013, ao contrário do

Almoxarifado da Mina, que teve a sua preservação aprovada. Ele está localizado junto às dependências da Boca da Mina Grande, onde são perceptíveis construções extemporâneas, com diferença na sua composição estética. Os fatores de degradação são comuns às demais edificações, sofrendo desgaste temporal e ações das intempéries.

A seguir, serão apresentadas as 17 edificações que são classificadas com estado de conservação regular. O número extenso de edificações não permite apresentar cada uma delas, mas serão apresentados dados relevantes para se entender a sua condição na contemporaneidade.

Na definição do estado de conservação regular, o inventário apresenta duas redações que abrangem quase a totalidade desses bens. A primeira que define dez edificações expõe que: “apesar dos danos físicos e estéticos, não apresenta danos estruturais que possam comprometer sua estabilidade” (Nova Lima, 2014, p. 39). A segunda, atribuída a seis estruturas, depõe que seu estado regular se deve ao fato de “não apresentar danos que possam comprometer a estabilidade estrutural do conjunto, apenas com patologias que afetam os materiais compositivos.” (NOVA LIMA, 2014b, p. 91).

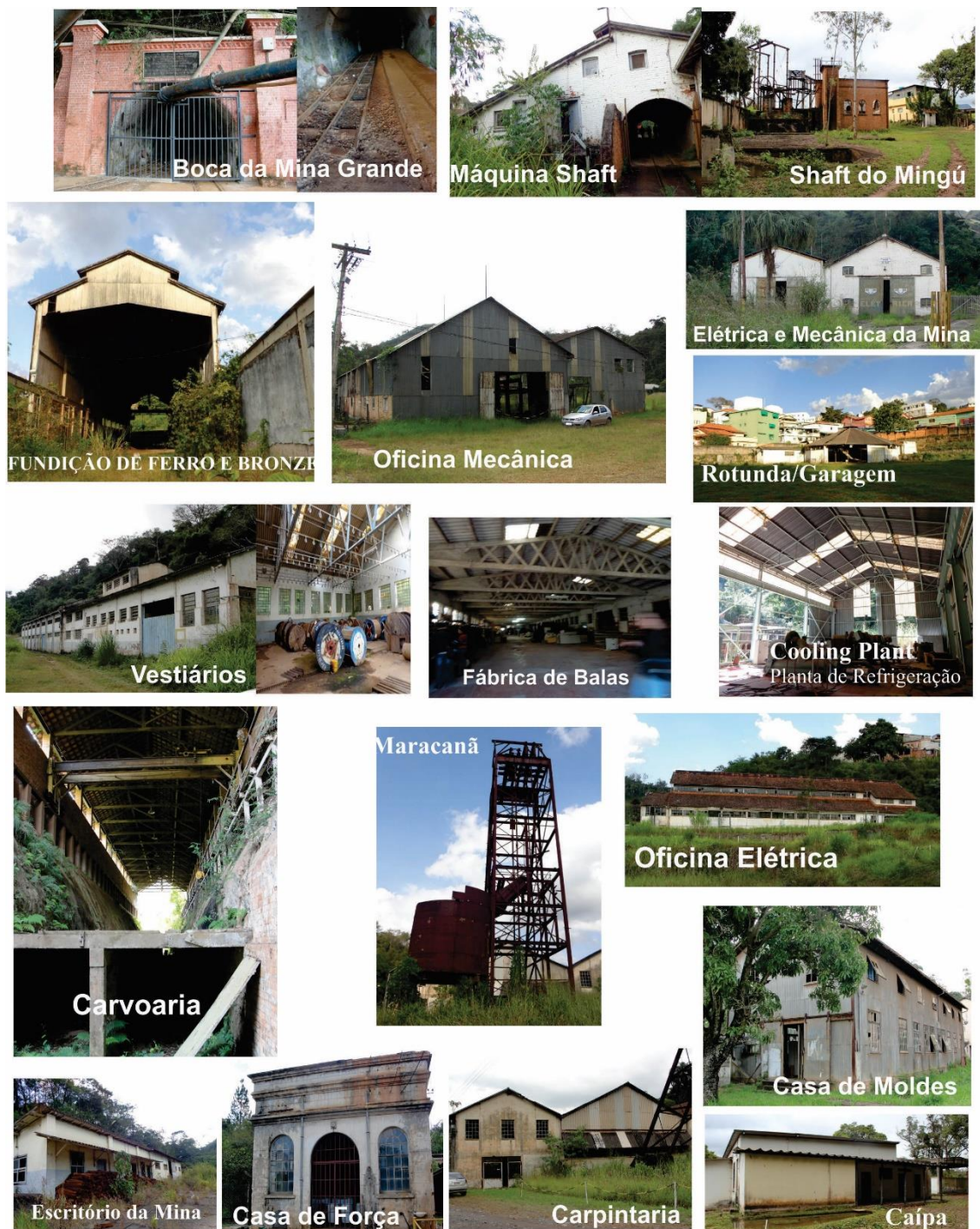
Apesar de semelhantes, a segunda redação é atribuída às edificações com um grau maior de desgaste e que necessitam de uma prioridade de intervenção. A máquina do *Shaft* e o *Shaft* do Mingu, que compõe o mesmo bem inventariado, tem uma definição específica do seu estado de conservação: “Apresenta danos que podem vir a comprometer a estabilidade estrutural do conjunto” (NOVA LIMA, 2014b, p. 289). Sua situação é a mais preocupante, possuindo partes em melhor situação do que outras.

Os inventários de todos os bens da figura 30 apresentam suas especificidades, a mudança de usos, as transformações ao longo do tempo, como a construção de anexos e as ações para a sua conservação. As diferenças podem ser percebidas, pois um apresenta a fachada em melhor estado de conservação, o outro a sua parte lateral; um necessita de maiores intervenções no telhado, o outro na estrutura metálica. No entanto, todos passam por processos similares de abandono e degradação, o que leva a propostas de soluções parecidas, sendo o estabelecimento de novo uso um fator preponderante para a sua manutenção.

As fichas de inventário indicam, como medida de conservação, a possibilidade de “inserção de novos elementos para a adequação funcional e de segurança, mas considerando as características arquitetônicas existentes e/ou originais, sem oferecer risco ao bem” (NOVA LIMA, 2014b, p. 40).

Na figura 30, os bens considerados como em estado de conservação regular podem ser observados.

**Figura 30 – Fotos dos bens inventariados em estado de conservação regular**



Fonte: Nova Lima, 2014b / Adaptado do Inventário do acervo cultural do Conjunto Industrial da Mina Grande

Dos 17 bens apresentados acima por meio de fotografias, 12 têm a sua construção atribuída ao final do século XIX, até a década de 1930. Este foi um período de reestruturação da mina e em que predomina um estilo de construção:

A presença de estrutura metálica marca o estilo arquitetônico industrial que, com a importação de estruturas entre o final do século XIX e início do XX, aplica noções de higiene e salubridade com o emprego de grandes vãos, pé direito alto, e uso de telhas translúcidas e lanternim favorecendo a iluminação e ventilação dos ambientes. (NOVA LIMA, 2014b, p. 42).

Esse padrão estrutural configura-se em um valor arquitetônico que influencia diretamente na definição do que deve ser demolido ou preservado. Isso pode ser verificado pela definição do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, que, em 2013, concordou com a demolição de três das edificações mostradas na figura 30: Escritório da Mina, Vestiários e Caípa, todas elas construídas após a década de 1930. A demolição de edificações construídas posteriormente não é uma regra, como é o caso da Elétrica e Mecânica da Mina e da Fábrica de Balas, que tiveram sua preservação recomendadas pelo Conselho. As próximas sete edificações foram consideradas em péssimo estado de conservação e serão apresentadas na Figura 31.

**Figura 31 – Fotos dos bens inventariados em péssimo estado de conservação**



Fonte: Nova Lima, 2014b / Adaptado do Inventário do acervo cultural do Conjunto Industrial da Mina Grande

Os bens em péssimo estado de conservação são marcados pela ausência de um padrão, alguns com danos estruturais, com a estabilidade comprometida, ou com desmoronamento em algumas partes. Em alguns casos, há todos esses fatores reunidos. A sala de lanternas, um imóvel coberto pelo crescimento da vegetação, apresenta risco iminente de desabamento. A selaria e a afiação de brocas apresentam danos físicos e estruturais com o comprometimento da estabilidade dos bens. Essas são as três edificações que tiveram sua demolição ratificada pelo Conselho do Patrimônio em 2013, sendo que só a selaria foi construída antes da década de 1930. O inventário, ao pensar nas medidas para a conservação desses bens, salienta a necessidade de avaliação técnica especializada, recomendação que também deve ser aplicada aos outros bens que se encontram em péssimo estado de conservação.

A boca da Mina Velha é uma edificação com uma característica específica, sendo o único bem inventariado que foi construído na primeira metade do século XIX. Teve o seu fechamento logo após o desabamento de 1886 e a sua reabertura na década de 1960. Encerrou o seu funcionamento somente em 2003, oito anos a mais que o encerramento das atividades na Mina Grande. O acesso à Boca da Mina, que fica no pé do morro, acontece por uma trilha sem pavimentação. A passagem para o túnel da mina está fechada por um portão com o aviso de cuidado e para não entrar sem autorização. A Mina Velha, que possui as suas galerias parcialmente submersas, teve o seu túnel avaliado superficialmente, já que o local não foi acessado para o inventário. O Conselho do Patrimônio não se posicionou sobre a sua preservação em 2013, já que só foi incorporado à ADE Mina Grande em 2014, com a extensão do seu limite, justamente para abranger essa mina.

Sem acesso ao interior, principalmente por estar imerso em água atualmente, é visível apenas que a cava apresenta a cor branca devido a ação de argamassa lançada, podendo servir para evitar a segregação de material, existindo ainda telas que podem possuir função estrutural, contendo a matéria. A visada permite ainda verificar a existência de estruturas de madeira no interior (NOVA LIMA, 2014b, p. 198).

O almoxarifado, a casa dos compressores e o refeitório, cada um possui a sua importância e sua característica históricas. São três construções do mesmo período, final do século XIX e início do XX. Os dois primeiros são galpões de grandes proporções, de estrutura metálica, que já estavam cotados a serem restaurados pelo estudo da AngloGold em 2009 e, mesmo com seu péssimo estado de conservação, receberam a indicação de preservação, pelo Conselho do Patrimônio, em 2013. Este também aprovou a preservação do Refeitório, que está conectado ao *Shaft* do Mingu desde o início do século XX. Tem-se ainda, no caso do Almoxarifado, a questão arqueológica, com a sobreposição de duas funcionalidades sobre um mesmo local, articulando a riqueza do patrimônio de duas épocas.

A aprovação das edificações no Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima foi realizada para contribuir com os planos para a regularização da ADE Mina Grande em 2013. O inventário define esse posicionamento, relativo a tudo que representa a análise de um Conselho, em uma estrutura mais democrática. Os critérios para a definição do que seria passível de demolição ou preservação não foram apresentados pelo inventário, que fornece dados para o entendimento do que está sendo ou não valorizado nessas decisões. A conservação do imóvel, embora importante, não constitui o principal fator para a preservação de um bem, sendo a história e arquitetura mais relevantes para o Conselho.

Já se passaram três anos do inventário, e as péssimas condições de algumas edificações podem estar ainda piores. Mesmo se o inventário garantir a permanência dos 26 bens inventariados, alguns podem desmoronar ou ter de ser demolidos, caso não recebam uma intervenção em curto prazo. Assim como o inventário, que se constitui em um condicionante para a melhor destinação das edificações, discute-se a seguir a necessidade da realização de estudos ambientais e arqueológicos, como condicionantes para a destinação da ADE Mina Grande.

### **4.3 Condicionantes ambientais e arqueológicos**

Os projetos e planos para ADE Mina Grande, após a elaboração do inventário em 2014, terão de ser revistos, com base nesse novo estudo que amplia as informações sobre o local. O mesmo vai acontecer se novos planos forem realizados antes de um estudo mais aprofundado sobre a arqueologia e possíveis impactos ambientais. Se o plano para a área considerar esses dois aspectos, relativos à limitação que pode surgir desses estudos, tornar-se-á preciso estabelecer os limites antes das projeções futuras. No entanto, como percebido acima, os planos são desenvolvidos sem os estudos básicos, o que implica a necessidade de uma constante reformulação, assim que novos dados aparecem. Por esse motivo, discutiremos estes dois pontos a seguir.

#### *4.3.1 Sítio arqueológico*

“O espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro”. (SANTOS, 2006, p. 102). A Mina Grande de Nova Lima constitui esse testemunho histórico que, através do seu sítio arqueológico, seus galpões, sua paisagem, materializa em seu espaço uma riqueza cultural. O resgate do passado recebe importância no presente, pois constitui a memória que faz essa conexão entre os dois tempos. Alimentar a memória é imprescindível para se criar uma identidade. Nesse intuito, zelar pelo patrimônio é garantir que

o presente e o futuro estejam carregados de significados tangíveis e intangíveis. A figura 32 mostra como eram as instalações da Fábrica de Cadinhos anterior ao Almojarifado.

**Figura 32 – Foto da antiga Fábrica de Cadinhos (1903)**



Fonte: PAULA, 2014, p. 382. Centro de Memória Morro Velho

A arqueologia enfatiza a história, mas uma história construída pelos homens, que chega até o presente por meio de artefatos e construções que fazem parte do nosso patrimônio cultural. Na Planta da ADE Mina Grande, segundo Paula (2014, p. 367) foram pesquisados, a partir de 2005, três sítios arqueológicos denominados NLMV01 – que interpretou como sendo uma área de trituração de minério–; NLMV02, como espaço utilizado para várias finalidades ao longo dos anos, com várias camadas de sedimentos e vestígios de diversas épocas; e NLMV03, que constitui um muro de retenção que talvez seja contemporâneo ao NLMV01. O estudo do sítio NLMV02, que compreende a área acima, foi realizado em 2012 e enviado para o IPHAN em 2013, examinado e considerado suficiente para ser considerado um Patrimônio Cultural de Natureza arqueológica, “contribuindo fortemente para estender o conhecimento sobre um dos mais importantes complexos minerários de Minas Gerais” (IPHAN, 2013).

A riqueza cultural encontra-se nos edifícios ainda de pé, como também em níveis subsuperficiais que também abrigam parte da história, só recuperáveis por investigações arqueológicas. A ocupação intensiva e secular fez com que sucessivas modificações ocorressem em razão de novos usos, o que ficou evidenciado por ocasião do descomissionamento junto à área denominada “Praia” “Engenho Velho”, quando estruturas antigas foram descobertas debaixo de metros de sedimentos acumulados até o nível hoje encontrado. Esse potencial motivou o monitoramento arqueológico e a pesquisa em um dos galpões, a antiga fábrica de cadinhos, pesquisa apenas iniciada. (PAULA, 2014, p. 461).

O local em que foi construído o Almojarifado, no início do século XX, encontra-se abaixo do sítio arqueológico, como mostrado pelas figuras 33 e 34. A utilização desse espaço constitui um duplo desafio, pois, segundo o inventário acima, esse bem se encontra em péssimo estado de conservação, e os estudos do sítio devem ter continuidade. A riqueza do local está na concomitância desses dois períodos históricos.

**Figura 33 – Foto do Almojarifado em 1990, antes do descomissionamento**



Fonte: PAULA, 2014, p. 390. Centro de Memória Morro Velho

**Figura 34 – Foto de sítio arqueológico, localização a ser escavada em estudo**



Fonte: PAULA, 2014, p. 413. Alastair Threlfall.

Além dos sítios arqueológicos delimitados, o IPHAN, no ofício emitido em 2014, reconhece toda área denominada ADE Mina Grande como “Sítio Arqueológico da Mina Histórica de Morro Velho”, tornando obrigatória a análise e o pronunciamento desse órgão sobre qualquer projeto de intervenção nesse sítio arqueológico. A avaliação desse instituto torna-se primordial para o desenvolvimento de um plano urbanístico, que já aguardava um parecer em 2011, e que, após os ofícios de 2013 e 2014, dependem de sua avaliação para prosseguir. A obrigatoriedade do posicionamento do IPHAN torna evidente que os estudos arqueológicos deveriam ter sido

efetuados antes do estabelecimento do plano, pela sua riqueza cultural e as restrições para os novos usos da área.

A presença dos sítios arqueológicos no espaço demarcado como ADE Mina Grande, em Nova Lima, não deve ser isolada de um contexto maior, pois esse sítio remonta à história da cidade e da exploração do ouro em Minas Gerais, desde o século XIX. O sítio e as edificações que restaram, ao receber o reconhecimento do IPHAN, adquirem maior amplitude e visibilidade, contribuindo para que a discussão do patrimônio ganhe força, frente ao cenário de crescimento econômico tão sedutor ao atual mundo capitalista. Outro aspecto a ser considerado é a exploração ambiental.

#### 4.3.2 *Exploração do meio ambiente*

A atividade de exploração do ouro é altamente impactante, mesmo com todas as medidas para minimizá-la. Essa atividade movimentava grandes quantidades de resíduos sólidos. Penna (2009), em uma matéria do *site O Eco*, diz que “a produção mundial de ouro, em 2000, foi de 2,5 mil toneladas, mas os resíduos gerados (estéreis e rejeitos) não foram em quantidade inferior a 745 milhões de toneladas. Uma razão de quase 300 mil quilos de resíduos para um quilo de ouro.” Isso demonstra que o descarte da mineração do ouro é um grande problema, pois mais de 99% do que é retirado são descartados. As pilhas de rejeitos de dois séculos de mineração em Nova Lima foram descartadas em lugares próximos à mineradora, no centro da cidade, sendo necessário que essas pilhas estejam estabilizadas para que um empreendimento na área não sofra processos erosivos.

Outra preocupação é com a utilização de água na atividade mineradora, que envolve uma série de ações, como a transposição de cursos d’água para uma bacia hidrográfica diferente e o rebaixamento do lençol freático, o que pode impactar o sistema do aquífero local. Numa época em que a água passa a ser vista como um recurso escasso, a utilização de água por mineradoras pode prejudicar o consumo de muitos seres vivos e, no caso de Nova Lima, em que a atividade já se encerrou, deveria ser avaliado o impacto sobre os recursos hídricos e efetuar-se o controle constante da contaminação das águas por arsênio.

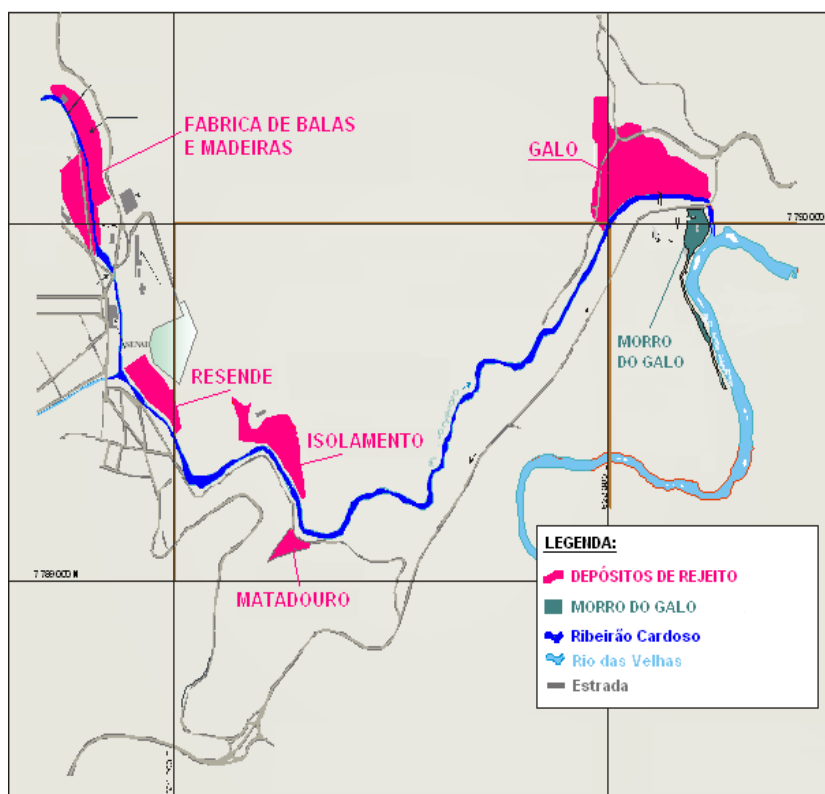
Um trabalho realizado pela engenheira química e pesquisadora Mattos (2004) intitulado “Contaminação das águas em área de mineração de ouro: resultado da lixiviação natural das rochas ou passivo ambiental da mineração de ouro” aponta que os níveis elevados de arsênio nas águas próximas aos depósitos de rejeitos da mina de Nova Lima é um passivo ambiental. Essa conclusão baseia-se em análises periódicas das águas de 1993 a 2003, que mostraram que

a concentração de arsênio na água varia de acordo com as medidas mitigatórias adotadas pela empresa AngloGold. Essa empresa, a partir de 1999, seguindo uma exigência da FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente), passa a adotar medidas reparatórias. Quando a empresa não age para impedir a contaminação, as taxas de concentração são elevadas muito acima do permitido. Quando as ações são efetuadas, há uma clara diminuição, sendo que, em 2002, as taxas de contaminação chegaram a níveis muito próximos ao zero; no entanto, a fragilidade do sistema de contenção de arsênio ficou evidente em 2003, em que a concentração de arsênio na água voltou a subir. Depoimentos explicam:

O elemento químico arsênio existe naturalmente no solo da região de Nova Lima. Ele reage com o ferro, abundante na área, formando o arsênio-pirita. Esse composto não é solúvel em água e não apresenta perigo para a saúde humana. Há duas formas principais de se contaminar: inalação da poeira do arsênio ou ingestão de água ou alimentos contaminados. Câncer de pele, de pâncreas, de pulmão, problemas de fígado e de rins, lesões no sistema nervoso, má formação do feto e aborto são alguns dos males que o arsênio pode causar. (LARSEN, 2004, p. 9).

O mapa a seguir apresenta os locais do município onde existem os depósitos de arsênio.

**Figura 35 – Mapa dos depósitos de rejeito de arsênio em Nova Lima**



Fonte: ALVES, 2004.

Segundo Alves (2004), a partir de 1930, 1.000.000 m<sup>3</sup> de rejeito foram depositados em uma área de 250.000 m<sup>2</sup>, o que fez a AngloGold realizar estudos hidrogeológicos e análises que

indicavam a necessidade de reabilitação dessas áreas altamente poluidoras. A partir de 2004, foi efetuado o monitoramento das águas que indicaram redução da contaminação de arsênio, mas que ainda oscilava, com uma média de 0,09 mg/l, quando o permitido é de 0,05 mg/l. Quando analisadas as águas subterrâneas, tem-se situação semelhante, com uma significativa redução da contaminação de arsênio a partir de 2004, mas que ainda apresenta oscilações que exigem seu monitoramento pela fragilidade do processo de impermeabilização das áreas de depósitos, que devem passar sempre por manutenções.

É importante ressaltar que, no estudo hidrogeológico, a reabilitação de 2004 e o monitoramento até 2010 foram realizados pelo laboratório da empresa AngloGold, que possui várias certificações, tais como ISO 9.001, ISO 14.001, OHSAS 18.001, além da certificação do INMETRO, através da NBR 17.025. Os certificados atestam que o laboratório possui condição de realizar essas pesquisas, mas não se pode aferir se o estudo está isento de qualquer viés almejado pela empresa. No caso da fábrica de balas, que faz parte da área da ADE Mina Grande, todas as precauções possíveis para o planejamento e destinação do local devem ser observadas.

Os impactos geológicos, chamados de subsidência, que consiste no rebaixamento do solo, são de grande relevância para o planejamento de uma área como a ADE Mina Grande, que possui uma mina subterrânea de 2453 metros de profundidade. A Mina está fechada e informações sobre o estado e a estabilidade do local não estão disponibilizadas, o que torna fundamentais estudos geológicos para o planejamento da área. Os problemas ambientais decorrentes da mineradora são difíceis de serem avaliados, pois existe escassez de informações disponibilizadas, os dados geralmente são da própria mineradora, que divulga o que é do seu interesse, sem fiscalização e uma regulamentação exterior que garanta a confirmação ou o confronto dos dados apresentados pela mineradora.

A destinação da Mina Grande em Nova Lima traz à tona os impactos ambientais de dois séculos de exploração do ouro; no entanto, não se volta atrás no tempo, o que não significa que nada possa ser feito. É fundamental que se abram as portas dessa mina para que estudos detalhados das águas, do solo, dos túneis e crateras subterrâneas, do patrimônio, do sítio arqueológico e outros sejam realizados, disponibilizando-se os dados publicamente, possibilitando-se a verificação dos estudos e fornecendo-se elementos suficientes para que o projeto da ADE Mina Grande seja condizente com a sua riqueza e possibilidades.

A necessidade de estudos de impacto ambiental e certificações está presente nos planos elaborados pela Prefeitura até 2014. A realização de sondagens para verificar viabilidade e

estabelecer o processo construtivo adequado aparece como uma diretriz para todas as áreas com previsão de obra. A recomendação sobre a necessidade de outros estudos específicos sobre risco de contaminação das águas e dos seres humanos e para elaboração de laudos geológicos e geotécnicos é constante em todos os estudos. Para elaborar um plano urbanístico, é fundamental a realização de alguns estudos ambientais prévios, e esses estudos devem ser realizados de forma confiável e disponibilizados para que o plano não tenha de sofrer alterações a todo o momento que se constata um risco ambiental para o empreendimento.

As questões ambientais e arqueológicas, juntamente com o inventário de 2014, precisam estar alinhadas, para que se tenha um plano urbanístico adequado. No entanto, a área continua cercada; planos ora são elaborados, ora são abandonados; muitas informações continuam exclusivas da empresa; e as administrações municipais mudam de tempo em tempo. A morosidade das decisões contribui para que, cada vez menos, o patrimônio apresentado pelo inventário tenha condição de ser preservado. Essas decisões dependem da articulação de vários atores, o que será discutido a seguir.

#### **4.4 Atores envolvidos na destinação ADE Mina Grande**

O projeto para a área é complexo e necessita levar em consideração inúmeros aspectos locais: primeiramente a sua característica histórica e cultural, derivada de seu patrimônio arquitetônico, ambiental, simbólico, arqueológico, paisagístico etc: sua característica natural, que conecta as duas áreas de vegetação ainda preservadas, incluindo o Parque Municipal Rego dos Carrapatos; o seu valor econômico, pois se trata de uma grande extensão de terra inserida na malha urbana, com galpões históricos que podem receber novos usos; e sua localização estratégica, uma área integrada ao centro da cidade e ao principal centro comercial de um lado e a matas preservadas do outro; enfim, um espaço para possíveis equipamentos públicos e também a única alternativa para solucionar questões viárias e desafogar o trânsito local. A área apresenta um grande potencial de desenvolvimento local; no entanto, o que parece claro para muitos insere-se em contextos mais obscuros, quando existe o interesse privado, dentro de um processo global de submissão dos territórios ao desenvolvimento de empresas multinacionais.

A influência da AngloGold em Nova Lima atinge todas as esferas de poder: econômico, político, judiciário e outros, o que torna a destinação da ADE Mina Grande conflituosa, já que muito pode se perder com a aprovação de diretrizes não compatíveis com as riquezas do local. Cada administração que assume a gestão pública cria a expectativa e o temor sobre a destinação da área, que continua cercada e murada, com a deterioração das suas edificações históricas.

Paralelamente ao projeto para a ADE Mina Grande, tem-se também a vinculação do local às instituições de proteção ao patrimônio, que também devem estar inseridas no projeto, já que criaram restrições para a sua destinação, o que pode possibilitar o enfrentamento a um projeto restrito aos interesses econômicos da empresa proprietária da área.

Um inventário municipal realizado em 2014, definiu a área como antigo conjunto industrial das minas de Morro Velho e foi encaminhado ao IEPHA. A descoberta do patrimônio industrial arqueológico exigiu a manifestação do IPHAN sobre a importância do local. Por meio de uma denúncia, houve um estudo realizado pelo Ministério Público Estadual, que questionava a preservação e o tombamento da área. O Conselho do Patrimônio de Nova Lima, que é consultivo, também estruturou justificativas para abertura do processo de tombamento, em várias reuniões. Além das restrições relativas ao campo do patrimônio, existem questões ambientais que dependem de pareceres de outras instituições.

#### 4.4.1 *Patrimônio público, ambiente privado*

A Planta da Mina Grande pertence à AngloGold, uma empresa privada que iniciou os trabalhos na mina já no final da exploração do ouro na área, pois a Mina Grande encerrou as suas atividades em 1995, e a Mina Velha, em 2003. Os estudos realizados pela empresa demonstraram a existência de ouro na região; mas a logística para a retirada do ouro, devido à grande profundidade da mina, inviabiliza a sua continuidade, de acordo com os novos proprietários da empresa. O fato de não explorar mais o ouro não foi um empecilho para a AngloGold assumir o controle total da empresa, já no século XXI, e tomar posse de suas terras. As mineradoras sempre foram proprietárias de grande parte do território de Nova Lima, e a atual proprietária, que adquiriu os seus bens, tem investido na construção de vários empreendimentos imobiliários e condomínios de luxo na região. A planta da Mina Grande é mais um de seus terrenos, que, devido a sua dimensão e sua centralidade, possui valor mercadológico e econômico. No entanto, a planta da Mina Grande não é só mais um terreno para a cidade de Nova Lima, é um terreno que está vinculado à história da cidade, configurando-se em um patrimônio histórico cultural e, por esse motivo, como previsto no Plano Diretor de 2007, é alvo de intervenções da gestão pública.

O poder público de Nova Lima, com base no Plano Diretor 2007 e por meio de outros estudos para a regularização da ADE Mina Grande, sugere restrições para o seu uso e insere-se no debate, indicando a necessidade da inclusão de outro ator fundamental para essa discussão, que são os conselhos municipais.

O poder municipal apresenta diferentes interesses sobre a área da Mina Grande, desde a preservação da sua história, a revitalização do espaço e os empreendimentos de transformação urbanística. É perceptível a distinção dos interessados na priorização do patrimônio histórico e cultural que concordam com projetos imobiliários, industriais e viários desde que não interfiram no patrimônio. Por outro lado, há aqueles que têm o patrimônio em consideração, mas priorizam as obras viárias, os equipamentos públicos, como solução para a expansão do centro da cidade. Chegar a um acordo, para a elaboração de uma proposta municipal da área, apresenta-se como uma grande dificuldade, sendo que essa proposta terá de ser negociada com a mineradora e com outros atores que passam a fazer parte desse debate.

#### 4.4.2 *Conselhos Municipais*

Em Nova Lima, existem dois conselhos que estão envolvidos diretamente com a destinação da ADE Mina Grande: o Conselho do Patrimônio, que é consultivo, e o Conselho da Cidade, que é deliberativo. Os dois conselhos possuem representantes da Prefeitura, da empresa AngloGold e da sociedade civil. Numa reunião do Conselho da Cidade, tendo como pauta a ADE Mina Grande, foi possível perceber que existe uma tensão em relação ao tema. Uma apresentação do Plano de Regulamentação da ADE Mina Grande foi impedida de acontecer por interesses obscuros, mesmo estando sujeito, a todo o momento, a reformulações para atender as demandas das negociações. Já no Conselho do Patrimônio, várias reuniões ocorreram, algumas com representantes do IEPHA, do IPHAN e do Ministério Público contendo apresentação do projeto de 2014.

Por ser um conselho consultivo, uma das solicitações feitas em reuniões foi a disponibilização das informações do Plano para o Conselho, antes do fechamento de uma proposta definitiva, para que o Conselho do Patrimônio pudesse contribuir com a sua construção. É perceptível que o Conselho do Patrimônio, que possui como presidente o Secretário Municipal de Cultura, é pouco informado dos encaminhamentos realizados sobre a ADE Mina Grande nas outras secretarias, como o Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Representantes dessas secretarias também fazem parte desse Conselho e, em alguns momentos, os encaminhamentos do Conselho do Patrimônio com relação à ADE Mina Grande e à instauração de um processo de tombamento da área são dificultados. O Conselho do Patrimônio também conta com representantes da AngloGold que defendem o interesse da empresa, causando divergências na proteção do patrimônio público.

O Conselho da Cidade não inseriu discussões sobre a ADE Mina Grande nas pautas das reuniões em 2015/2016. Nas reuniões do Conselho do Patrimônio, anteriores a essas datas, a presença de interessados era considerável quando a pauta incluía a discussão da ADE Mina Grande. Nas reuniões com a presença de instituições externas, como o IPHAN, o IEPHA e o Ministério Público, novas informações eram disponibilizadas para o Conselho do Patrimônio, que deveria emitir o seu parecer a respeito da ADE Mina Grande e seu tombamento municipal, estadual, após o encaminhamento do inventário realizado em 2014, e nacional, já que o IPHAN passou a considerar toda a área passível de um estudo arqueológico.

O Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, em agosto de 2016, tendo em vista a iminente mudança da gestão municipal, decide reabrir o processo de tombamento municipal dos bens inventariados, incluindo o Complexo Industrial das minas de ouro e os sítios arqueológicos. Somente o ato de reabertura do processo de tombamento foi conflituosa, já que o representante da AngloGold, ao perceber que o Conselho estava inclinado a reabrir o processo de tombamento, pediu vista para a votação, de um processo que ainda teria de ser elaborado. Essa votação foi adiada para uma reunião extraordinária, que, de forma unânime, sem a presença do representante da AngloGold, votou pela a reabertura do processo. Essa foi a última reunião do Conselho que teve a área da Mina Grande como pauta; e, com a mudança da gestão municipal, tudo permaneceu sem alterações. Por outro lado, as instituições externas possibilitam um contraponto, influenciando nas discussões sobre a preservação do patrimônio da área da Mina Grande.

#### 4.4.3 *Instituições externas*

Outros atores de importância no processo são os órgãos como IPHAN, IEPHA e o Ministério Público que já estão envolvidos na destinação da ADE Mina Grande, com o intuito de conservar o patrimônio cultural. Se a discussão ficasse restrita apenas à esfera municipal, seria difícil conseguir assegurar a relevância histórica desse espaço para a cidade, o estado e o país. Nessa ação, o IPHAN encaminhou dois ofícios: um para a Prefeitura e outro para a AngloGold. O primeiro foi em 2013, reconhecendo a presença e a importância dos sítios arqueológicos na Planta da Mina Grande, o outro em 2014, afirmando que nenhum projeto de intervenção na área poderia ser aprovado, sem a análise e parecer desse órgão. O IPHAN comunica a presença de sítios arqueológicos e informa as implicações legais de não se preservar esse patrimônio. Também em 2014 foi enviado para o IEPHA um relatório do inventário da ADE Mina Grande, para o seu parecer, possibilitando que esse órgão se manifestasse a qualquer momento.

Em maio de 2015, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca da cidade, emitiu um ofício endereçado ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, juntamente com o Laudo Técnico nº 70/2014 elaborado pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico solicitando informações sobre as sugestões apresentadas no item: Conclusão do Laudo Técnico, sobre a possibilidade de tombamento e sobre a participação popular na definição do projeto para a ADE Mina Grande. Segundo o próprio laudo técnico, “tem como objetivo analisar o estado de conservação das estruturas remanescentes da Mina de Morro Velho e indicar medidas necessárias para sua preservação” (MPMG, 2014, p.1). As medidas sugeridas incluem o tombamento municipal da antiga área industrial para assegurar a proteção desse patrimônio tão importante para a cidade de Nova Lima. Também sugere o tombamento estadual pela importância e raridade do conjunto que transcende os limites do município. Outro aspecto defendido pelo Ministério Público de Minas Gerais é sobre a importância da participação popular por meio de modalidades autênticas, como a educação patrimonial, as formas de apropriação do espaço por parte da população que deve garantir o seu uso pleno e a sua conservação.

Ressalta-se que a preservação do conjunto deve ser objeto de uma política conjunta de preservação entre a empresa, comunidade e demais órgãos de preservação. Deverá ser definido o uso futuro desse patrimônio, compatível com as suas características, de modo a compatibilizar o uso ao desenvolvimento das atividades rotineiras, no âmbito do município e da empresa. A preservação é de suma importância para a perpetuação dos bens e uma das formas de preservar é atribuir um uso, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que os bens culturais cumpram sua função social. (MPMG, 2014, p.31).

#### 4.4.4 *Participação popular*

A importância da participação popular na definição de diretrizes para a cidade é uma exigência do Plano Diretor de 2007 e também foi uma questão recomendada pelo Ministério Público com relação ao planejamento da ADE Mina Grande, como já visto acima. O artigo 5º, da lei 2405 de 2013 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Nova Lima, defende a participação conjunta da sociedade nas ações do poder público com relação à cultura da cidade.

É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar as políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Nova Lima e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. (NOVA LIMA, 2016, p.17).

A não incorporação da população no processo desde o início faz com que ela seja desconsiderada nas deliberações e somente seja consultada no final, quando o projeto já está

pronto e distante da sua realidade. A forma mais comum de consulta popular são as audiências públicas e, quando acontecem, se não contam com uma população envolvida no processo, são esvaziadas e controladas pelos interessados, perdendo o seu sentido de construção democrática e de estabelecimento da cidadania.

Nas entrevistas, que foi o momento de contato com a população, fica claro que somente os entrevistados que estavam envolvidos diretamente com a elaboração de alguma proposta para a área tinham conhecimento da elaboração de um Plano Urbanístico para a ADE Mina Grande. A memória estava em projetos mais antigos, que foram divulgados para a população e que não foram viabilizados, tais como nos Planos Urbanísticos, que estão fechados, aguardando uma definição para depois serem externalizados.

Quando se discute a cultura, a memória, a identidade, essas só têm sentido se estiverem vivas para a população. Entende-se que a ADE Mina Grande é um local representativo para Nova Lima, o que torna o povo um ator fundamental nas negociações sobre a sua destinação. A população apesar de estar representada nos Conselhos Municipais, não foi diretamente informada e nem consultada, sobre os projetos almejados para a área até o momento. Não há um espaço público efetivo de construção do projeto.

Seu potencial seria multiplicado se a área fosse cuidada, os galpões fossem revitalizados e a população pudesse vivenciar esse espaço. A centralidade da área e sua articulação com Nova Lima é um fator de extrema relevância, pois a área não precisa ser tratada somente como um museu a céu aberto, onde as pessoas refletem sobre outra época, mas sim integrar-se ao cotidiano da cidade, o que é fundamental para o restabelecimento de um local de memória.

Dentro de um contexto de resgate histórico do patrimônio cultural da Mina Grande, a população de Nova Lima deve ser incluída no debate, para que as edificações e os vestígios recebam a destinação mais adequada, de acordo com a memória daqueles que ali trabalharam ou tiveram os seus ascendentes como operários. A abertura da mina para a população e o acesso aos estudos sobre o seu patrimônio podem fazer toda a diferença para que a história dos trabalhadores, que construíram a mina e a cidade, permaneça para as futuras gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ouro, uma das principais riquezas de Nova Lima, despertou e monopolizou os interesses por seu território, desde os tempos dos desbravadores do estado de Minas Gerais. A história apresenta os exploradores como precursores do seu povoamento e desenvolvimento e os explorados como um meio de se alcançar o objetivo maior, que era o enriquecimento de nações estrangeiras. Na cidade, a vida da maioria da população, sejam escravos, trabalhadores livres ou operários, era de um povo exaurido, devido ao difícil trabalho desempenhado nas minas, mas também de um povo que estabeleceu uma cultura local nas relações do dia a dia, associadas à mineração. No interior de um processo de dominação e exploração da cidade, com a expansão da atividade mineradora, relações são estabelecidas, escapando ao controle e gerando o sentimento de pertencimento característico das comunidades.

A alma de Nova Lima está alicerçada na forma como a população se apropriou e se apropria da cidade. A população, que antes vivia o cotidiano da mineração de ouro, foi influenciada pelas transformações que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, gerando novas formas de viver, com a diversificação do trabalho, estreitamento das relações com Belo Horizonte e a diminuição do elo entre os trabalhadores, definido por suas relações de vizinhança. Na contemporaneidade, com o fim da mineração de ouro e o descaso com o seu patrimônio histórico e cultural, vários bens provenientes da mineração e do passado estão sendo descaracterizados no processo de desenvolvimento urbano. Não se trata de condenar a evolução e modernização, mas de refletir sobre o que a cidade representa para a população e perguntar em que ela contribui para a definição do nova-limense, como algo que o diferencia da homogeneização imposta pelo processo de globalização.

Pesquisar a história da cidade passa a ser fundamental para se definir uma identidade local, que só será vivenciada se a história for incorporada ao cotidiano da população, recebendo novos significados. Para isso, foi preciso conhecer, além dos livros que reproduzem um discurso oficial, também os múltiplos discursos provenientes da memória, que se afastam da “frieza” da objetividade e se aproximam dos anseios da coletividade. Quando não ressignificadas, as memórias se perdem, restando uma história distante. Com esse objetivo, ressaltam-se as memórias que ainda existem no presente e que, aliadas à história, podem influenciar na forma como a população se apropria da cidade, criando um elo fundamental entre o passado e o presente, o que, por sua vez, influenciará diretamente na defesa do patrimônio industrial remanescente de Nova Lima.

Assim como a escrita é a principal forma de registro histórico, a oralidade se apresenta como a principal fonte de manifestação da memória. As entrevistas realizadas nesta dissertação têm como propósito expor a diversidade de discursos, que ora confirmam a história, ora criam outras versões; às vezes são coerentes e em outras são fantasiosas; no entanto, todas cumprem o mesmo papel de coesão social. A memória tem inscrita em si a diversidade e propicia um conhecimento abrangente, associando as lembranças à sua representação na vida. Por esse motivo, a sistematização das entrevistas foi tão difícil, pois tudo era representativo para cada entrevistado, sendo selecionado o que se julgou importante para esta dissertação. A sistematização apresentou uma versão do que permanece vivo e que continua sendo valorizado pelos nova-limenses com relação ao passado. Expor essas memórias possibilitou relacioná-las ao conceito de *Genius Loci* e topofilia, confirmando a importância dos sentimentos para o estabelecimento de uma identidade local. Vale ressaltar que a memória reúne as informações, os sentidos e os sentimentos, mas que é impossível prever, de todo esse rico saber, o que será repassado para as gerações futuras.

Pode-se compreender, pelas entrevistas, que o trabalho na mina criou um vínculo muito forte entre os mineiros, o que se estendeu para Nova Lima. O orgulho com relação ao trabalho e o fato de ter sido uma cidade exclusivamente operária permanece na memória, sendo uma característica que contribui marcadamente na definição dos valores da população. A memória dos acidentes e da silicose, que tanto afligiram as famílias dos mineiros, permanece viva, principalmente para quem conviveu e ainda convive com esse sofrimento. Sacrificar-se pelo trabalho reforça a sua importância e demonstra o que foi preciso para se ter uma mina com elevados índices de produção. A conscientização do papel do trabalhador reforçou uma unidade de classe, que travou lutas históricas por melhores condições de trabalho. Já o sindicalismo não tem mais a força de meados do século XX, mas ainda se constitui em uma tradição, com o sindicato dos mineiros sendo ativo na cidade.

A AngloGold, antiga Morro Velho, ainda é muito significativa para Nova Lima, pois, além de sua representação histórica, a empresa possui muitos terrenos na área central e mantém na localidade uma estrutura administrativa dos seus empreendimentos no país. Sua presença na cidade também está na veiculação de sua marca em eventos ou em patrocínios, como fez com o time de futebol profissional da cidade, por um longo período. A pesquisa revelou que a população carrega um sentimento ambíguo em relação à empresa, oscilando entre o agradecimento de ter possibilitado o sustento das famílias, o desenvolvimento da cidade e a indignação pela dominação, exploração da população e território, que poderia ter tido outra

destinação. O primeiro pode ser percebido nas transformações que ocorreram na cidade, através do patrimônio ligado à mineração, ao longo dos tempos, e pelo reconhecimento da sua função social de empregabilidade; o segundo, pelas precárias condições de trabalho, apropriação da sua riqueza, domínio e hierarquização da cidade, que foi subordinada aos interesses da mineradora.

A área da Mina Grande constitui-se em uma centralidade, que traduz a herança deixada pela mineração de ouro para Nova Lima, em seus diversos aspectos. Apresenta uma superfície preservada, enquanto o subsolo tem inúmeros túneis e galerias. No interior da mina e nos galpões industriais remanescentes, tem-se a materialidade dos recursos utilizados e das tecnologias para a exploração em profundidade e, ao mesmo tempo, a dimensão do trabalho despendido para que tudo fosse realizado. As edificações de diferentes períodos, juntamente com os sítios arqueológicos, preservam a história e a cultura, ao mesmo tempo que estão articulados a uma vegetação arbórea, que tem grande relevância na paisagem urbana. No entanto, a área é de propriedade da AngloGold, que a mantém cercada, fechada e com seu patrimônio se deteriorando com o tempo.

Essa área possui, além dos aspectos físicos, muitas histórias, por ser explorada desde o século XVIII, algumas delas que nunca mais serão lembradas e outras que estão nos livros e na oralidade. Associar o que ainda existe às reminiscências, à história e à memória pode garantir a representatividade da área da Mina Grande para a população local, o que, em uma via de mão dupla, permite vivenciar a memória da mineração em um “local de memória”, e que, através da sua releitura fundamentada em discursos plurais, contribuirá para a formação da identidade nova-limense. Esse cenário ideal expõe a potencialidade da área da Mina Grande como articuladora da história da mineração na cidade, possibilitando manter a memória de outra época na construção de Nova Lima, o que realçaria as suas especificidades.

No entanto, a área da Mina Grande é alvo de outros interesses. Primeiramente, por pertencer a uma empresa internacional, que possui projetos imobiliários, como já ocorreu em outros espaços de sua propriedade. O processo de globalização torna essa área suscetível a empreendimentos desvinculados aos interesses locais. Estes também não são apenas de preservação do seu patrimônio, já que a Prefeitura tem projeto para instalação de um sistema viário e de equipamentos públicos. Pelos entrevistados, fica evidente uma inclinação para que a área volte a ter uma destinação econômica, sendo o turismo e lazer a alternativa apontada como capaz de articular o desenvolvimento urbano e a preservação do ambiente.

Encontrar uma alternativa conciliadora é o desafio para as múltiplas potencialidades da área da Mina Grande. No entanto, as forças não são equivalentes, já que o interesse econômico costuma prevalecer sobre todos os outros. Frear a ambição das empresas multinacionais, que pouco se importam com a cultura local, estabelecendo padrões mundiais, depende de uma esfera pública forte, capaz de confrontar as ações globalizantes. É com esse intuito que alguns atores estão envolvidos na destinação da área da Mina Grande, a começar pela Prefeitura Municipal, que a define como ADE, fazendo estudos e planejamentos para a área, e o Conselho do Patrimônio, que defende os seus bens na esfera municipal. Há ainda o envolvimento de instituições estaduais e federais, como o Ministério Público Estadual, o IEPHA e o IPHAN, que já demonstraram interesse por ela, fazendo restrições à sua destinação – principalmente o IPHAN, que emitiu um ofício considerando toda a área como um sítio arqueológico.

Todos esses atores são fundamentais para se alcançar um equilíbrio de forças; e, no entanto, o principal ator, a população local, a maior beneficiária da preservação cultural e ambiental da área, não é envolvida nem informada sobre os encaminhamentos possíveis para reinserir a área da Mina Grande na vida da cidade. Uma pressão popular, além de se refletir em uma esfera pública atuante, poderia conduzir as instituições citadas acima a ter uma postura mais eficiente, aprovando o seu tombamento ou legalizando-a como ADE. Apesar de existirem alguns estudos, ofícios e pareceres que ressaltam a importância do local, não há ainda a oficialização de uma lei para preservação do seu patrimônio.

Em um contexto de incertezas sobre a destinação da área da Mina Grande, pouco se evoluiu com relação às restrições ambientais e arqueológicas, que também se constituem suas potencialidades. Estudos, como o inventário realizado em 2014, ampliaram o conhecimento sobre o conjunto industrial e os seus bens, possibilitando melhor definição de um projeto. No entanto, fica claro que outros estudos devem anteceder as decisões sobre sua destinação. Esses fatores contribuiriam para a viabilidade de um projeto, mas sua destinação depende sobretudo de uma disputa de forças, que, por sua vez, se apresenta como uma barreira para que novos estudos sejam realizados. A definição da capacidade construtiva da área depende de um estudo do solo, devido às características específicas do local, que foi minerado por tanto tempo; no entanto, pretende-se estabelecer a sua capacidade construtiva primeiro, para depois fazer um estudo que permita a construção daquilo que já foi definido anteriormente.

Na falta de condicionalidades concretas, os pontos de discussão giram em torno de especulações sobre a viabilidade de projetos, que representam os interesses específicos dos atores envolvidos. Por esse motivo se propôs que o primeiro passo para a elaboração de um projeto seria a

realização de estudos imparciais, a exemplo do inventário municipal. Depois, ocorreria a ampla divulgação desses estudos para informar a população da cidade, que se relaciona com a área no seu cotidiano.

Dessa forma, seria por meio desses estudos que seria feito um projeto conciliador capaz de atender os interesses tanto da população, como da Prefeitura e também da mineradora. Esta última pode se beneficiar com empreendimentos imobiliários compatíveis ao local e também com outros empreendimentos. Todos os entrevistados salientaram que gostariam que a área da Mina Grande tivesse uma destinação de emprego e renda, e o fato de estar localizada no centro de Nova Lima e tão próxima da capital mineira poderia ser um facilitador. Um dos maiores problemas é o restrito sistema viário, o que pode ser resolvido através de soluções internas, com a construção de uma via – e, quem sabe, uma ferrovia – contribuindo para desafogar o trânsito já intenso no centro. A construção de um estacionamento fora da área central, vinculado ao transporte de um bondinho histórico, seria uma solução e, ao mesmo tempo, um grande atrativo, caso se decidisse estabelecer um projeto turístico para a área. A viabilização da visita ao interior da mina foi apontada pelos entrevistados como um empreendimento que também atrairia interesse turístico. Outros empreendimentos foram considerados pelos entrevistados, alguns deles levando em consideração as tradições da cidade, o meio ambiente e o patrimônio da área.

O potencial ambiental, histórico-cultural, turístico e paisagístico constituir-se-ia na maior riqueza que a mineração de ouro legou à cidade e ao país, desde que aproveitado em benefício da coletividade. Assim como na fala de alguns entrevistados, vislumbra-se, como melhor alternativa, uma abertura gradual da área da Mina Grande e a criação de um canal para que a população possa se manifestar sobre sua história com relação à mineração de ouro – assim como foi feito nas entrevistas deste estudo. Esse canal poderia contar a história da mineração de ouro em Nova Lima, permitindo a interatividade. Isso facilitaria uma consulta popular para a definição de uma destinação significativa para o local.

Como se pôde compreender a partir da análise das entrevistas e das discussões levantadas nesta dissertação, para que a área da Mina Grande se torne um local de memória, suas remanescências devem contar a história considerando os múltiplos discursos sobre a mineração de ouro presentes na vida da cidade: a história da “Morro Velho”, do desenvolvimento da atividade de mineração, da riqueza produzida, mas também a história dos trabalhadores, dos passivos ambientais, da construção de uma cidade pobre. A destinação da Mina Grande deve contemplar o sentimento por uma área que simboliza relações contraditórias de orgulho e sofrimento, com

um trabalho de força e de dor, que garantiu o sustento de muitas famílias, mas que levou muitos à morte. É necessário contar para as futuras gerações a saga dos trabalhadores da Morro Velho, suas lutas, sua resistência, suas conquistas. O amor pela cidade de Nova Lima não está na quantidade de ouro que ela já teve um dia, mas nas relações que se estabeleceram a partir da exploração do ouro, e que podem ser ressignificadas pela área da Mina Grande.

Espera-se ter alcançado, com este trabalho, uma maior reflexão sobre a história e a identidade de Nova Lima, ao definir a área da Mina Grande como um lugar de memória que, com suas remanescências e reminiscências, povoa o imaginário local e abrange múltiplos discursos. A dicotomia entre o setor público e privado, a preservação e o desenvolvimento, o local e o global, estão na base do questionamento sobre a possibilidade de se vivenciar a área da Mina Grande. Seria uma perda significativa para a população de Nova Lima não poder conviver futuramente com esta área, pois corre-se o risco de se perderem as referências locais, e a sua riqueza histórica e cultural cair no esquecimento.

A luta histórica, que cerca o trabalho na mina de ouro em Nova Lima, continua através da necessidade de abrir caminho para suas memórias. Por mais que não se tenha consciência desse embate, é ele que vai permitir que as lutas anteriores sejam significativas para a população e possam contribuir para a construção de uma identidade coletiva. Vislumbrando um futuro, Nova Lima poderá se constituir como mais uma cidade dormitório, com seus condomínios de luxo, ou como uma cidade que preserva seus mais de 300 anos de existência e que tem muito a contar para os filhos de sua terra.

## REFERÊNCIAS

- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Nova Lima, MG*: 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/nova-lima\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-lima_mg)>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- ALVES, Ana Flávia. *Reabilitação ambiental de antigos depósitos de rejeito e Morro do Galo*: estudo de caso da AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda. [2009?]. Disponível em: <[http://www.cbmina.org.br/media/palestra\\_6/T44.pdf](http://www.cbmina.org.br/media/palestra_6/T44.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- ANGLOGOLD ASHANTI. *Caderno de governança*: caderno de recomendações para preservação com novos usos das edificações de interesse histórico – antiga área industrial da Mina de Morro Velho. Nova Lima, MG: 2009. Projeto de Requalificação Urbana.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- BUENO, Fernanda Alves de Brito. *Estruturas metálicas do início do período de industrialização em Minas Gerais: decorrências e preservação*. 2012. 414 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Territorial organism as individuation of typical connections between route, settlement, productive and urban organisms. In:\_\_\_\_\_. *Interpreting basic building*. Florença: Alinea, 2001.
- CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASA CIDADANIA E DIVERSIDADE. *Alegria, suor e lágrimas: gavetas de “Tia Pequetita”*. Nova Lima: [200-] Disponível em: <http://www.casacidaniaediversidade.org.br/iccdodecasapequetitanov07.htm>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. *A luta dos índios pela terra: contribuição à história indígena de Minas Gerais*. Contagem: CEDEFES, 1987.

CONZEN, Michael R.G. *As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada*. Tradução Stael de Alvarenga Pereira Costa com colaboração de Luana Rodrigues Godinho e Marina Salgado. [S.l.]: Paisagem Cultural e Sustentabilidade, 2010.

CORREIA, Telma de B. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais*, Pernambuco, A. 3, n. 4, p. 83-98, maio 2001. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/59/43>> Acesso em: 21 abr. 2016.

COSTA, Roberto C. *A cortina de ouro (Morro Velho)*. Belo Horizonte: G. Sta. Maria, 1955.

COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Caminho, 2005.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1984.

DELGADO, Tarcísio. *Tatuagens da alma: 1964 – a saga dos mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010.

FREIREYSS, Georg W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande, v.3, p. 27-46, 2012.

GROSSI, Yonne de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HILLMAN, James. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 26.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil em síntese / Minas Gerais / Nova Lima*. [200-]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314480&search=minas-gerais|nova-lima>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ofício*. Gab. IPHAN-MG, nº 1725, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ofício*. Gab. IPHAN-MG, nº 1700, 2014.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERT, V., FERNANDES, T.M., FERREIRA, M.M. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 31-45.

LARSEN, Louraidan; PESSOA, Marco Antônio. Arsênio: riscos e polêmicas. *Jornal Manuelzão*. Belo Horizonte, ano 7, n. 28, set. 2004. Disponível em: <<http://www.manuelzao.ufmg.br/assets/files/revista/jornal-28.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LE VEN, Michel M. *Dazinho: um cristão nas minas*. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

MAGNANI, Nina R. *Subjetivações em Nova Lima: (trans)formações de uma cidade operária em acelerado processo de metropolização*. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Subjetivação) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

MATTOS, Alcione Ribeiro. *Contaminação das águas em área de mineração de ouro: resultado da lixiviação natural das rochas ou passivo ambiental da mineração de ouro?*. 2004. 8 f. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsAIDIS/PuertoRico29/mattos.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MENEGALE, Maria B. C. S. *A transformação territorial de um município de tradição mineradora: estudo de caso sobre a recente ocupação do norte de Nova Lima, circundante à Mata do Jambreiro*. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Prática da Arquitetura e do Urbanismo) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MINAS GERAIS. Ministério público do Estado. *Laudo técnico nº 70/2014*. Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, 2014.

MINERAÇÃO MORRO VELHO. *Morro Velho: história, fatos e feitos*. Nova Lima: Mineração Morro Velho, 1995.

MUNDOGEO. *Localização do município de Nova Lima – MG*. [200-]. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2014/06/10/processamento-digital-de-imagens-landsat-8-para-obtencao-dos-indices-de-vegetacao-ndvi-e-savi-visando-a-caracterizacao-da-cobertura-vegetal-no-municipio-de-nova-lima-mg>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

NA TRILHA DO MORRO VELHO. *Na trilha da Morro Velho*. [200-]. Crédito da Fundação Biblioteca Nacional. IL. Disponível em: <<https://natrilhadomorrovelho.wordpress.com/?s=foto+1868>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez, p.7-28, 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existencia, espacio y arquitectura: nuevos caminos de la arquitectura*. Barcelona: Blume, 1975.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Lei nº 2007 de 28 de agosto de 2007*. Dispõe sobre Plano Diretor de Nova Lima, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do município e dá outras providências, 2007. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/sites/default/files/MZRM.NOVA.LIMA.LEI.2007.2007.plano.diretor.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2015.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Plano urbanístico e de regulamentação da área de diretrizes especiais – ADE Mina de Ouro*: diagnósticos e diretrizes preliminares. Nova Lima, 2011. Relatório 2 e 3. Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima e a Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Plano urbanístico e de regulamentação da área de diretrizes especiais – ADE Mina Grande*: diretrizes e propostas. Nova Lima, 2012a. Relatório 3. Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima e a Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Minuta de conteúdo técnico para o anteprojeto de lei para a regulamentação da ADE Mina Grande*. Nova Lima, 2012b. Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima e a Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Revisão do plano urbanístico e diretrizes – ADE Mina Grande*. Nova Lima, 2013a. Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima e a Fundação Israel Pinheiro.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Parecer da Secretaria Municipal de Cultura para a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão sobre a Proposta de diretrizes e propostas do plano urbanístico e de regulamentação da área de diretrizes especiais – ADE Mina Grande*. Nova Lima, 2013b.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Minuta de conteúdo técnico para o anteprojeto de lei para a regulamentação da ADE Mina Grande*. Nova Lima, 2014a. Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Lima e a Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Inventário do acervo cultural do antigo conjunto industrial das Minas de Morro Velho*, IPAC. Nova Lima, 2014b.

NOVA LIMA. Prefeitura Municipal. *Viva o patrimônio cultural*: cartilha sobre o patrimônio cultural de Nova Lima. Nova Lima, 2016.

PAULA, Fabiano Lopes de. *Sítios históricos e arqueológicos da Mineração de Morro Velho*: um presente para uma velha história: teoria e prática para sustentabilidade e retorno social. 2014. 501f. Tese (Doutorado em Quaternário: Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal, 2014.

PENNA, Carlos Gabaglia. Efeitos da mineração no meio ambiente. Rio de Janeiro: *O Eco*, 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/carlos-gabaglia-penna/20837-efeitos-da-mineracao-no-meio-ambiente>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. *A morfologia urbana das cidades sul-metropolitanas de Belo Horizonte do ciclo do ouro*. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. v.1.

PIRES, Maria C. S. Cidade e cultura: interferências e suas representações. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI; Jurema M. (Org.). *Cidade, memória e legislação*: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002. p. 141-157.

PORTO, C. G.; PALERMO, N.; PIRES, F. R. M. Panorama da exploração e produção de ouro no Brasil. In: TRINDADE, R. B. E.; BARBOSA FILHO, O. (Org.). *Extração de ouro*: princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM, 2002. p. 1-23.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Zona de Fronteira: a expansão urbana recente na zona sul de Belo Horizonte. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Org.). *Cidade, memória e legislação*: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002. p. 141-157.

RODRIGUES, Victor. *Nova Lima dos ingleses*: a história do pioneiro George Chalmers. Belo Horizonte: É Editora, 2012.

ROSENBERG, Nathan. Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2006. (Coleção Milton Santos, v.1.)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA, José Cleves. Surge em Nova Lima a nova Gold City. *Nova Lima Times*, Nova Lima, p.8-14, 20 nov. 2007.

SOUZA, José R. *As minas de ouro de Morro Velho*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1999.

SOUZA, Miguel A. G. *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

TAVEIRA, Walter G. *História de Nova Lima: e o potencial para o seu desenvolvimento turístico*. Nova Lima, set. 2007. 1 CD.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERT, V., FERNANDES, T.M., FERREIRA, M.M. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 47-65.

TRAVASSOS, Celso Gomes. *Uma janela para o passado: a memória fotográfica de Nova Lima e região*. Nova Lima: Prefeitura Municipal de Nova Lima, 2012. Acervo Família Gomes e Universidade do Texas, Austin/EUA - Acervo Nettie Lee Benson Collection, Setor de Livros Raros.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Ática, 1974.

VILLELA, Bráulio Carsalade. *Nova Lima: formação histórica*. Belo Horizonte: Cultura, 1998.

## GLOSSÁRIO

Braçal: nome dado ao trabalhador do fundo da mina que fazia os serviços mais pesados.

Choco: rocha que não cai durante a explosão da dinamite, ficando solta e podendo desabar posteriormente, soterrando os trabalhadores.

Fábrica de Cadinhos: Local para a fundição de ferro, através de uma prática trazida pelos povos africanos.

Praia: Local situado à margem do Ribeirão Cardoso, suscetível à cheia do rio, base dos primeiros engenhos, com concentração de material arqueológico.

Folha A, B ou C: distinção dos funcionários conforme o salário e a função desempenhada.

Frente de detonação: explosões que são feitas para abrir novos locais para a exploração do ouro.

Galerias: são túneis ou cavernas que se formam através da escavação subterrânea.

Puxa: termo abreviado de “Puxa Saco”. Adjetivo pejorativo para bajulador.

SENAI: instituição de formação técnica e profissional, é um dos maiores polos de geração e disseminação de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento da indústria do Brasil.

SESC Pompeia: é um dos principais espaços culturais da cidade de São Paulo. O projeto arquitetônico de Lina Bo Bardi mantém a estrutura original da antiga fábrica de tambores da década de 1930.

*Shaft* do Mingu: estrutura de cabos de sustentação do elevador da Mina Grande

*Staff*: conjunto de trabalhadores que chefiam ou possuem importância na empresa.

Terreiro da Mina: local de trabalho que fornecia materiais para a mina, tais como madeiras para escoras ou para a lenha.